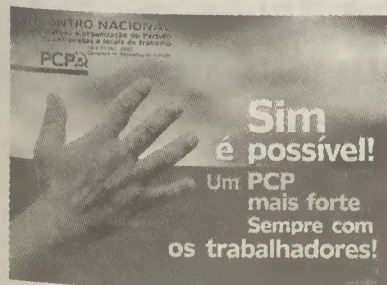


Jerónimo de Sousa ao *Avante!*, sobre o Encontro Nacional

## Organizar para intervir

O Encontro Nacional sobre a acção e intervenção do Partido nas empresas e locais de trabalho realiza-se no próximo fim-de-semana no Complexo Municipal dos Desportos de Almada. Jerónimo de Sousa, em entrevista ao *Avante!*, lembra razões e objectivos da iniciativa do PCP.

Pág. 5



Uma dura realidade que urge conhecer

## Mulher trabalhadora dupla exploração

Em vésperas do Encontro Nacional do PCP, o *Avante!* prossegue a publicação de dados sobre a realidade social portuguesa, desta vez traçando um retrato aproximado do que é ser mulher trabalhadora em Portugal.

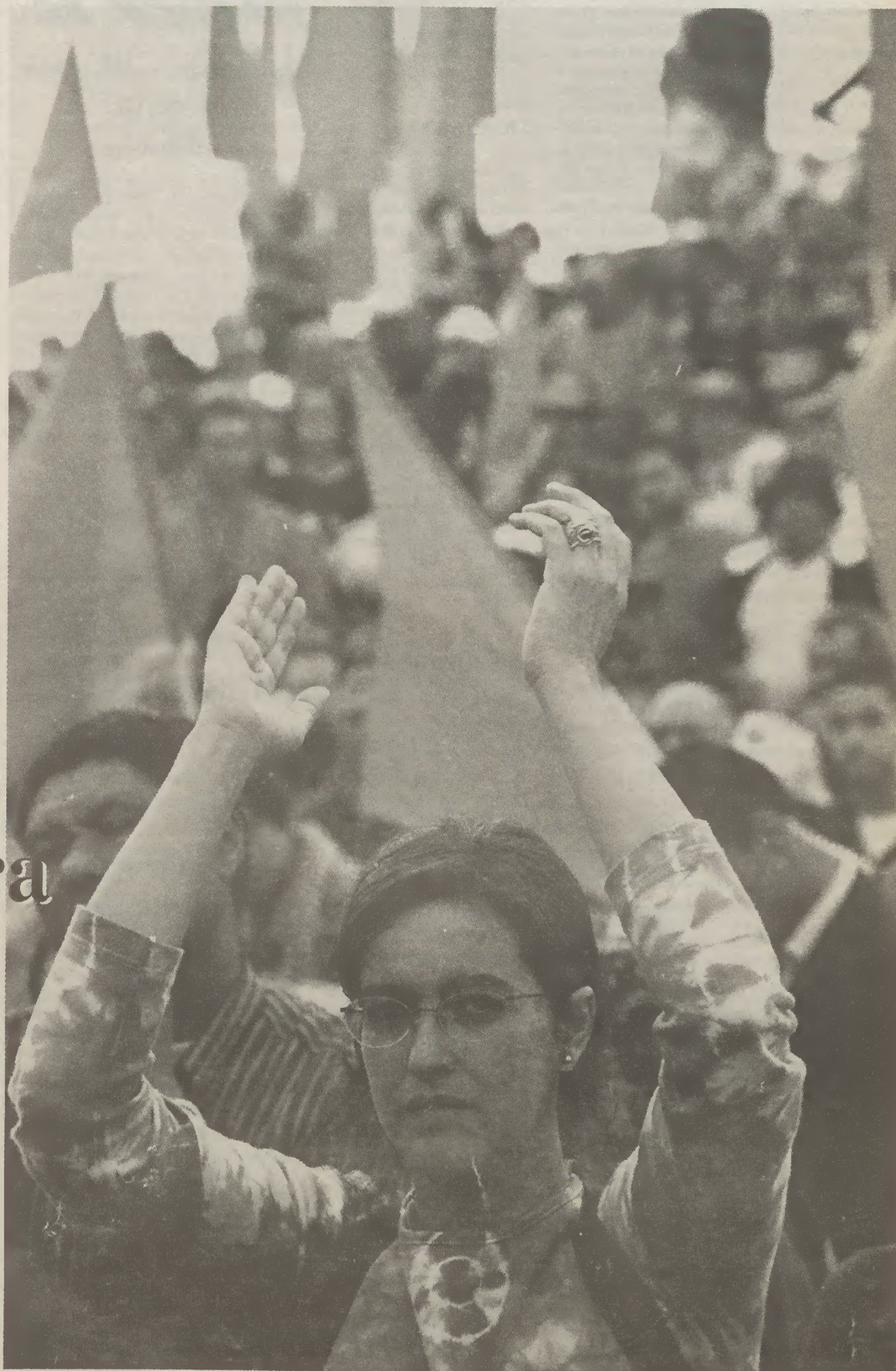
Centrais

Concentração junto à ONU

### JCP em luta pela Paz

Em defesa da paz e contra a intervenção dos EUA no Iraque, a JCP promove uma concentração junto à representação da ONU, na próxima terça-feira, ao fim da tarde, em Lisboa.

Pág. 32



Pedro Nunes

### Um matemático de génio

Comemora-se este ano o 5.º centenário do nascimento de Pedro Nunes, o matemático português mais prestigiado pelos seus pares. Um artigo de Rui Albuquerque, assinala a efeméride.

Pág. 23

Ao povo português

### Manifesto

Uma centena de cidadãos representativos de múltiplos sectores da sociedade portuguesa subscreveram um «manifesto ao povo português sobre a crise mundial».

Pág. 21



**Avante!**

Proletários de todos os países  
UNI-VOS!

**PROPRIEDADE**

Partido Comunista Português  
R. Soeiro Pereira Gomes, 3  
1600 - 196 Lisboa  
Tel. 21 781 38 00

**ADMINISTRAÇÃO**

Editorial «Avante!», SA  
Av. Gago Coutinho  
121/1700 Lisboa  
Capital social:  
€ 125 000.  
CRC matrícula: 47058.  
NIF - 500 090 440

**DIRECÇÃO E REDACÇÃO**

R. Soeiro Pereira Gomes, 3  
1600 - 196 Lisboa  
Tel. 21 781 71 90/91  
Fax: 21 781 71 93  
E-mail:  
avante.pcp@mail.telepac.pt  
Web:  
http://www.pcp.pt

**Director**

José Casanova

**Chefe de Redacção**  
Leandro Martins

**Chefe Adjunto**  
Anabela Fino

**Redactores**

Carlos Nabais  
Domingos Mealha  
Gustavo Carneiro  
Henrique Custódio  
Isabel Araújo Branco  
João Chasqueira  
Margarida Folque  
Miguel Inácio

**Grafismo**

José Araújo

**Fotografia**

Jorge Caria  
Jorge Cabral

**Secretaria da Redacção**

Ivone Dias Lourenço  
Noémia Presúncia

**DISTRIBUIÇÃO**

**DISTRIBUIÇÃO ADE'S**

Editorial Avante!  
Av. Gago Coutinho, 121,  
1700 Lisboa  
Tel. 218 429 836

**Alterações de remessa**

Até às 17 horas  
de cada sexta-feira:  
Tel. 218 429 836

**DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL**

**VASP - Sociedade**

**de Transportes**

**e Distribuição, Lda.**

R. da Tascoa, 16 - 4.º

2745-003 Queluz

Tel. 21 439 85 00

**ASSINATURAS**

Av. Gago Coutinho, 121,

1700 Lisboa

Tel. 218 429 836

**TABELA DE ASSINATURAS\***

(IVA e portes incluídos)

**PORTUGAL**

(Contínente e Regiões

Autónomas)

50 números: 9 000500

44.90 euros

25 números: 4 600500

23.00 euros

**EUROPA**

50 números: 23 000500

114.75 euros

**EXTRA-EUROPA**

50 números: 33 000500

164.60 euros

\*Enviar para

Editorial «Avante!»

nome, morada

com código Postal

e telefone

a acompanhar cheque

ou vale de correio.

**Composição e impressão**

Heska Portuguesa, SA

Campo Raso

2710 - 139 Sintra

Depósito legal n.º 205/85



**Sindicatos descontentes com falta de proposta de aumentos salariais**

## Resumo

### 09 Quarta-feira

Carlos Carvalhas acusa o Governo de seguir as pisadas de Silvio Berlusconi na alteração da legislação laboral e considera que o código do trabalho «retrocede aos primórdios do capitalismo» e colide com o regime democrático e constitucional ● Milhares de imigrantes de Leste estão na iminência de ser expulsos devido ao facto de as empresas em que trabalham não estarem legalizadas, denuncia o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil do Sul ● Dois palestinianos são assassinados pelo exército israelita ● O vice-primeiro-ministro iraquiano acusa os EUA de quere-rem «destruir o Iraque e depois dividir o Médio Oriente».

### 10 Quinta-feira

Encontro nacional de delegados, dirigentes e activistas da CGTP ● O chefe do programa de armamento iraquiano convida a administração norte-americana a inspeccionar «imediatamente» dois locais onde Washington afirma que o Iraque recomeçou a produzir armas de destruição maciça ● Cinquenta milhões de eleitores escolhem, no Paquistão, os futuros deputados do parlamento e de quatro assembleias provinciais ● Os eleitores argelinos são chamados às urnas para escolherem os representantes de 1541 comunas e 48 departamentos.

### 11 Sexta-feira

O Conselho de Ministros aprova 34 diplomas que transformam o mesmo número de unidades hospitalares em sociedades anónimas ● Duas centenas de dirigentes de associações de estudantes do Ensino Superior reúnem-se na Universidade do Algarve, num encontro dominado pela preocupação face às restrições impostas pelo Orçamento de Estado 2003 ● A Comissão de Utentes do Hospital Pediátrico de Coimbra promove um «buziño» de protesto pela demora na construção da nova unidade hospitalar ● A explosão de uma bomba num comissariado de Grozni, capital da Chechénia, provoca a morte de 16 polícias ● O Congresso norte-americano dá luz verde a George W. Bush para recorrer à força contra o Iraque.

### 12 Sábado

Duas centenas de trabalhadores da empresa Valfrío aguardam por uma sentença do Tribunal do Comércio de Lisboa para receberem cerca de quatro milhões de euros de indemnizações e salários em atraso, alerta o Sindicato dos Metalúrgicos ● Milhares de ucranianos manifestam-se em Kiev

contra o presidente Leonid Kutchma, acusado de corrupção e tráfico de armas ● A ilha turística de Bali, na Indonésia, é palco de várias explosões que causam 14 mortos e 120 feridos ● Quatro pessoas morrem durante confrontos entre muçulmanos e hindus da cidade indiana de Solapur.

### 13 Domingo

O secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, defende a convergência dos partidos de esquerda no combate às políticas do Governo PSD/CDS, que compara a um automóvel que só anda em marcha atrás ● A comissão concelhia de Loures do PCP promove uma campanha de recolha de assinaturas para reivindicar a construção de um novo Hospital/Maternidade para o concelho ● A delegação do PCP, que participou na convenção do Partido Comunista de Israel em Nazaré, é recebida pelo presidente da Autoridade Palestiniana, Yasser Arafat, em Ramallah ● As associações de estudantes do Ensino Superior criticam «o preocupante desnorte» do Governo na definição «de uma linha lógica» relativamente à Acção Social Escolar.

### 14 Segunda-feira

A empresa alemã de calçado Schuh-Union anuncia o encerramento da secção de corte e costura da sua unidade fabril de Ponte de Lima, e despede 172 trabalhadores ● O presidente da Câmara Municipal de Setúbal, Carlos de Sousa, processa o vereador socialista Catarino Costa por «injúrias», por este o ter acusado de «enganar os vereadores» quanto à substituição do representante da autarquia na SAD do Vitória de Setúbal ● O número de vítimas da explosão de um carro armadilhado em Bali, Indonésia, ultrapassa o meio milhar ● Os ministros da Justiça e Assuntos Internos da UE expressam a sua condenação pelo «bárbaro e ignominioso» atentado terrorista cometido na Indonésia.

### 15 Terça-feira

Os sindicatos da Função Pública manifestam-se preocupados com a ausência de uma proposta de aumentos salariais depois de uma reunião com a ministra das Finanças ● O primeiro-ministro israelita chega a Washington para uma visita de dois dias durante a qual discutirá com George W. Bush a situação no Médio Oriente e a eventualidade de um ataque ao Iraque ● Cerca de 12 milhões de iraquianos são chamados às urnas para participar num referendo destinado a reconduzir o presidente Saddam Hussein num novo mandato de sete anos ● A ONU condena o atentado perpetrado na ilha de Bali.

## Aconteceu



### Adriano - 20 anos e muito silêncio

Fez ontem 20 anos que morreu Adriano Correia de Oliveira e se calou uma das mais vibrantes vozes da música popular portuguesa. Deixou-nos cedo de mais, com apenas 40 anos e no auge de uma carreira que já levava muito longe e alto a sua «mensagem e exemplo de generosidade e militância», como há duas décadas salientava uma nota da Célula dos Cantores e a Direcção do Sector Intelectual da ORL do PCP. Militante comunista, desde muito cedo empenhado nas lutas antifascistas, Adriano desempenhou um papel de grande relevo na divulgação da música e da poesia entre os trabalhadores e os democratas. Muitas das suas canções, hoje silenciadas, andavam nas bocas e nos corações dos portugueses, no País onde as lutas se travavam e nos lugares de emigração e de exílio. Licenciado em Direito, o cantor passou pelo teatro universitário de Coimbra, a cidade que viu nascer o seu trabalho artístico, primeiro no fado, depois em outras manifestações da canção tradicional e popular. Voz que não esquece, apesar do silêncio a que é votada, a memória do artista permanece, como são prova as várias sessões que os seus amigos promovem um pouco por todo o País.

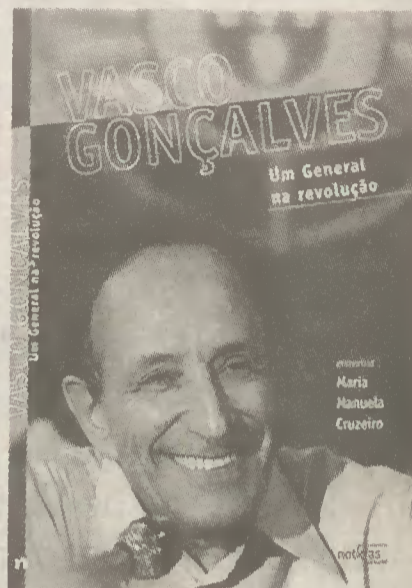
### Exonerações e aumentos

O Governo, que pretende fixar em dois por cento o aumento dos funcionários públicos, mostra como sempre tem dois pesos e duas medidas, ao determinar aumentos da ordem dos 45 e 25 por cento para as remunerações do director-geral e dos subdirectores das Contribuições e Impostos. Isto após a «limpeza» a que procederá nestes cargos e noutros do aparelho fiscal, a fim de que a máquina seja da sua confiança. Entretanto, as regras do jogo das reformas na Função Pública sofrem alterações drásticas - sempre em desfavor dos trabalhadores - o que levou à duplicação dos pedidos de

## Vasco Gonçalves Um General na Revolução

Uma interessantíssima entrevista - a julgar pela primeira parte já divulgada no «site» *Resistir*, da Internet - foi concedida pelo general Vasco Gonçalves à jornalista Maria Manuela Cruzeiro. A entrevista já aconteceu - por isso a notícia que aqui inserimos. Mas o livro vai ser lançado no próximo dia 5 de Novembro, na Associação 25 de Abril, na Rua da Misericórdia, 95, em Lisboa, com a apresentação do coronel Nuno Pinto Soares. O livro, que é publicado pela *Editorial Notícias* e pelo *Círculo de Leitores*, responde a muitas questões que hoje são já do foro da história e que, sobretudo para as novas gerações, constituirá um manancial de informações sobre uma memória que lhes tem sido negada ou deturpada por sucessivos «brancos» dos factos. O capítulo inédito, ora divulgado no «site» *Resistir*, debruça-se sobre a questão do chamado «Documento dos Nove», cuja importância para «o fim do pro-

cesso revolucionário» e para o arrear das perspectivas de construção do socialismo foi fundamental. Como o próprio general indica, tal documento «é centrado, na melhor das hipóteses, num conceito de terceira via para Portugal e exprime um pensamento de esquerda da pequena e média burguesia, bem como os seus receios



em relação à ascensão da classe operária, em geral, e do Partido Comunista, em particular». Um livro aguardado, pelos democratas, com grande interesse.

### Hospitais sem medicamentos?

Mais uma vez é notícia o facto de os hospitais não disporem de meios para a aquisição de medicamentos e de outros materiais essenciais para o funcionamento normal daquelas unidades. Para além dos salários e subsídios a funcionários se encontrarem em risco de não serem pagos, agora

são os medicamentos e o próprio material cirúrgico que não podem ser comprados, ou pelo menos pagos atempadamente. Depois das dívidas às farmácias, o Estado não parece mostrar-se preocupado com os pagamentos de material de saúde e dos respectivos profissionais. E, apesar de tal não

parecer preocupar alguns directores - há os que afirmam que a situação é crónica -, a atitude não deixa de contribuir para o descrédito do Serviço Nacional de Saúde e para a falta de confiança neste, o que, por outro lado, favorecerá a argumentação que defende a privatização.

### Droga continua a matar

Em Portugal, morreram, no ano passado, 280 pessoas em resultado de doenças relacionadas com o consumo de drogas. Trata-se de um número avaliado certamente por baixo,

também ao consumo de anfetaminas e de «ecstasy», segundo revelou o Diário de Notícias, citando um relatório, ainda não divulgado, do Instituto da Droga.





## Crónica Internacional

• Ângelo Alves

### Coincidências...

É usual afirmar-se que em política não há coincidências. Tal afirmação será possivelmente um pouco exagerada, senão deslocada de algumas realidades, no entanto há factos que merecem alguma reflexão de modo a dissipar cortinas de fumo lançadas pelos poderes e poderosos do império. O senado norte-americano aprovou recentemente uma resolução que autoriza a administração norte-americana a proceder à guerra de agressão e ocupação no Iraque.

Em resposta à decisão do regime iraquiano de permitir a entrada incondicional dos inspectores da ONU, com acesso livre a todos os locais, inclusive aos palácios presidenciais e permitindo os interrogatórios a cientistas iraquianos, George W. Bush e a sua administração respondem com a reafirmação da vontade de guerra.

É impressionante como a argumentação dos falcoes da guerra norte-americanos deambula hipocritamente consoante a situação e as resistências aos seus objectivos. No início falou-se do papel das Nações Unidas. Os inspectores da ONU obtêm luz verde para entrar e tal discurso inverte-se: o ataque poderá realizar-se mesmo sem o aval do Conselho de Segurança.

Surge também a questão da existência de armas de destruição massiva no Iraque omitindo-se que foram os próprios EUA que criaram no passado condições para que o Iraque pudesse produzir armas nucleares, químicas e biológicas e são os próprios Estados Unidos, com Israel, os detentores dos maiores arsenais de armas de destruição massiva do mundo e na região. Confrontado com a sua própria hipocrisia, Bush vê-se, então, obrigado a aproximar a argumentação das suas verdadeiras intenções: retirar do poder o regime iraquiano e instalar-se no controlo do país detentor de mais de 10% das reservas conhecidas de petróleo no mundo.

Duas linhas de argumentação são utilizadas: Sadham Hussein é um ditador e... combater o terrorismo.

Que o regime iraquiano configura há longo tempo uma ditadura já todos sabemos, principalmente os comunistas iraquianos, que estão frontalmente contra a invasão do Iraque e que viram morrer 100.000 camaradas seus vítimas de crimes políticos. A pergunta surge inevitavelmente: porquê agora esta preocupação? A resposta existe e pode ser encontrada em documentos do próprio Pentágono: "A finalidade do envolvimento dos EUA, tal como se sustenta na NSS (National Security Strategy), é proteger os interesses vitais dos Estados Unidos na região - acesso ininterrupto e seguro dos EUA e aliados ao petróleo do Golfo" (1).

Esta então o argumento do terrorismo. Curiosamente, ou não, quanto mais nos aproximamos da possível data do ataque ao Iraque mais "renasce" Bin Laden, mais se fala da Al-Qaeda e das suas supostas ligações ao regime iraquiano. Curiosamente, ou não, não se houve falar das ligações da Al-Qaeda à ISI (Inter-Services Intelligence) do Paquistão e das íntimas relações desta com a CIA. Curiosamente, ou não, não se faz referência às transferências de 100.000 USD para as contas de Mohammed Atta (um dos sequestradores dos aviões do 11 de Setembro) na Florida, a partir do Paquistão, por ordem indirecta do General Mahmoud Ahmad (director da ISI), através de Ahmad Umar Sheikh e que se destinavam a financiar os atentados.

Fala-se, infelizmente, muito de terrorismo. As televisões têm revelado actos terroristas sequenciais em diversos pontos do globo, dos quais o de Bali assume a terrível dimensão de tragédia ceifando a vida a quase duas centenas de vítimas civis inocentes. Bush apressou-se a apontar o dedo a Bin Laden e à Al-Qaeda e a relacionar os atentados do Koweit, Iémen e Bali como parte de um terrível plano. Já no dia anterior o senador republicano Richard Shelby vaticinou "uma longa série (de atentados) talvez nos Estados Unidos" criando o espectro do terror e de medo nos próprios EUA.

Sobre a origem dos atentados a história se encarregará de revelar algo mais que acusações e vaticínios, mas sobre o aproveitamento que os falcoes norte-americanos fazem da morte de civis inocentes para prosseguir a sua escalada de guerra não há neste momento dúvidas, até porque essa é uma atitude recorrente.

Dois certezas: 1.ª - como prova a história o terrorismo serve sempre, e está a servir, os interesses do imperialismo; 2.ª - a louca espiral de violência, destruição e morte que Bush insiste em levar por diante é o caldo perfeito para o fortalecimento de quem faz da morte a sua vida. Outras conclusões seriam especulação gratuita, mas estejamos atentos às coincidências...

(1) <http://www.milnet.com/milnet/pentagon/centcom/chap1/strategie.htm#USPolicy>

## Editorial

# REFORÇAR O PARTIDO DOS TRABALHADORES

O Encontro Nacional do PCP sobre a acção e a organização do Partido nas empresas e locais de trabalho - que se realizará em Almada, no próximo fim-de-semana - reveste-se de uma importância e de um significado muito especiais. O reforço do Partido junto dos trabalhadores é, para um partido com a natureza de classe do PCP, uma questão fulcral, pelo que a presença activa do Partido no interior das empresas e dos locais de trabalho constitui uma questão básica, essencial. É na empresa, no local de trabalho, que o trabalhador é confrontado, todos os dias, com a exploração de que é vítima; é ali que ele vende a sua força de trabalho numa desproporção gritante com os lucros obtidos pelo capital; é ali que ele é submetido (aliás, com cada vez maior intensidade e amplitude) às pressões e chantagens que constituem autênticas violações dos direitos e liberdades que são parte integrante de um regime democrático; é ali que ele adquire a sua consciência de classe. Por tudo isso, é ali, na empresa e no local de trabalho, que se situa o lugar de intervenção primeira do partido da

classe operária e de todos os trabalhadores. O espaço da célula do Partido é um espaço específico, singular, que nenhuma outra estrutura, seja de que tipo for, está em condições de preencher: ou existe e funciona a célula do Partido - e esse espaço está preenchido; ou não existe ou não funciona a célula e esse espaço permanece vazio. (O espaço específico da célula do Partido não se sobrepõe nem é concorrente do espaço de acção e de intervenção das estruturas unitárias dos trabalhadores - designadamente dos Sindicatos e das Comissões de Trabalhadores, instrumentos de intervenção de enorme importância e nas quais os militantes comunistas, naturalmente, desempenham um papel determinante.)

## "O reforço do PCP é essencial para a resistência dos trabalhadores"

Fortalecer as células já existentes, dinamizando-as e procurando intensificar a sua intervenção, e criar células activas onde elas ainda não existem é, assim, na situação actual, uma prioridade maior para o colectivo partidário. Só assim estaremos em condições de, assumindo as nossas responsabilidades, desempenharmos o papel que nos compete na defesa dos interesses dos trabalhadores e na luta pelos seus legítimos direitos.

Um contexto em que se acentua a exploração dos trabalhadores; em que o capital, através dos seus homens de mão nos governos, procura impor leis laborais que, configurando brutais regressos ao passado, constituem verdadeiros actos de terrorismo so-

cial, autênticos atentados à democracia, à liberdade, aos direitos e garantias dos trabalhadores; em que a ofensiva ideológica do capitalismo assume proporções de extrema gravidade e dispõe de meios de difusão poderosíssimos à escala planetária - e em que, por tudo isso, crescem as dificuldades e os obstáculos que se colocam à acção, intervenção e organização do Partido e, simultaneamente, se acentua e agudiza a luta de classes - a empresa e os locais de trabalho continuam a ser o local estratégico, a raiz fundamental para o crescimento da força e da influência do PCP. E a realidade mostra igualmente que, apesar de todas as dificuldades, apesar de todos os obstáculos, é possível avançar, é possível - com determinação, confiança e tenacidade - enfrentar com êxito essas dificuldades e esses obstáculos.

Como a realidade nos mostra todos os dias, a melhoria e o reforço do trabalho nas empresas, não só melhora e reforça o trabalho geral do Partido como constitui um elemento fundamental para o reforço da influência social, eleitoral e política do PCP. Com efeito, a capacidade de intervenção do Partido é tanto maior quanto mais forte e activa for a sua organização junto dos trabalhadores; a influência social do Partido é tanto mais ampla quanto mais ampla e sólida for a sua ligação aos trabalhadores, aos seus problemas, anseios e aspirações; e o reforço da expressão eleitoral do PCP decorre, essencialmente, destes factores.

A situação que hoje se vive, no País e no mundo, torna cada dia mais premente a necessidade da existência de partidos comunistas fortes, interventivos, influentes, fortemente ligados às massas trabalhadoras. Daí a forte e intensa campanha visando o enfraquecimento ou o desaparecimento dos partidos comunistas.

Daí também, no nosso caso concreto e como sublinha o projecto de Resolução do Encontro Nacional, a imperiosa necessidade da existência e reforço do partido político da classe operária e de todos os trabalhadores, um partido revolucionário, o Partido Comunista Português.

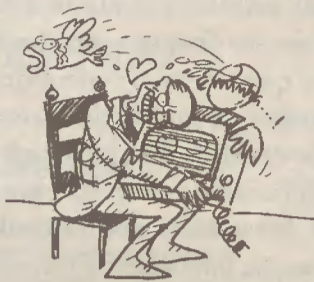


## Actual É mau hábito...

• Vítor Dias

Como já foi muitas vezes explicitado, nas suas posições e intervenções pela defesa e renovação do serviço público de televisão, o PCP longe de se guiar pela identificação com um «status quo» em que continuam a avultar gritantes práticas discriminatórias e deliberadas ofensas ao pluralismo, guia-se precisamente, entre outros objectivos, pela premência de combater e rectificar essas viciosas práticas da RTP.

Mas, assim sendo, apetece entretanto dizer que há responsáveis da RTP que, insistindo em insolentes discriminações contra o PCP, parecem empenhados em tudo fazer para que na área de influência do PCP se avolumem incompreensões quanto as posições do PCP de defesa do serviço público de televisão que, no senso comum, faz tantas coisas que não só não merecem qualquer solidariedade como merecem sim uma firme denúncia.



Por hoje, apenas dois exemplos por ordem crescente de gravidade.

O primeiro para lembrar que, no passado dia 9, a actualidade política nacional foi indiscutivelmente marcada pela interpegação do PCP ao Governo sobre política laboral. E quem é que a RTP/2 convidou para ir ao seu «Jornal» das 22 horas falar sobre o tema? Um dirigente ou deputado do partido interpeante, como seria normal e correspondente a critérios anteriormente praticados? Não! Um responsável do PCP e o ministro Bagão Félix em debate frente às câmaras como ainda seria admissível ou razoável? Não! Palavras para quê, quem a RTP/2 convidou foi unicamente o ministro Bagão Félix!

O segundo exemplo, inspirado pela frase do poeta francês Guillevic que nos avisava que é mau hábito a gente habituar-se, serve sobretudo para exarar um

indignado protesto contra preconceituosos e nada inocentes critérios que levam a RTP/1 a, desde há meses, impor todos os domingos aos telespectadores um debate no «Telejornal» apenas entre José Sócrates e Pedro Santana Lopes cujo efeito acumulado ao longo de meses só pode ser o de favorecer, de forma imbatível ou dificilmente anulável, um efeito de «bipolarização» das opções políticas e eleitorais em violenta rasura do real quadro político nacional.

E não venha a RTP dizer que, até por razões de concorrência, não pode dispensar estas fórmulas televisivas porque a verdade é que podia perfeitamente manter a fórmula mas adoptar um maior pluralismo de intervenientes que se alternariam de um domingo para o outro.

O assunto é sério e o essencial já foi dito. Mas, ainda assim, é grande a tentação de acrescentar acessoriamente que a RTP (já sem Rangel) parece apostada em conseguir o que a SIC (com Rangel) anunciou como um seu poder mas não chegou a conseguir, ou seja, eleger um Presidente da República.

## O Império de Bush

• Jorge Cordeiro

«Bush tem gestor para o Iraque», DN, 12/10/02

Para quem a arrogância imperial de Bush e dos EUA, revelada no poder de decidir das guerras a fazer e dos países a invadir, fosse já razão suficiente para julgar atingido o limite para a indignação estaria longe de imaginar até onde pode ir o arbítrio e o mais insane desprezo pelo direito internacional. Enquanto apronta a máquina de guerra e alimenta a farsa destinada a obter a cobertura internacional para o ataque que unilateralmente decidiu contra o Iraque, a Casa Branca terá já preparado um governo militar americano para instalar naquele país após a sua invasão e ocupação.

Dois milénios depois está de regresso a política imperial de Roma de conquista de territórios e da sua anexação ao Império, transformando os países ocupados em províncias entregues por vontade de César e dos deuses a governadores por si nomeados. Tito Vespasiano na Trácia, Adriano Públio na Síria ou Pompeio na Bitúnia parecem ter encontrado, nos dias de hoje, quem lhe suceda na tradição imperial. O eleito segundo as notícias será não, como então, um Cônsul mas um General de nome Tommy Frank, empossado não por Nero ou Trajano mas por Bush, não em nome dos deuses e da grandeza cultural de Roma mas de coisas mais tangíveis e mundanas como o controlo de 11% do total das reservas de petróleo no mundo. Em comum, o mesmo poderio militar e a mesma ambi-

ção imperial de conquista e dominação do mundo. Em muito mais, não só no tempo, a diferença. A começar no facto de Bush ser bem mais inculto e bárbaro que todos os imperadores de Roma.

A notícia com origem no New York Times encerra em si, entretanto, um enorme mistério. Sendo que o ataque ao Iraque tem sido construído sob o pretexto da apresentação de provas irrefutáveis da existência de armas de destruição maciça naquele país não se compreende por que razão se invoca como justificação para impor um «governo americano» o dar tempo para segundo aquele jornal «encontrar e destruir as armas de destruição maciça».

Bush e os seus parecem saber contar com a mais plena impunidade, construída sobre a progressiva desautorização das instâncias internacionais como o revelou o episódio com os inspectores das Nações Unidas, onde o chefe destes não hesitou em secundar as posições de Bush e a fazer suas e da missão as ordens de Bush e as condições por este ditadas.

Por todo o mundo cresce o sentimento de indignação e de condenação da política dos Estados Unidos. É decisivo que Bush saiba não poder contar com a passividade e indiferença de todos quantos não se conformam perante a bárbara imposição de uma nova ordem mundial destinada a favorecer a globalização capitalista e a garantir as condições para a impor pela força.



## O elo mais fraco...

• Aurélio Santos

«Contra um ataque global uma resposta global» — esta frase lapidar não foi escrita por nenhum filósofo grego. Foi proferida em tom solene pelo Primeiro-Ministro português, em referência aos terríveis acontecimentos de Bali. E, ao ouvi-la, não se pode deixar de a identificar como um eco da voz do dono.

Quando Bush diz que quem não está com ele está decerto contra ele, e quando se está vendo que o que Bush pretende é transformar o Iraque em protectorado anexado pelos EUA, Durão, nos bicos dos pés, apressa-se a bradar que só não está mais com Bush porque não pode: Portugal é um país pequeno, periférico, até pobre...

Não podemos mudar a geografia, nem alterar a história — que fez do chamado Império português, afinal de contas, um protectorado, não jurídico, mas económica e politicamente

dependente, primeiro da Inglaterra e depois da NATO, isto é, dos EUA. Mas não podendo orgulhar-nos dos dirigentes governativos do nosso país (habitados a pagar protecção) ergamos pelo menos um bastão de identidade nacional, muito antiga tradição de um povo.

A «globalização» (esta) tem-se brutalmente revelado não como integração racional da produção, mas como cruel roubarheira e pilhagem mundial. Descarada, muitas vezes. Mas outras tão escondida e réptil que é preciso desmascará-la melhor.

Ao contrário do que muitos possam pensar, nunca estivemos contra o que agora se chama «mundialização». Mas num mundo coerente, em que o sentido de liberdade e justiça conduzisse a uma cada vez mais equitativa repartição da riqueza produzida pelos que trabalham.

De momento — é de guerra que se trata. E a «pax americana» não é senão um vulcão erguido sobre uma humanidade que quer uma paz verdadeira — e por ela tem de lutar. Com tombo, fracturas, e equimoses? Faz parte da vida — e só com luta o mundo tem avançado.

Quanto a Durão seria bom ser levado a esse concurso agora em voga: «O elo mais fraco» — (parece que no Conselho de Ministros já vão praticando esse jogo, para ver qual será excluído primeiro).

Sugiro uma pergunta... e o «cenário» decorrente:

Apresentadora: — Diga qual é para si o significado em português da palavra «bush»?

Resposta (de Durão): — «Bush é o nosso guia mundial e nosso mestre».

Apresentadora: — «A resposta está... errada. A palavra «bush» significa, em português, «arbusto».

Vamos votar. (pausa)

Os votos indicam que você é o elo mais fraco.

Adeus.



## Frases

“Há um desequilíbrio de fundo na economia dos EUA: os americanos vivem acima dos seus meios, endividando-se. As famílias, as empresas e o Estado não poupam o suficiente. A diferença tem sido coberta com um brutal afluxo à América de dinheiro de todo o mundo. Esperar que um ataque a Saddam resolva este desequilíbrio é uma perigosa ilusão.”

(Francisco Sarsfield Cabral, Diário de Notícias, 15.10.02)

“Tudo aquilo que se tem passado levou à perda do peso político do ministro [da Defesa Paulo Portas] e à sensação de que uma pessoa destas é capaz de não ter todos os valores que devem existir em alto grau no topo da instituição militar.”

(General Loureiro dos Santos, ex-CEME, Público, 14.10.02)

“Este ministro [da Defesa Paulo Portas] tem tido algumas dificuldades que não têm nada a ver com as Forças Armadas.”

(General Alvarenga de Sousa Santos, actual CEMGFA, idem)

“Na minha opinião [o Orçamento 2003 para a Defesa] não chega. Não me parece que dois por cento tenha algum significado em relação àquilo que é preciso (...) Creio que o ministro está paralisado com esta situação (...) Julgo que o ano 2003 é o ano da verdade.”

(Idem, ibidem)

“Militares descontentes com Paulo Portas.”

(Título, idem)

“Caso Moderna adia congresso do CDS e divide PSD.”

(Título, idem)

“A intriga naturalmente ferve. O sr. Santana Lopes já anunciou o seu apetite por Belém, para cortar terreno ao dr. Cavaco e o forçar a descer do assento etéreo a que subiu, como santo padroeiro do PSD e da direita.”

(Vasco Pulido Valente, Diário de Notícias, 13.10.02)

“O casino [no Parque Mayer] não é uma questão moral. O casino é um grave erro político e urbanístico.”

(Leonel Moura, A Capital, 13.10.02)

“O notável trabalho de Manuela Melo como vereadora da cultura da cidade [do Porto] ao longo de 12 anos (...) corre agora o risco de ser deitado pela janela fora por uma gente que, com a sua miopia político-cultural, congelou a cidade.”

(Paulo Cunha e Silva, Diário de Notícias, 14.10.02)

“O pior, neste Orçamento [do Estado], é que não se vê vontade de emagrecer o monstro. Continuamos a deixar o monstro engordar e apagamos umas luzes para que as gorduras fiquem na sombra.”

(Helena Garrido, Diário Económico, 14.10.02)

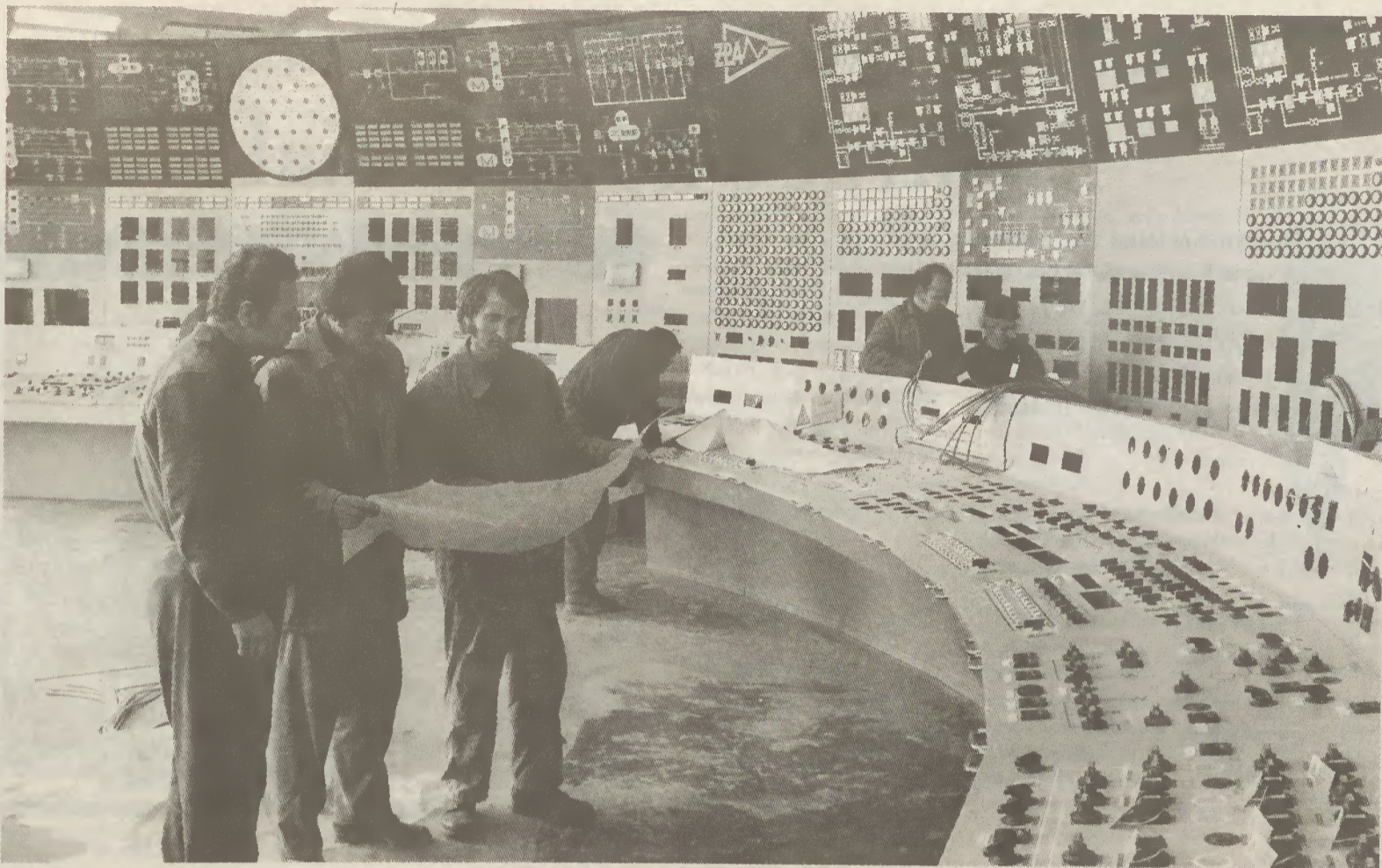
“O que a proposta de Orçamento do Estado para 2003 ameaça provocar é, simplesmente, um aumento da fuga e da fraude.”

(João Cândido da Silva, idem)

“A oposição dá imagens extremamente ponderadas, mas implacáveis, da actuação do Governo e vai avançando com alternativas viáveis.”

(Eduardo Prado Coelho, 15.10.02)





Jerónimo de Sousa, ao Avante!, sobre o Encontro Nacional

● Gustavo  
Carneiro  
texto

# Organizar para intervir

**O Encontro Nacional sobre acção e intervenção do Partido nas empresas e locais de trabalho realiza-se nos próximos sábado e domingo, no Complexo Municipal dos Desportos de Almada. O Avante! entrevistou Jerónimo de Sousa, membro da Comissão Política, que lembrou as razões e objectivos da iniciativa.**

**Antes de mais, que razões presidem à marcação de um Encontro com estas características?**

Este problema constituiu uma das decisões do XVI Congresso. Na Resolução Política aprovada, embora se tenha verificado avanços no estudo e análise sobre a realidade que se vive nas empresas e locais de trabalho, considerou-se a necessidade de aprofundar esse estudo e essa análise visando o reforço da acção, intervenção e organização do Partido nesse espaço estratégico da nossa vida e da nossa luta.

**Que objectivos estiveram na base da marcação desta iniciativa?**

Sendo uma iniciativa de grande importância e actualidade, ela não pode ter como objectivo ser ponto de chegada ou de partida. Há que considerar e valorizar o conjunto de anteriores discussões, decisões e iniciativas do Comité Central, onde se releva a recente Conferência Nacional e as suas conclusões. Há orientações e medidas que necessitam de concretização e andamento permanentes e quotidianos. Mas o Encontro, tanto na sua fase de preparação como na sua realização, encerra um senti-

do dinâmico de balanço e de acção de envolvimento de todo o Partido numa questão em que se alicerça a sua natureza e identidade de classe, a sua estratégia política e política de alianças, o seu futuro e influência na sociedade, o seu papel

usada para encarar e resolver os problemas dessa ligação. Mas nunca confundimos dificuldade com impossibilidade.

Para um Partido com esta natureza, ideal e projecto, essa ligação é tão natural e necessária como o ar que respiramos. E este PCP, apesar de por vezes ser entendido como tal, não pode ser, como diz o nosso povo, uma espécie de «Santa Bárbara só lembrada e evocada quando faz trovões». É um Partido de trabalhadores que defende os seus interesses em toda a sua actividade que tem como preocupação e pedra angular da sua razão

Não subestimamos o peso e a complexidade das questões que colocaste, como se demonstra no documento em discussão. Aliás, penso que o Encontro, tanto na sua preparação como nos próximos sábado e domingo, deveria aprofundá-las.

Temos de saber, no plano da intervenção e da organização, tratar de forma diferenciada situações que não são iguais, por exemplo os vínculos à empresa, o conteúdo das reivindicações, o grau de consciência social e política dos trabalhadores. Mas há uma questão incon-

que o Partido sofreu como que um «sobressalto». Não por falta de orientações mas por estar mais desperto para as concretizar, para as entender como prioridade permanente na acção das organizações e do trabalho militante.

«Nós nunca confundimos dificuldade com impossibilidade»

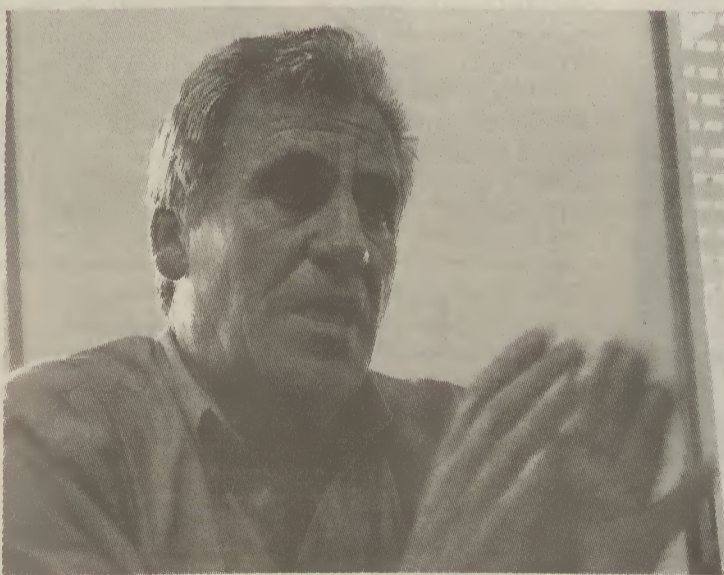
**Quando foi marcado o Encontro, o quadro político era completamente diferente...**

É um facto! Com a formação e entrada em actividade do Governo do PSD-CDS/PP, assistimos hoje à ofensiva sem precedentes no plano político e económico, mas particularmente contra os direitos dos trabalhadores e

Estado altamente penalizador para os trabalhadores e micro, pequenos e médios empresários e quer fazer o «trinco» com o pacote laboral.

**Pensas que esta grande iniciativa do PCP pode contribuir para o combate à política de direita?**

Tal combate deve ser intrínseco a todo o debate e às conclusões do Encontro. Se temos como objectivo reforçar a organização partidária ele deve ser indissociável do reforço da acção e interacção do Partido. Uma organização mais forte não deve ser para «ter e para estar». É para agir, para intervir lá no local onde se libertam energias, evoluem as



**O Partido tem de estar organizado e activo onde a exploração se dá, lembrou Jerónimo de Sousa**

insubstituível no desenvolvimento, na organização e na luta dos trabalhadores.

**Pensas, portanto, que o objectivo central de reforçar a ligação do Partido aos trabalhadores será cumprido...**

Hás-de reparar que na nossa análise e perspectiva nunca a palavra «fácil» é

de ser a elevação da sua consciência, a sua unidade, organização e luta.

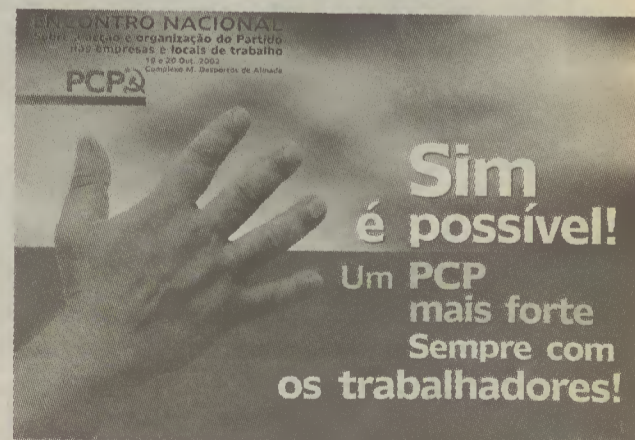
Haverá outro partido capaz de fazer essa ligação?

**A precariedade e as alterações ocorridas no tecido industrial não te parecem dificuldades a ter em conta na organização do Partido por local de trabalho?**

tornável, como aliás se prova neste pacote laboral. A luta de classes, o confronto e o conflito entre o capital e o trabalho continua na ordem do dia e é uma questão central na época que vivemos.

**Pensas que o Partido se envolveu na preparação deste Encontro?**

Sem querer adiantar balanços, arrisco-me a considerar



as conquistas sociais. Num quadro de aceleração das privatizações, de aumento do desemprego, de falências, encerramentos e deslocalizações de empresas, o Governo já concretizou a Lei de Bases da Gestão Hospitalar contra o Serviço Nacional de Saúde, faz saber hoje na Assembleia da República a nova Lei de Bases de Segurança Social, apresentou um Orçamento de

consciências, se constrói a unidade, se transforma o descontentamento e o protesto em luta, se assume a condição de explorado, tornando mais emergente a necessidade de aderir ao seu Partido que como forma superior de organização política dos trabalhadores não é substituível por nenhuma organização ou movimento social.



Células do Partido  
preparam Encontro Nacional ligadas aos problemas concretos

## Centrado no essencial

Em vésperas do Encontro Nacional do Partido, o *Avante!* foi saber como funcionam e por que lutam as células da Autoeuropa, da Alcoa e da Câmara Municipal da Moita, que empreendem grandes esforços no sentido do reforço e alargamento da sua influência aos restantes trabalhadores.

No concelho de Palmela, decidiu-se pela criação de um organismo intermédio e

pelo destacamento de quadros para o acompanhamento directo às empresas, nomeadamente as que se localizam no parque industrial da Autoeuropa.

Decorrente destas orientações, a célula da fábrica automóvel deparou-se com o primeiro desafio: a participação na Festa do *Avante!*, através de um bar com o nome do seu boletim informativo, «O Faisca». O resultado foi a venda de 135 EP's e o envolvimento dos militantes e simpatizantes do Partido no funcionamento do bar.

Decidida tinha ficado igualmente a distribuição de propaganda à porta das empresas, assim como a venda especial do *Avante!* de 26 de Setembro. Nesta acção, a primeira do género naquele parque industrial, venderam-se mais de 40 exemplares do órgão central do Partido.

Ao mesmo tempo que realizava estas acções, a célula procurava aprofundar o seu conhecimento da realidade, assim como o sentimento dos

trabalhadores das empresas do parque, mais de dez. Este esforço culminou numa reunião, realizada no

passado sábado, da célula da Autoeuropa, alargada aos membros dos órgãos representativos dos trabalhadores das empresas envolvidas — como a *Frans*

*Maas*, a *Schnellecke*, a *Vanpro* ou a *Lear*. Estes activistas, não sendo comunistas, compareceram à reunião e participaram, como convidados, no encontro nacional do próximo fim-de-semana. Nesta reunião, os membros da célula aperceberam-se das dificuldades sentidas pelos trabalhadores daquelas empresas, nomeadamente ao nível da realização de plenários.

### Lutar por melhorias

Obrigatoriamente diferente é a intervenção dos comunistas junto dos trabalhadores da administração local. Com os sucessivos ataques ao aparelho produtivo nacional, as autarquias destacam-se actualmente por serem, em muitos concelhos do País, as

maiores empregadoras. Além disso, como lembraram os membros da célula da Câmara Municipal da Moita, estes trabalhadores são dos mais mal pagos do País, o que se deve única e exclusivamente à política de direita praticada pelos sucessivos governos.

Segundo esta célula, estas especificidades obrigam o Partido a um olhar atento, pois pelas funções que estes trabalhadores desempenham, a sua influência social e política abrange uma grande fatia da população, na qual se incluem outros trabalhadores que residam, trabalhem ou lutem nos respectivos concelhos.

No caso desta autarquia, de maioria CDU, tem sido objectivo e orientação da célula comunista pugnar por uma gestão participada que contribua para melhorar as condições de trabalho e aumentar o nível de consciência dos trabalhadores. Relativamente às questões gerais, a linha é só uma: mobilizar para a luta. É participando nas estruturas partidárias e unitárias, nomeadamente a Comissão Sindical, que os comunistas que trabalham na Câmara Municipal da Moita contribuem para alcançar estes objectivos.

No plano autárquico, os trabalhadores lembram que o desempenho das funções autárquicas é determinante para melhorar as condições e qualidade de vida dos trabalhadores e das populações. E, desta forma, merecendo a sua



O Partido pretende ver reforçada a sua constante presença junto dos trabalhadores

confiança, assegura a célula comunista.

### Enfrentar os desafios

Com cerca de 1500 trabalhadores, na sua maioria jovens e mulheres, a Alcoa (ex-Indelma/Siemens) enfrenta um clima de instabilidade, motivado pelas constantes deslocalizações e rescisões de contratos. Apesar de toda a incerteza, o PCP mantém uma célula forte, com 25 militantes. Muitos comunistas foram saindo da empresa nos últimos anos, mas conseguiu-se sempre fazer novos recrutamentos entre os trabalhadores. Este reforço e

aumento da actividade da célula tem, segundo os seus membros, alterado positivamente a aceitação do Partido por parte dos restantes trabalhadores, como se nota — garantem — pelas últimas distribuições de propaganda junto às instalações da empresa ou pela venda especial do *Avante!*, na qual se vendeu mais 63 exemplares do que habitualmente.

O que explica este reforço? Segundo os militantes, a explicação poderá residir na acção determinada dos comunistas em defesa dos interesses dos trabalhadores e dos postos de trabalho. Segundo eles, este constitui o principal tema de discussão nas suas reuniões.

No interior da empresa, os comunistas mantêm uma actividade constante, quer no contacto directo com os trabalhadores quer na tomada de posições públicas, através de comunicados. Com muitos militantes a residir fora do concelho do Seixal, onde a Alcoa se situa, a organização comunista consegue reunir com regularidade fora da empresa, mantendo uma efectiva ligação com a estrutura local do PCP.

Mas a célula não se esforça por manter ligação apenas aos comunistas. Frequentemente organiza iniciativas de convívio entre todos os trabalhadores, que participam em grande número.



O PCP solidarizou-se imediatamente com os trabalhadores com salários em atraso

## Comunistas solidários

Os trabalhadores da Carveste e da Nova Penteação, grandes indústrias têxteis da Covilhã, manifestaram-se no passado dia 11 contra o atraso no pagamento dos salários nas duas empresas. O PCP solidarizou-se com os mais de mil trabalhadores, enviando uma delegação à concentração.

A Direcção Regional de Castelo Branco do PCP con-

sidera que o distrito tem vindo a perder o seu aparelho produtivo, com falências sucessivas, sem que haja uma intervenção governamental para salvar as empresas e os postos de trabalho. Os comunistas consideram que é à ausência de uma política de defesa do aparelho produtivo que se deve responsabilizar pelo «desastre económico e social» da região.

Esta situação, prossegue a DORCB, exige uma urgente intervenção do Governo, analisando a real situação de cada uma das empresas e responsabilizando os patrões responsáveis pela situação das unidades industriais.

A tomada urgente de medidas para o pagamento dos salários é também reclamada.

## Sintra reforça células

Integrados no grande esforço orgânico de reforçar a presença e acção do Partido junto dos trabalhadores, os comunistas das células de empresas do concelho de Sintra realizaram, no passado dia 5 de Outubro, com a participação de Bernardino Soares, membro da Comissão Política do PCP, a sua 3.ª Assembleia de Organização.

A Assembleia, depois de debater a situação política e social nas empresas da região de Sintra, aprovou uma Resolução Política que constitui um compromisso de luta e reforço da organização das várias células, da intensificação do recrutamento e do aumento da venda do *Avante!*.

Entre as medidas mais

debatidas pelos delegados, destacam-se a manutenção e reforço do contacto com os trabalhadores junto das empresas, a promoção de debates ideológicos para enquadramento dos novos militantes, a realização de plenários mensais e iniciativas de convívio, e a elaboração regular de comunicados de células, denunciando problemas e mobilizando os trabalhadores para a luta em defesa dos seus direitos.

Os delegados, depois de terem apontado a necessidade de mobilizar os militantes para a sua intervenção no Encontro Nacional sobre intervenção e organização do Partido nas empresas e locais de trabalho, elegeram por unanimidade o novo organismo de direcção do sector de empresas concelhio.

A encerrar os trabalhos, Bernardino Soares criticou a política do Governo e condenou os ataques sem precedentes que este está a desferir contra os direitos dos trabalhadores, acusando, nomeadamente, o ministro Bagão Félix de pretender entregar a segurança social ao capital financeiro.

## Esclarecer para o combate

«Comparem os direitos e regalias consagrados no Acordo de Empresa com o que é proposto neste projecto de Pacote Laboral e verificarão o que este Governo vos pretende retirar.» Esta foi a proposta feita aos trabalhadores do Metro pela célula comunista, através de um comunicado onde apela à luta em unidade contra a ofensiva do Governo. Para os comunistas do Metro, só mesmo a luta poderá derrotar a proposta do Governo, como já no passado aconteceu.

A célula do Partido lembra que esta ofensiva contra a legislação laboral não é isolada, estando inserida num ataque mais vasto, em que a privatização de serviços públicos fundamentais, as alterações à Lei de Bases da Segurança Social e às leis eleitorais e o orçamento de Estado são apenas alguns exemplos.

O comunicado, além de enumerar algumas das alterações propostas pelo Governo, recorda que este Pacote Laboral foi preparado pelos patrões e que não pretende mais do que esvaziar e descaracterizar a legislação laboral portuguesa.



## Seguros

O «Código do Trabalho» está hoje em debate, a partir das 17.30 horas, na sede do Sindicato Nacional dos Profissionais de Seguros e Afins, no Porto. A direcção do Sinapsa, que promove a iniciativa, entende que o documento do Governo «é um enorme retrocesso social», pois «precariza ainda mais os vínculos laborais, enfraquece a contratação colectiva, reforça o arbítrio patronal, reduz os rendimentos dos trabalhadores, aumenta os tempos de trabalho». O texto «precisa de ser conhecido e debatido, para a necessária mobilização dos trabalhadores».

## Transportes

«A fadiga mata» foi o lema da jornada promovida anteontem em diversos países pela Federação Internacional dos Trabalhadores dos Transportes e que teve a adesão da Festru/CGTP-IN. Associando-se à reivindicação da redução imediata da duração máxima da jornada de trabalho no transporte por estrada, a Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários e Urbanos realizou, na área de descanso da fronteira de Vilar Formoso e Fuentes de Oñoro, uma iniciativa conjunta com as estruturas congéneres das Comisiones Obreras e da UGT de Espanha.

## Arrasto

Continua a greve dos trabalhadores da pesca do arrasto costeiro, que desde 16 de Fevereiro paralisam aos fins-de-semana, em luta pela revisão do contrato colectivo de trabalho. A federação sectorial da CGTP e o Sindicato dos Trabalhadores da Pesca do Norte revelaram que, à falta de acordo, cinco empresas subscreveram acordos colectivos com os respectivos trabalhadores. Os acordos de empresa abrangem 8 navios e distinguem o trabalho prestado ao fim-de-semana na costa portuguesa ou em Espanha. As estruturas sindicais convocaram um plenário para o próximo dia 26, em Aveiro.

## Movimento

**Defender a Segurança Social**, como sistema público, universal e solidário, será o principal objectivo de um movimento cívico que vai ser anunciado hoje à tarde, numa conferência de imprensa convocada pela CGTP para a sua sede nacional. O encontro com os jornalistas destina-se a dar eco das preocupações da central quanto à política do Governo para a Segurança Social. A CGTP adianta, na nota enviada anteontem à comunicação social, que pretende exigir esclarecimento sobre o financiamento do sistema público e, nomeadamente, sobre os cortes que o Governo decretou nas transferências para o Fundo de Reserva.

Campanha «Andar para trás, não!» chega a muitos milhares de trabalhadores

# Sucesso crescente

**Com Carlos Carvalhas, encerra hoje, em Lisboa, a jornada de esclarecimento do PCP sobre Pacote Laboral e Segurança Social. Para trás ficam inúmeras iniciativas nas quais se contactou com milhares de trabalhadores.**

Durante as últimas três semanas, o PCP levou a cabo por todo o País uma campanha de esclarecimento sobre o Pacote Laboral e as alterações à Lei de Bases da Segurança Social. Nesta campanha, foi privilegiado o contacto com os trabalhadores, junto às empresas ou noutros locais de grande concentração popular.

Os responsáveis pela cam-

panha destacaram o esforço militante dos comunistas que, ao mesmo tempo, preparavam o Encontro Nacional e as várias acções de massas que, no plano unitário, se travam em protesto contra a grande ofensiva que o Governo dirige aos trabalhadores.

Muitas das acções contaram com a presença de dirigentes do Partido, entre os quais o secretário-geral, Carlos Car-

valhas, que participa hoje, em Lisboa, no encerramento, com encontro marcado para as 17 horas, no Chiado. Carvalhas participou ainda no contacto directo com os trabalhadores da Autoeuropa e das Oficinas Gerais de Material Aeronáutico (OGMA). Para além de Carvalhas, diversos outros dirigentes do Partido estiveram presentes nas diversas iniciativas realizadas.

### Aceitação geral

No Porto, a acção de encerramento da campanha teve lugar anteontem, na Rotunda da Boavista, com a presença de Sérgio Teixeira, da Comissão Política, e José Timóteo, do Comité Central.

**A campanha contou com grande aceitação por parte dos trabalhadores**



Carlos Carvalhas, aqui na Autoeuropa, participou activamente na campanha

CGTP marca para 30 de Outubro

## Dia nacional de luta contra o Pacote Laboral

O plenário nacional de sindicatos do passado dia 10 juntou milhares de activistas que, num grande desfile, levaram ao Ministério do Trabalho as razões do protesto. Os trabalhadores reuniram-se no Pavilhão dos Desportos de Lisboa, onde discutiram as implicações do Pacote Laboral e decidiram sobre as próximas acções a realizar, nomeadamente o dia nacional de luta a 30 de Outubro, com greves e manifestações de rua.

Na resolução que aprovaram por unanimidade, os sindicalistas comprometeram-se a debater com os trabalhadores e aprovar em plenários compromissos de empenhamento e disponibilidade para todas as acções e formas de luta que se venham a travar, inclusivamente, se necessário, a greve geral. A necessidade de convergência, em ambos os sectores público e privado, das lutas em torno da Segurança Social e da Saúde com as reivindicações específicas de empresa e sector e as principais exigências da Intersindical para o

próximo ano foi outra das orientações aprovadas no encontro.

Para além do Pacote Laboral, o plenário opôs-se às alterações à Lei de Bases da Segurança Social, à redução dos salários reais, ao aumento do IVA, bem como aos ataques ao sistema público de saúde patente na Lei de Bases de Gestão Hospitalar.

Depois do plenário no Pavilhão Carlos Lopes, os sindicalistas desfilaram pelas ruas da capital, em direcção ao Ministério do Trabalho. As faixas e as palavras de ordem entoadas pelos manifestantes davam conhecimento dos motivos da luta.

### Inter responde ao Governo

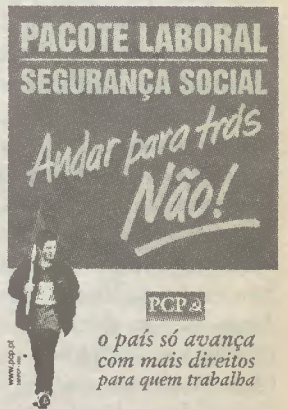
A CGTP acusou anteontem o Governo de procurar confundir os trabalhadores quanto ao verdadeiro alcance e significado do Pacote Laboral, chegando mesmo a exercer pressões sobre órgãos de comunicação social que,

«com isenção, procuram auscultar e, no livre exercício do direito à informação, divulgar posições de organizações com incontornável peso na sociedade portuguesa».

Respondendo às declarações do secretário de Estado do Trabalho, segundo o qual os direitos omitidos no Código – deliberadamente, segundo o governante – seriam alvo de regulamentação

futura, a Intersindical afirma que não basta «vir para a praça pública com afirmações avulsas, genéricas e hipócritas sobre garantias de direitos», destacando que as «trabalhadoras e os trabalhadores reclamam propostas concretas». Em causa está a «notória omissão ou enfraquecimento de importantes direitos e garantias em vigor no âmbito da

protecção da maternidade e da paternidade». A proposta do Governo não consagra, por exemplo, o direito a alguns subsídios actualmente pagos às mães e aos pais e a assistência à família. Há também licenças e faltas que deixam de contar como tempo de trabalho efectivo, como a licença de paternidade, actualmente fixada em cinco dias.



bém as acções realizadas por todo o País junto dos trabalhadores da Segurança Social.

Os estudantes, futuros trabalhadores, não foram esquecidos. No Porto e em Lisboa realizaram-se iniciativas destinadas aos jovens, nomeadamente um encontro, no qual participou Júlio Vintém, do Comité Central, e uma distribuição na cantina da Cidade Universitária, na qual participaram os membros da Comissão Política Bernardino Soares e Paulo Raimundo.

Jerónimo de Sousa, da Comissão Política, e José Teles, do CC, participaram num debate em Viseu sobre a situação social, com especial incidência nas mais gravosas medidas do Pacote Laboral.

Um pouco por todo o País se realizaram acções de esclarecimento dos trabalhadores e das populações, nas quais participaram diversos dirigentes comunistas como Honório Novo, Ilda Figueiredo, António Filipe, Américo Costa e Lino de Carvalho.



Os sindicatos mostraram-se dispostos a tudo fazer para derrotar o Pacote Laboral



## Sem receber

Na Ruivo Moldes os trabalhadores aceitaram, em plenário, a proposta patronal de pagamento dos salários de Setembro até 10 de Outubro. Sublinhando que esta data só pode ser encarada com carácter de excepcionalidade, o Sindicato dos Metalúrgicos de Coimbra e Leiria informou ainda que os trabalhadores exigiram que, em simultâneo, fosse apresentado um plano de regularização dos subsídios de férias em dívida. Sem receber salários desde Agosto estão também os trabalhadores da **Rádio Clube de Sintra**, revelou segunda-feira o Sinttav. O sindicato, que pediu uma reunião à administração, refere ainda que está por pagar o subsídio de turno aos jornalistas e metade dos trabalhadores não recebeu o subsídio de férias. Vítimas de salários em atraso desde 1992, os trabalhadores da **Valfrio** que se mantiveram na empresa até à declaração de falência, em Junho de 1999, ainda não receberam os seus créditos. O Sindicato dos Metalúrgicos do Sul chamou a atenção, na semana passada, para o facto de que «o património da empresa está vendido e o dinheiro à ordem do tribunal»; apesar de este ter sido criado «de propósito para que os processos de falência demorassem menos tempo, está há cerca de um ano para graduar os créditos».

## Contratados

Os professores do primeiro ciclo do Ensino Básico que foram colocados e assinaram contrato em Setembro, só irão receber o primeiro vencimento a partir de 23 de Novembro, denunciou anteontem o SPGL, reclamando que o Governo cumpra a lei e pague os vencimentos no mês em que é prestado serviço.

## Por 35 horas

No Hospital de S. Sebastião, em Santa Maria da Feira, há dois pesos e duas medidas na organização do trabalho. Segundo o STFP Centro, os trabalhadores com vínculo à Função Pública praticam 35 horas semanais, mas os que estão em regime de contrato individual de trabalho têm uma semana de trabalho de 40 horas. O sindicato tem tentado, desde Maio, que os responsáveis do hospital, da ARS e do Ministério da Saúde resolvam o problema e já obteve da Direcção-Geral da Administração Pública o reconhecimento da necessidade de uniformizar o limite das 35 horas. Entretanto, «esgotada a paciência dos trabalhadores», foi entregue pré-aviso de greve, abrangendo as primeiras duas horas de cada dia de trabalho de todos os funcionários que ainda não estão abrangidos por aquele horário, desde a passada segunda-feira até final de Outubro.

Greve de ontem na Administração Pública começou com elevada adesão

# Parar a ofensiva

Os primeiros indicadores mostravam uma forte adesão, nos vários sectores, com destaque para a administração local, a saúde, a educação e a justiça, incluindo os funcionários administrativos e auxiliares.

Mais de metade dos trabalhadores dos sectores da saúde e da recolha do lixo, por exemplo, aderiram à greve no início dos seus turnos, revelava a Agência Lusa, citando os primeiros números divulgados pelas estruturas da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública. Ao longo da noite, e de acordo com as informações recolhidas pela agência Lusa, a adesão à greve variou, naqueles sectores, entre os 60 e os 100 por cento.

De acordo com uma nota divulgada de madrugada, a adesão à greve foi de 100 por cento nos hospitais de São José, Garcia de Orta, Fundão, Cova da Beira e São Francisco Xavier, onde somente eram assegurados os serviços mínimos. A paralisação estava também a afectar fortemente os hospitais Miguel Bombarda, Santa Maria, Castelo Branco, Faro e Barlavento Algarvio.

O Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local informou que, na recolha de resíduos sólidos,

em Almada, Amadora, Barreiro, Évora, Loures, Moita, Palmela, Seixal, Setúbal e Sintra, a adesão foi total. A recolha de lixo foi ainda afectada em Braga (tal como o sector de manutenção dos transportes urbanos municipais) e Viana do Castelo devido à grande adesão dos trabalhadores, de 75

**A luta vai prosseguir, enquanto se mantiver o ataque aos rendimentos e direitos dos trabalhadores**

por cento em ambos os casos. O STAL tinha já confirmada a participação de mais de 6 mil trabalhadores na manifestação de ontem à tarde, em Lisboa, «o que indicia a maior manifestação de sempre da Administração Pública».

Em Lisboa, uma primeira informação da Frente Comum revelava que das 136 viaturas que costumam sair às 22 horas, apenas 27 vieram para a rua, «com trabalhadores em situação de emprego precário e, na sua maioria, apenas com motorista».

Os dados sindicais apontavam igualmente para o encerramento de centenas de estabelecimentos escolares.

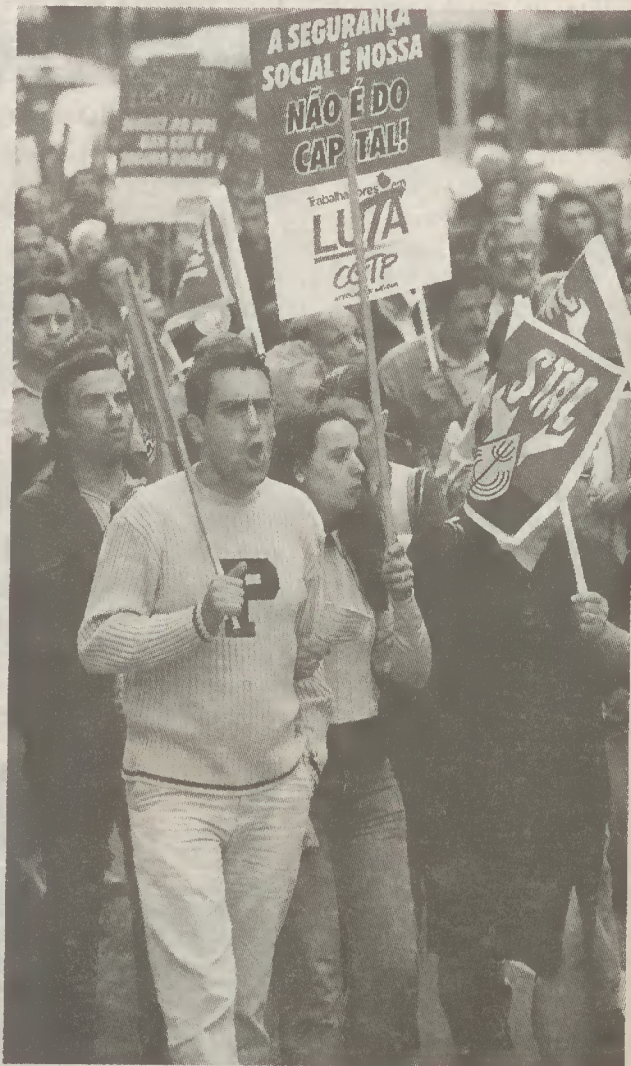
A adesão à greve foi de 100 por cento nos Tribunais

de Viana do Castelo, Sesimbra, Almada, Angra do Heroísmo, Figueira da Foz, Vila Franca de Xira, Barcelos, Golegã, Oeiras, Barreiro e Montijo. Um dirigente do Sindicato dos Funcionários Judiciais disse ainda à Lusa que em Lisboa fecharam cinco varas cíveis e que nos Tribunais de Cascais, Caldas da Rainha e Setúbal foram registadas adesões de 85 a 98 por cento. Fernando Jorge afirmou que esta forte adesão «quebra uma tradição» no sector, onde habitualmente a participação nas lutas da Administração Pública é mais reduzida.

A greve afectou ainda muitos departamentos ministeriais que não efectuam atendimento ao público.

## Acrecidas razões

A não renovação de contratos de trabalho, o estabelecimento de quadros de «supranumerários», a ameaça de mais perdas na actualização dos salários e graves prejuízos na revisão do regime de aposentação são as principais causas que levaram a Frente Comum de Sindicatos a convocar os trabalhadores para esta jornada de luta, que teria o seu ponto alto numa grande manifestação nacional, a partir das 15 horas, entre a Praça do Comércio e a Assembleia da República. Na quinta-feira, dia 10, quando o processo



Já no dia 10, no plenário nacional da CGTP e no desfile que se seguiu, os trabalhadores da Administração Pública demonstraram grande disposição de luta

de luta estava já avançado, o Governo decidiu convocar os representantes sindicais para uma reunião, que marcou o início das negociações salariais para 2003, anteontem. A Frente Comum considerou, imediatamente, que a convocação de uma reunião para a véspera da jornada de luta «não é uma manobra inocente». A posição assumida pela ministra, ao apre-

sentar uma proposta que não repõe o poder de compra dos salários e fica muito abaixo das exigências sindicais e ao rejeitar qualquer alteração dos valores, levou o portavoz da Frente Comum, Paulo Trindade, a considerar a reunião como motivo para uma ainda maior participação dos trabalhadores nas greves e na manifestação de ontem.

## Cinismo e demagogia

O Governo «encara a doença com cinismo», acusou a CGTP, comentando o facto de o executivo de Durão, Portas e Bagão se limitar a realizar um colóquio em Setúbal, quando a Comissão Europeia decidiu promover uma semana contra o stress no trabalho. «É demasiado pouco para o muito que é preciso fazer-se no nosso país para dar combate sério a esta galopante doença profissional», protesta a central, recordando as causas identificadas do crescimento do stress no trabalho.

«É precisamente a falta de condições de trabalho que, em muitos casos, leva ao aumento do número de trabalhadores vítimas desta incapacitante doença profissional», sublinha a Inter, denunciando que, «contudo, o Governo prepara-se para agravar ainda mais o problema, através da alteração das leis».

Na nota de imprensa divulgada segunda-feira, a CGTP conclui que, «quando os acordos sobre segurança, higiene e saúde no trabalho não agradam aos patrões, não têm execução prática

por parte dos governos», como se viu em 1991, ainda com Cavaco Silva, e nos anos seguintes, até ao ano passado, quando foi subscrito um acordo sobre a matéria na Concertação Social. A aplicação das medidas acordadas foi bloqueada pelo actual Governo, como tinha sido pelos anteriores, e «todas as associações patronais se recusaram a negociar cláusulas, nos contratos colectivos», para concretizar medidas que subscreveram em 2001.

### Abonos

O anúncio do Governo, através do ministro Bagão Félix, de que ou vai retirar ou não vai aumentar o abono de família aos mais ricos para distribuir o dinheiro sobrando pelos mais pobres, foi classificado pela CGTP como «um exercício da mais pura demagogia».

«Em vez de tomar medidas que impulsionem o aumento do salário mínimo nacional e dos salários, em especial os mais baixos, para melhorar o nível de vida dessas famílias,

em vez de diminuir a precariedade no emprego e o desemprego das camadas mais jovens – estes, sim, verdadeiros factores de empobrecimento –, o Governo envereda claramente pela via da caridadezinha», protesta a CGTP, numa nota divulgada na semana passada.

A central enquadra a intenção do ministro «na filosofia que o Governo pretende introduzir em todo o edifício da Segurança Social e cuja essência passa por transformar, paulatinamente, o regime contributivo num regime assistencialista». A Intersindical reafirma que «este modelo de escalões nas prestações é perverso, porque não espelha a realidade», uma vez que «muitos dos que recebem abono mais elevado auferem rendimentos muito superiores do que aqueles que Bagão Félix apelida de ricos, só pelo facto de não declararem os seus rendimentos reais» – como sucede também «em matéria de acção social escolar, com participações nos medicamentos, etc.».

## BES calado

As estruturas representativas do pessoal do Banco Espírito Santo consideram «preocupante que, decorridos mais de três meses da apresentação, com apoio, formalizado em abaixo-assinado, de mais de dois mil trabalhadores, o conselho de administração do Grupo BES ainda não tenha dado qualquer resposta à proposta reivindicativa».

Os representantes dos funcionários decidiram distribuir aos participantes no Congresso do Grupo BES, que decorreu dias 11 e 12 no Estoril, um comunicado em que a Comissão Nacional de Trabalhadores e as estruturas de empresa dos sindicatos bancários expressam publicamente a sua preocupação e afirmam não se conformar com o silêncio da administração.

Entre as reivindicações apresentadas figuram o respeito do princípio constitucional da igualdade no tra-

balho em todas as empresas do grupo, a reposição de direitos retirados, a revalorização dos salários (que têm sofrido perdas reais, apesar dos grandes lucros repetidamente obtidos no grupo BES).

Na reunião de representantes dos trabalhadores do BES, onde foi aprovado a realização de um conjunto de acções de apoio à proposta reivindicativa, mereceu ainda condenação o pacote laboral. Considerando o «Código do Trabalho» como «a maior ofensiva contra os trabalhadores e os seus direitos, após o 25 de Abril», os representantes do pessoal do BES alertam para um perigo concreto e imediato contido no projecto do Governo: «a fixação de um prazo de caducidade das convenções colectivas de trabalho põe em perigo as reformas dos bancários e o seu sistema de saúde, que emanam do ACTV».



## COIMBRA

**Buziño exige Hospital**

Um buzirão, promovido pela Comissão de Utentes do Hospital Pediátrico de Coimbra, fez-se ouvir, na sexta-feira, junto à porta das Urgências do Hospital, como forma de protesto pelo adiamento que outra vez se verificou na construção de um novo Hospital Pediátrico.

Em comunicado à população, a Direcção da Organização Regional de Coimbra do PCP – há muito tempo defensora do novo Hospital –, condena também o adiamento e, lembrando o facto de terem estado já asseguradas verbas da Comunidade Europeia para custear esta importante obra, interroga-se sobre «para onde foram essas verbas».

Também há dias, por iniciativa dos eleitos municipais da CDU, a Assembleia Municipal de Coimbra aprovou uma moção onde exige a aprovação de um novo Plano de Emergência para o HPC e a criação de uma Comissão no âmbito daquela Assembleia que integre os diversos grupos parlamentares, com vista ao acompanhamento da construção do mesmo.

## BRAGA

**Contra estátua ao Cónego Melo**

A homenagem que uma comissão bracarense decidiu prestar ao Cónego Eduardo Melo «é um acto de natureza privada que somente vincula e compromete os seus promotores e aderentes», diz a Direcção da Organização Regional de Braga do PCP. Porém, a consagração que aquela comissão pretende fazer, através da construção de uma estátua numa praça pública da cidade, «transcende» já essa dimensão, constituindo «uma prova para a posteridade do reconhecimento da Braga e do seu município ao homenageado».

Na opinião do PCP, que assim esclarece «especulações» relativamente à sua posição sobre o assunto, esta consagração e a sua oportunidade «não são consensuais nem apaziguadoras da sociedade bracarense», já que o nome do homenageado está associado a «verdadeiros actos de terrorismo no distrito e fora dele», perpetrados por comandos da extrema-direita contra cidadãos democratas, aspectos que a Câmara de Braga – a quem cabe a decisão final – não pode ignorar. O PCP, através do seu vereador no executivo municipal, não deixará de expressar no momento próprio, com o seu voto, a rejeição que lhe merece a ideia de uma estátua ao Cónego numa praça pública.

## MOITA

**Autarquias em debate**

Ainda durante o mês de Outubro, por decisão de uma coordenadora para o trabalho autárquico, que reúne eleitos do PCP e da CDU e outros activistas do concelho da Moita, as organizações locais do PCP vão avançar com o segundo ciclo de Debates Públicos sobre Questões Autárquicas, para avaliação do trabalho autárquico, tendo em conta que ao PCP e à CDU «não são indiferentes críticas ou apreciações menos positivas ou o protesto das populações a aspectos da gestão autárquica».

Aquela coordenadora, acompanhando as denúncias da Associação Nacional de Municípios Portugueses, condena as novas e graves restrições introduzidas pelo Governo na proposta de Orçamento de Estado para 2003, relativamente ao qual rejeita também a atribuição à autarquia da Moita de apenas mais 40 mil contos que em 2002, um acréscimo que fica abaixo do aumento da inflação.

## LISBOA

**Machadada final no desporto**

O desporto ficou «sem orientação clara quanto à natureza da intervenção do Município», diz a Direcção da Cidade de Lisboa do PCP, acusando a maioria que hoje preside à CML de ter infligido um «golpe brutal» no desporto autárquico, desde a sua tomada de posse e a substituição dos seus antigos responsáveis.

Em nota à comunicação social, o PCP, partido responsável por esta área ao longo de três mandatos, compara a «fase embrionária» em que o desporto autárquico se encontrava, quando, em finais dos anos 80, a coligação «Por Lisboa» foi eleita para dirigir os destinos da Câmara, e a enorme democratização que hoje o desporto regista na cidade, devido nomeadamente à articulação que se conseguiu com os clubes e as colectividades.

Agora, porém, denuncia o PCP, o apoio associativo desportivo aos clubes e colectividades deixou de existir e o Pelouro do Desporto sofreu a «machadada final», ao dispensar os serviços de 34 técnicos superiores e 10 auxiliares.

## Defesa Nacional e Forças Armadas

**Fim ao atraso**

**O PCP considera «incompreensível que continue por resolver a problemática dos Tribunais Militares e se mantenha um Regulamento de Disciplina Militar ultrapassado e em diversos artigos considerado inconstitucional».**

A declaração foi produzida segunda-feira, em conferência de imprensa destinada a anunciar a apresentação, pelo Partido, de um projecto de lei de «Bases da Justiça e Disciplina Militares», para fazer cumprir o princípio estabelecido na Lei de Bases

Gerais da Condição Militar. O camarada **Rui Fernandes**, do Secretariado do Comité Central – acompanhado por **António Filipe** e **António Rodrigues**, membros do Comité Central e do Grupo de Estudos de Defesa Nacional –, leu uma declaração recor-

dando que «temos vindo a assistir a um conjunto irresponsável de referências a estas matérias, incluindo a apresentação de projectos de lei de Código de Justiça e de Regulamento de Disciplina militares, ignorando que a montante destes tem de existir a Lei enquadradora dos princípios a que os mesmos têm de obedecer».

O momento propiciou uma apreciação mais geral, colocando «questões que nos parecem mais pertinentes».

O PCP apresentou na AR, em Julho, um projecto de Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, assente nos princípios e valores constitucionais. O ministro apresentou à comunicação social, «uma coisa» virada sobretudo para as questões militares e a que chamou Bases do Conceito Estratégico-

co». Os comunistas perguntam «se, tal como aparece neste documento, o Governo vai insistir na subversão dos pilares conceptuais em que assentam as Forças Armadas, introduzindo, não explicitamente, o conceito de *segurança nacional* pretendendo, desta forma, transformar um Estado de liberdade com segurança num Estado de segurança com a liberdade possível».

Foram ainda questionadas: a reconstituição do Regimento de Comandos; a falta de um relatório de execução da Lei de Programação Militar, no ano da sua revisão; as promessas feitas aos ex-combatentes, sem qualquer acção posterior do ministro, e a falta de pagamento do complemento de pensão aos militares na reforma; e a redução, em termos reais, das verbas do OE destinadas às Forças Armadas.

**Contra a barbárie na Nigéria**

Uma delegação de trinta mulheres comunistas, entre as quais Fernanda Mateus, da Comissão Política, e Manuela Bernardino, responsável pela Secção Internacional, a deputada Odete Santos, a actriz Carmen Santos, a realizadora Raquel Freire, autarcas, activistas da paz e dirigentes do movimento feminino, deslocou-se, na sexta-feira, à Embaixada da Nigéria, onde entregou uma Carta Aberta reclamando a **anulação da pena de morte, por apedrejamento, de Amina Lawal**, nigeriana de 30 anos, condenada por ter tido um filho fora do casamento

A sentença, que deverá ser aplicada em 2004, quando Amina tiver deixado de amamentar o seu filho, foi dada pelo Tribunal Regional do Estado de Katsina, onde a gravidez fora do casamento é prova suficiente para que uma mulher seja considerada culpada de adultério. Em Agosto, o Tribunal de Recurso da Charia confirmou a sentença, recorrendo Amina para o Supremo Tribunal da Charia daquele Estado. De recordar, o facto de Amina Lawal não ter tido acesso a advogado na primeira fase do julgamento, só usufruindo de apoio judiciário por pressão de diversas organizações humanitárias e de defesa dos direitos das mulheres.

Ao abrigo da Charia, nos últimos dois anos, foram aplicadas em doze Estados do Norte da Nigéria condenações à morte e castigos corporais, como flagelações públicas e amputações, «barbárie» que, na opinião das mulheres comunistas, retira qualquer credibilidade ao Estado nigeriano.

Assim, e porque a sentença dada a Amina Lawal viola a Constituição do país e os compromissos internacionais

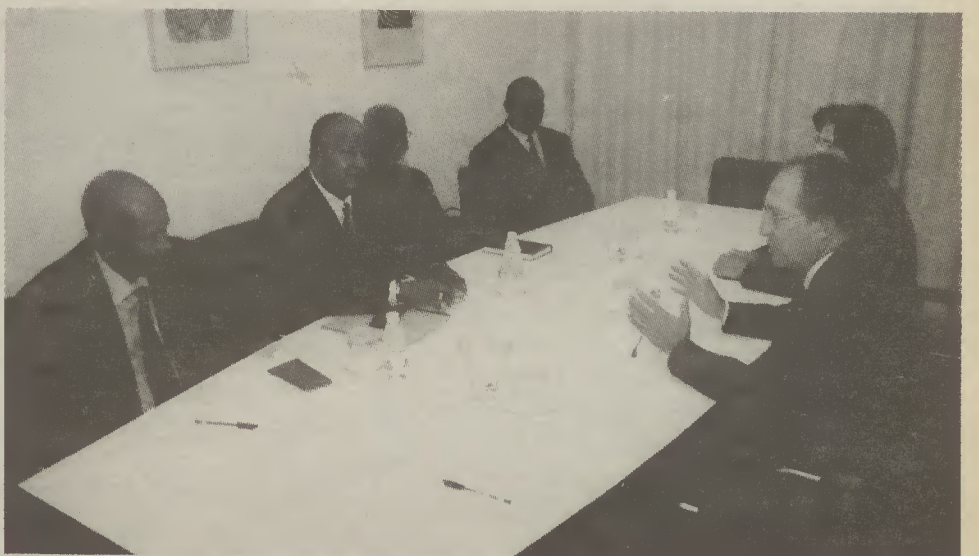
assumidos pela Nigéria, designadamente o «Pacto Internacional Sobre os Direitos Cívicos e Políticos», a «Convenção Sobre a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis e Desumanos ou

Degradantes» e a «Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres», as comunistas – que são contra a pena de morte em qualquer parte do mundo –, exi-

gem ao presidente e ao governo federal da Nigéria que «assumam as suas responsabilidades» e anulem urgentemente a sentença de condenação à morte de Amina Lawal.

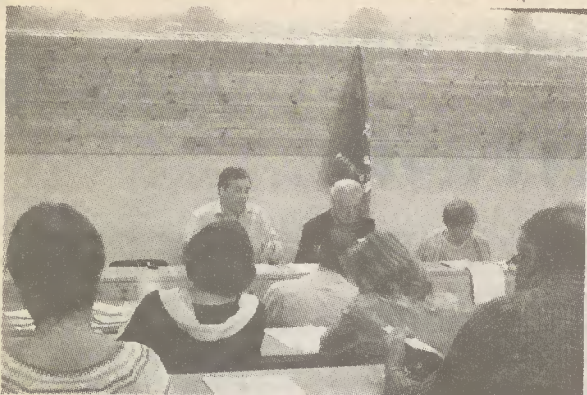


**O protesto das comunistas junta-se a milhares de vozes solidárias para com Amina Lawal e as mulheres da Nigéria**

**Presidente do PAIGC**

Uma delegação do PAIGC, que integrava o presidente do partido guineense, Carlos Gomes Júnior, foi recebida anteontem por Carlos Carvalhas, na sede central do PCP, na Rua Soeiro Pereira Gomes. O secretário-geral do PCP esteve acompanhado por Manuela Bernardino, do Comité Central e da Secção Internacional. Com o presidente do PAIGC estiveram o vice-presidente, um membro da Comissão Política e um dirigente que reside em Portugal.





Plenário do Sector Intelectual

## Saúde degrada-se no Porto

No Porto, a qualidade dos serviços de Saúde está a degradar-se, denuncia a Direcção da Organização Regional do Porto do PCP, que aproveitou a visita do secretário de Estado da Saúde à região, na passada quinta-feira, para lhe colocar publicamente algumas questões e reiterar a exigência da demissão do presidente da Subdelegação da Saúde do Porto por, não conseguindo separar «as suas opções partidárias do cargo público que exerce», ter utilizado os seus serviços para divulgar umas «Jornadas sobre Saúde» do PSD e PP na Póvoa do Varzim.

O PCP começa por denunciar a situação do novo Hospital Padre Américo - Vale do Sousa que, inaugurado há cerca de um ano, mantém encaixotados milhares de contos de equipamentos, não teve capacidade para pôr a funcionar a Unidade de Cuidados Intensivos, suspendeu diversas consultas e procedeu ao encerramento de serviços e das Urgências pediátrica e obstétrica.

Quanto ao anúncio feito pelo presidente da Câmara de Gaia sobre a cedência de um terreno para a construção de um novo hospital em Gaia, com uma gestão de parceria entre público e privado, e a desactivação do actual, em cujos terrenos crescerá um condomínio habitacional - dando os empreiteiros contrapartidas para a construção do novo -, a DORP diz que mais parece um anúncio de um «monumental negócio imobiliário», querendo saber se o Ministério da Saúde lhe deu o seu aval ou se o mesmo não passa de «mais uma atoarda».

O PCP quer também ser esclarecido sobre a intenção, anunciada pelo Governo, de empresarialização de cinco hospitais do distrito - St.º António, IPO, Pedro Hispano, Vale do Sousa e Amarante -, cujo ordenamento jurídico teria subjacente «um novo tipo de receitas próprias dos hospitais». A DORP pergunta que significado tem esse «novo tipo» de receitas no pagamento directo pelos utentes? Confirma-se ou não a intenção do Ministério da Saúde de rescindir contratos a cerca de 1000 dos seus trabalhadores? Entende o Governo que a precariedade de trabalho e a liquidação das carreiras profissionais dos trabalhadores da Saúde de algum modo motivam o seu empenhamento?

Os comunistas questionam se o secretário de Estado pensa que a resposta às deficiências dos Cuidados Primários de Saúde, à falta de profissionais do sector e de Centros de Saúde ou à degradação das suas instalações está «na gestão privada dessas unidades».

### Sector Intelectual

Realizou-se no sábado passado a 5.ª Assembleia do Sector Intelectual do Porto, tendo como objectivos a avaliação da actividade realizada, a definição das principais linhas de trabalho e a eleição da direcção para os próximos dois anos.

Com vivo e prolongado debate, foi analisada a intensa acção desenvolvida tanto no âmbito da DORP, como por iniciativa própria do sector.

A resolução aprovada prevê um conjunto de acções, entre as quais uma campanha de esclarecimento, voltada para os profissionais dos diferentes sectores e para a opinião pública, sobre a ofensiva neoliberal conduzida pelo actual governo; as decisões visam ainda o reforço do movimento sindical, a dinamização do espaço «Diagonal» na Internet e a promoção de uma iniciativa pública de evocação da figura e obra de Armando Castro, para além da participação activa nas iniciativas de debate de âmbito nacional, constantes da resolução política da Conferência de Junho passado, bem como o esforço para dar uma expressão de massas à luta de solidariedade internacionalista. Para além da reestruturação dos organismos de direcção, foi decidido contactar até final de 2003 todos os inscritos no Partido, para esclarecer a sua situação.

Comunistas alentejanos analisam situação política e condenam política de direita

## Cerrar fileiras contra a ofensiva

A Direcção Regional do Alentejo e as Direcções das Organizações Regionais de Beja, Évora, Litoral Alentejano e Portalegre do PCP analisaram a situação política, social e partidária na região, concluindo pela condenação da ofensiva do Governo contra os direitos dos trabalhadores.

Em discussão, na reunião de dia 6, estiveram particularmente o pacote laboral, a privatização em curso de importantes serviços públicos e o Orçamento do Estado para 2003 que, propondo aumentos salariais abaixo da inflação, vem agravar ainda mais as condições de vida dos trabalhadores, já sobrecarregados com o aumento do IRS.

Também a alteração das condições de acesso ao crédito pelas autarquias é encarada com viva preocupação pelos comunistas alentejanos, porquanto, como salientam em nota à imprensa onde divulgam as conclusões da reunião, uma tal restrição imporá a «suspensão, adiamento ou abandono de investimentos fundamentais em cada um dos municípios». O que não deixará de ter consequências, alertam, no agravamento do desemprego na região, bem como na capacidade de aproveitamento dos fundos estruturais do III Quadro Comunitário de Apoio.

Verberada, noutro plano, é a redução generalizada do

investimento público, orientação que se traduz nas Grandes Opções do Plano pela ausência de qualquer referência aos projectos estruturantes considerados fundamentais para o desenvolvimento do Alentejo.

A alteração das condições de acesso à reforma na função pública é igualmente objecto de acesa crítica por parte das estruturas dirigen-

tes do PCP no Alentejo, que afirmam estar-se perante um «acto de nivelamento por baixo» que não deixará de reflectir-se negativamente na vida dos trabalhadores.

No decurso da reunião foi tomada a decisão, por outro lado, de propor a todos os alentejanos uma «acção convergente» visando exigir, nomeadamente, a concretização do empreendimento de fins múltiplos do Alqueva com enchimento à quota 152, uma reforma da PAC que permita o desenvolvimento da região e a elaboração de um plano de discriminação positiva com vista à dinamização das pequenas e médias empresas.

Avaliando a acção do Partido e a vida das suas organizações, os participantes con-

cluíram ter havido a inscrição de 287 novos militantes durante o ano em curso (número superior ao registado nos dois anos anteriores), dos quais 216 têm menos de 40 anos e, destes, 106 menos de 30. Iniciativa igualmente concretizada com êxito foi a difusão do Avante! em 26 de Setembro último. O que, para além de demonstrar que «Sim, é possível um PCP mais forte» constitui, sem dúvida, como é sublinhado no comunicado, a «melhor resposta aos que procuram apresentar o PCP no Alentejo como um partido condenado e sem futuro».

Anunciada foi também a realização da 2.ª Assembleia Regional do Alentejo, que decorrerá no dia 9 de Março, em Beja, sob o lema «Mais PCP - Alentejo com Futuro».

**Vieram ao Partido no ano em curso 287 novos militantes**



Carlos Carvalhas participou no último fim-de-semana, no concelho de Aljustrel, numa grande jornada de convívio e confraternização

### CAMARADAS FALECIDOS

#### João Raimundo

Faleceu no dia 9, com 88 anos, o camarada João Alberto Raimundo Jorge, natural da Moita do Ribatejo e residente na Cova da Piedade desde os 8 anos.

Lutador pela liberdade desde muito novo, aderiu ao PCP em 1935, depois de ter participado em muitas acções dos trabalhadores em defesa dos seus direitos. Iniciou a actividade partidária no Comité Local da Margem Sul e cedo passou a integrar o Comité Regional de Setúbal, participando e dirigindo desde então os movimentos grevistas e reivindicativos no distrito, designadamente as históricas greves de 1943 e 1945. A sua actividade revolucionária teve como consequência a perseguição da PIDE, que o obrigou a deixar a família e a entrar na clandestinidade.

Foi preso em Março de 1959, ficando dez anos na cadeia, onde foi sujeito a violentos interrogatórios que, contudo, nunca o fizeram vergar à vontade dos torcionários. Depois de libertado, retoma a actividade revolucionária, o que lhe custou a prisão por mais duas vezes.

Após o 25 de Abril, integrou a Executiva da Comissão Concelhia de Almada do PCP, tendo sido eleito deputado municipal em 1979 e nos mandatos que se seguiram até 1997. Teve um papel relevante no movimento associativo, nomeadamente na Cooperativa Piedense e na SFUAP. Em Julho de 1994, foi galardoado pela com a Medalha Municipal de Ouro de Mérito e Distinção da Cidade de Almada.

#### Manuel Rodrigues Pereira

No passado dia 5 de Outubro faleceu, com 83 anos, o camarada Manuel Rodrigues Pereira. Militante do PCP desde 1943, foi um dos fundadores do MUD Juvenil no Algarve, tendo participado na célebre jornada de luta contra o regime fascista em Bela Mandil, Olhão, em Março de 1946.

Fez parte do Comité Regional do Algarve, tendo sido preso na década de sessenta. No 25 de Abril, integrado no MDP-CDE, deu ao nível da sua terra um importante contributo para a implantação e consolidação da democracia.

Industrial de conservas em Olhão, o camarada Manuel Rodrigues Pereira foi sempre um activo, humilde e dedicado militante do PCP,

tendo oferecido ao Partido, na década de 80, o edifício do actual Centro de Trabalho do PCP em Olhão.

O camarada pertenceu à Comissão Concelhia durante muitos anos e foi eleito membro da Assembleia Municipal de Olhão, pela APU. Muito estimado por todos os camaradas, Manuel Rodrigues Pereira era muito prestigiado e respeitado pela população da sua terra natal.

A seu pedido, a urna foi coberta com a bandeira do Partido Comunista Português.

#### Lopes Ribeiro

Faleceu, no passado dia 10, com 60 anos, o camarada António José Lopes Ribeiro. Membro do Partido desde 1964, participou nas associações de estudantes do ISEL e integrou a CDE na luta da oposição democrática contra o fascismo. O camarada Lopes Ribeiro, natural de Viseu, esteve ligado às editoras Prelo e Devir e a movimentos culturais, tendo tido uma intervenção empenhada na luta contra a guerra colonial e na solidariedade aos clandestinos e aos presos políticos.

Integrou a direcção da Cooperativa dos Trabalhadores de Portugal e, depois do 25 de Abril, colaborou na actividade do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Química.

Nos últimos anos esteve ligado ao sector das Actividades Económicas da Câmara Municipal de Loures e exerceu funções na Escola de Formação da Área dos Transportes.

Companheiro de Maria Rosa Rabiais, da Comissão Política do PCP, Lopes Ribeiro militava no Sector da Cultura Literária do Sector Intelectual da ORI.

#### Gertrudes Santos

Faleceu, com 94 anos, a camarada Gertrudes Mineiro Oliveira Santos. O funeral realizou-se no passado dia 12. A camarada estava organizada na freguesia de S. Miguel, em Alfama.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.



## LISBOA Câmara encerra piscina

Dezenas de crianças que frequentavam a Piscina Municipal Baptista Pereira, na Av. de Ceuta, em Lisboa, estão há dias sem poder praticar natação, por desentendimento entre vereadores da maioria PSD/PP na Câmara Municipal. O «insólito» aconteceu, diz a Direcção da Cidade de Lisboa do PCP, a quem cabe a denúncia, quando uma vereadora do PSD mandou a Polícia Municipal encerrar a piscina, dirigida por um vereador do CDS-PP que, entretanto, a considera como a mais bem equipada e em melhores condições para a prática daquele desporto na capital.

## LOURES Pela construção do hospital

A Comissão Concelhia de Loures do PCP deu, no passado sábado, mais uma «achega» à campanha em curso pela construção do Hospital/Maternidade de Loures, procedendo a uma recolha de assinaturas em todo o concelho. Em nota à comunicação social, os comunistas de Loures dizem ter desta forma contribuído para a concretização de um «antigo e sentido anseio» da população.

## CASCAIS Câmara sem estratégia

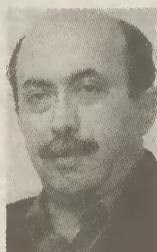
O presidente da Câmara Municipal de Cascais «está sem uma estratégia de turismo de qualidade para a Costa do Estoril», diz o Sector de Empresas de Cascais do PCP, para quem aquele autarca privilegia pequenos hotéis de apoio ao jogo, em detrimento do turismo de grupo e de negócios e dos congressos. Na origem desta conclusão está o facto de António Capucho, respondendo a uma intervenção do PCP na Assembleia Municipal sobre o destino do Hotel Estoril-Sol, ter apelidado aquela unidade hoteleira de «mamarracho» inviável e ter defendido a necessidade de um hotel mais pequeno com comércio e, eventualmente, habitação. O PCP, porém, considera o Estoril-Sol de grande importância para o turismo de negócios e para o comércio local e acusa o presidente da Câmara de indiferença pela situação dos seus 200 trabalhadores, a quem o autarca do PSD manda pedir emprego na unidade hoteleira que está a ser construída ao lado.

## SETÚBAL PCP nega concentração

A Comissão Concelhia de Setúbal do PCP, em nota à comunicação social, desmente mais uma vez notícias acerca de uma concentração de competências ou pelouros no Presidente da Câmara, Carlos Sousa. Reafirmando a sua «inequívoca confiança» em toda a equipa da CDU, a Concelhia condena os autores de uma «campanha» que «mais não pretende do que fazer esquecer a grave situação financeira» deixada ao município pela anterior equipa do PS. Assim, quando o PS, pela voz de Catarina Costa, defendeu, numa sessão de Câmara, que a autarquia tinha capacidade para contrair um empréstimo de um milhão de contos, sem calcular as consequências futuras dessa decisão, apenas deseja que a Câmara de Setúbal «dê o passo final em direcção ao precipício».

# Organizar, consciencializar, mobilizar para a luta

**O** debate já realizado, na fase de preparação do Encontro Nacional do PCP, confirmou não só a necessidade da realização desta importante iniciativa mas também o acerto da decisão de a considerar uma iniciativa de todo o Partido e não só da responsabilidade dos militantes integrados nas organizações de empresa e/ou outros locais de trabalho.



Jorge Pires  
Membro  
da Comissão  
Política

Muitas têm sido as questões suscitadas no debate. No entanto, quero destacar três, que pela sua importância o próprio Encontro tem de continuar a aprofundar.

A primeira, decisiva para o êxito dos objectivos que nos propomos alcançar com o Encontro, é a que resulta de **dúvidas e hesitações face às enormes dificuldades que se colocam hoje ao Partido, na sua organização e intervenção no mundo do trabalho.**

É consensual a constatação de que, nos últimos anos, têm sido muitas e complexas as mutações verificadas nos tecidos económico e social e de que, a partir de uma análise mais fina destas

dependem, em grande medida, da capacidade que tivermos de envolver todo o Partido, nas suas várias fases. Mas, para que os objectivos sejam atingidos, é determinante elevar a consciência colectiva de que, apesar da dimensão e complexidade dos problemas, «Sim é possível! Um PCP mais forte. Sempre com os trabalhadores».

A segunda questão tem que ver com o facto de nem sempre estar claro que **o objectivo de reforçar a organização e a intervenção do Partido nos locais de trabalho não pode ser visto numa perspectiva «orgânica»**, apesar de ser um objectivo orgânico imediato, mas ser entendido, sobretudo,

num quadro do reforço político e ideológico e ser considerado um importante instrumento para a defesa e enriquecimento da natureza de classe e identidade do Partido. O PCP, cujo desenvolvimento tem sido inse-

parável do desenvolvimento do movimento operário, tem tido na organização e na intervenção dos membros do Partido nas empresas e/ou locais de trabalho, o eixo central da sua natureza de classe e da sua estratégia política. Ao exprimir os interesses da classe operária e de todos os trabalhadores, o PCP com os seus objectivos, a sua ideologia e a sua organização, assume um papel de vanguarda na luta pela transformação democrática e progressista da sociedade, luta que tem na classe operária, apesar de todas as modificações que a evo-

lução do capitalismo lhe introduziu, uma força social determinante na persecução do objectivo de construir uma sociedade liberta da exploração do homem pelo homem.

A luta de classes, que se exprime nas suas vertentes económica, política e ideológica, hoje como no passado, tem nos locais de trabalho o principal confronto entre as duas classes antagónicas da sociedade portuguesa. Ao contrário das teses desenvolvidas por alguns sobre o seu fim e dos que, ao proporem a sua regulamentação, não fazem mais do que objectivamente apelar à conciliação do que é inconciliável, a luta de classes está bem viva e manifesta-se todos os dias, no confronto de interesses entre o trabalho e o capital.

Por fim, uma terceira questão, que pela sua natureza vai exigir uma grande atenção no imediato e que tem aparecido no debate por causa da evidente contradição entre o facto de o PCP ter na sua base orgânica e militante de trabalhadores o eixo central da natureza de classe do Partido e uma parte muito significativa dos membros do Partido, **trabalhadores no activo, estarem integrados nas organizações por local de residência.**

A estrutura orgânica do PCP é determinada pela sua actividade e pelos objectivos que procura atingir. A célula de empresa é, por isso, a mais importante organização de base do Partido, pelo que a sua substituição por organizações por local de residência pode levar ao enfraquecimento ideológico do Partido. É nas empresas, através da mobilização, da organização e da luta dos trabalhadores, que melhor se desenvolve o espírito de classe, que se esclarece mais claramente quem são os que estão contra as aspirações imediatas dos trabalhadores.

É com o reforço da organização e da intervenção nas empresas e/ou locais de trabalho, que o Partido pode exercer o seu papel de vanguarda e, assim, intervir para a unidade dos trabalhadores em torno dos seus interesses comuns, organizá-los para a luta contra a exploração a que são sujeitos, pelos seus direitos e anseios.

Sempre que a nossa organização nas empresas e outros locais de trabalho se reforça e consolida, é todo o trabalho geral do Partido que melhora.

## “A célula de empresa é a mais importante organização de base do Partido”

alterações, verificamos que são, sobretudo, alterações qualitativas que se fazem sentir, fundamentalmente, no interior das empresas e locais de trabalho, que mais dificuldades criam ao desenvolvimento do nosso trabalho. Mas, se é verdade que o consenso existe relativamente aos resultados da avaliação da situação, a convicção com que encaramos a eficácia das soluções e acreditamos no seu êxito fica aquém do desejado.

Esta questão não pode ser desligada do êxito do Encontro Nacional, que vai





Margarida Botelho, Pedro Silva e Inês Zuber  
em entrevista sobre o 7.º Congresso da JCP

## O Congresso do século XXI

O 7.º Congresso da JCP está a ser intensamente preparado por milhares de militantes. A reunião magna dos jovens comunistas está marcada para 2 e 3 de Novembro, em Setúbal, sob o lema «Transformar é Possível». Margarida Botelho, Pedro Silva e Inês Zuber, da direcção da JCP, falam sobre o trabalho da organização.

– Como está a correr a preparação do Congresso?

Margarida Botelho – Está a correr bem. Há centenas de iniciativas de debate dos documentos, desde a reunião do colectivo de escola para discutir um capítulo do projecto de resolução política até debates temáticos abertos à população. Houve também um conjunto significativo de cursos ideológicos em organizações regionais, como Setúbal, Aveiro, Algarve e Leiria. A

discussão de nomes para a Direcção Nacional é outro momento importante na preparação do nosso congresso, até para os militantes. Uma parte significativa dos quadros mais activos da JCP nunca foi ao congresso porque se escreveram ou se destacaram nos últimos três anos.

«Os jovens operários estão mais conscientes» diz Margarida Botelho

– O facto de não terem essa experiência pode trazer elementos novos para o congresso?

MB – Isso acontece em todos os congressos. A JCP caracteriza-se por parte dos militantes serem novos em cada congresso. Até do ponto de vista pessoal, traz um grande enriquecimento.

Pedro Silva – O processo de preparação do Congresso não se limita às iniciativas de discussão do documento e inclui, por exemplo, os encontros regio-

nais, o Encontro Nacional do Ensino Secundário, a Conferência Nacional do Ensino Superior, a própria Festa do Avante! e as actividades de Verão. Nós não entendemos o Congresso como os dois dias em Setúbal, nem sequer a fase preparatória de seis meses. É um processo que vem de trás.

– Como antevêm o Congresso?

PS – O que a JCP espera do Congresso está intimamente ligado ao lema «Transformar é Possível»: uma afirmação da possibilidade de transformar a vida e o mundo no dia-a-dia, no concreto, dos nossos ideais e dos nossos princípios. Por outro lado - e como um dos objectivos do Congresso é estar intimamente ligado à luta juvenil - este congresso vai ser um grande momento de luta e de preparação da resistência às ofensivas do Governo no plano laboral, do ensino e de outras áreas. É isto que vai marcar o congresso, a par da solidariedade internacionalista e das questões da guerra e da paz. São fundamentais estes aspectos de afirmação do ideal, de perspectiva de futuro, da contribuição para a consciência dos problemas e contra a agressividade do imperialismo.

Inês Zuber – Um dos objectivos principais é conhecer a realidade. É um momento de discussão aprofundada e as novas orientações que sairão do Congresso também nos ajudarão a conhecer a realidade dos jovens portugueses e a forma de intervir.

MB – É um momento de grande ligação com o movimento juvenil. Tudo isto é feito em simultâneo com a actividade normal da JCP, com duas campanhas no ensino secundário e superior no início do ano lectivo e com uma campanha prevista de contacto com os jovens trabalhadores.

– O que mudou na JCP e no País desde o último congresso, há três anos?

PS – A JCP reforçou-se. Do ponto de vista da implantação nacional está mais forte. Com insuficiências, reforçámos a área dos jovens trabalhadores. Conhecemos mais e temos maior capacidade de discussão.

– Isso corresponde a mais influência?

PS – Corresponde a mais força e a experiências muito positivas que não existiam no passado. Um exemplo interessante é o do colectivo da JCP dos trabalhadores da Câmara Municipal do Seixal, que começou com dois camaradas e que hoje tem cerca de dez, dos quais dois são delegados sindicais, o que permitiu a intervenção junto dos jovens da empresa. Possibilitou ainda o rejuvenescimento de organis-

mos, como o secretariado da célula do PCP.

– Nos últimos anos, a JCP tem crescido muito, em particular na organização do secundário. A que se deve esse crescimento?

IZ – Deve-se ao reforço da organização e ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido. Isso reflecte-se na motivação dos camaradas que estão nas escolas. Tem reflexos até na luta que se tem desenvolvido nos últimos anos e que trouxe muitos milhares de estudantes para a rua.

– E a JCP também cresceu no seguimento dessas lutas?

P – Claro, é a dialéctica!

IZ – Tendo em conta as lutas concretas, os estudantes revêem-se nas posições da JCP e isto reflecte-se em números.

MB – Quanto mais influência têm os colectivos de escola, quanto mais ligados estão à realidade da escola, mais forte é esta dialéctica. Este período de luta e o reforço da organização do secundário é um bom exemplo da ideia que a JCP é uma organização que se reforça na luta.

– Que consequências tem este crescimento para a organização?

MB – A maior capacidade de intervenção da JCP, maior ligação à realidade e reforço nos sítios onde as pessoas mais intervêm. Mesmo quando deixam o secundário e passam a outras situações, têm um hábito de intervenção, de conhecimento da organização e de experiência. São pessoas muito novas que têm uma experiência de luta acumulada que reforça a JCP no seu todo.



Pedro Silva

### «Quando intervimos diariamente não há espaço para preconceitos»

– A JCP é considerada por muitos meios de comunicação social como sendo «demasiado revolucionária». Apesar do elogio involuntário, este tipo de afirmação pode provocar preconceitos e ideias erradas em quem não conhece a organização e o seu trabalho. Como se lida com isso?

PS – Com muita militância, com muita ligação à realidade e com muita intervenção.

MB – Quando a gente intervém diariamente não há espaço para esses preconceitos. A experiência que temos nas «zonas difíceis» mostra que, se a JCP vai lá, não recruta sempre mas gera sempre conversa e há oportunidade de discutir. A Madeira, por exemplo, teve três delegados

ao congresso há três anos e agora leva 16.

– A par, acentuam-se os fenómenos alienantes, chegando a uma situação em que as pessoas se interessam mais pelo Big Brother do que pela sua própria família. Hoje em dia é mais difícil a mensagem da JCP chegar às pessoas?

IZ – A alienação é uma questão de todas as gerações, não são só os jovens. São esquemas que o sistema arranja para se perpetuar, para que as pessoas pensem pouco na sua situação e que fiquem agarradas à televisão, por exemplo. Como não temos as mesmas condições, a única forma é fazer trabalho de base. Quanto mais falarmos e quanto mais intervirmos, melhor. O papel do jovem comunista, onde quer que esteja, é falar com os outros e alertá-los para essas situações.

MB – Uma das questões que mais aparece na discussão dos documentos do Congresso é a ofensiva ideológica, na comunicação social ou no sistema educativo, quer ao nível dos manuais escolares, de revisão histórica, de alteração de conceitos, dos currículos no secundário e no superior. Recentemente, num plenário do superior de Lisboa, alguns camaradas diziam que um dos problemas na

estruturação dos seus cursos e na intervenção dos comunistas na escola era a inexistência de formação de tudo o que tenha origem no marxismo, nas várias áreas de estudo. Isso é um problema objectivo.

– E qual é a reacção das pessoas quando são confrontadas com as propostas da JCP?

MB – A venda de 50 mil Avantes na edição especial sobre o pacote laboral foi uma excelente experiência, confrontando as pessoas com uma informação alternativa. Era um objectivo difícil, mas alcançámo-lo. Há algumas respostas más? É como em tudo. Nesse dia, oito ou nove pessoas aqui da sede fomos para a Estação de Entrecampos e, em duas horas, vendemos 123 Avantes.

IZ – Se em 50 pessoas que passam, uma compra o Avante!, o balanço é positivo, porque eventualmente aquela pessoa nunca leu o Avante! ou nunca pensou sobre aquelas questões.

MB – ... e os outros 49 viram que estávamos lá.

PS – A regularidade não é indiferente. Irmos a uma empresa uma vez por ano ou estarmos lá no quotidiano não é a mesma coisa. Estarmos num local no dia-a-dia prestigia os comunistas, prestigia o ideal e torna-se mais fácil chegar às pessoas.

– Os jovens são os principais visados pelas políticas adoptadas pelo Governo, tanto a nível laboral como na segurança social. Há consciência desta situação e da sua gravidade?

MB – Não tanto quanto a situação exige. Há uma faixa de jovens a quem isto está a passar ao lado, que pensam que a reforma está muito longe. Há outros para quem a precariedade é tão normal que pensar que vem mais precariedade... é já o que têm. Há outros que estão perfeitamente conscientes e que eu acho que correspondem aos sectores operários. Os jovens operários estão mais conscientes e têm mais perspectiva do que se vai passar. É uma perspectiva de classe.

IZ – Temos um trabalho acrescido comparativamente ao Partido, tendo em conta a faixa etária com que trabalhamos. As gerações do 25 de Abril apanharam uma série de mudanças de políticas de trabalho e que agora sentem um ataque aos seus

direitos. Eles apercebem-se bem destas questões. Muitos jovens que nasceram depois do 25 de Abril acham que é normal ter um contrato a prazo, ter um trabalho precário e estar a recibos verdes e que pensam que não há outra forma porque sempre viveram assim.

MB – Isto também faz parte da ofensiva ideológica.

– Quais são as consequências a longo prazo na vida quotidiana se estas medidas forem aprovadas?

MB – São dramáticas. Está-se a abrir a perspectiva de institucionalizar a precariedade e a arbitrariedade do patrão. Hoje há mais precariedade juvenil e o caminho é acentuar ainda mais. Há apoios que deixaram de existir, como o crédito bonificado para a aquisição de habitação por jovens, ou o corte no incentivo ao arrendamento jovem. Isto tem consequências directas nas perspectivas dos jovens se autonomizarem dos pais e de começarem a sua vida.

PROJECTO DE RESOLUÇÃO POLÍTICA

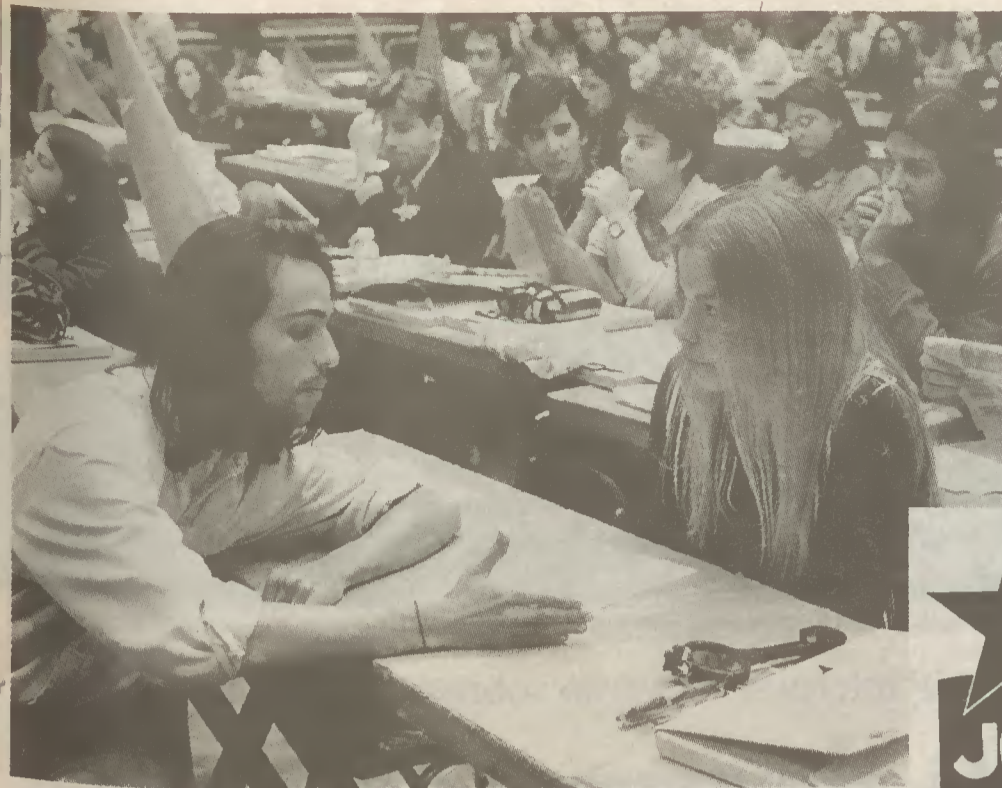
# CONGRESSO

2 e 3 de Novembro - Setúbal

Transformar é possível!

JCP JUVENTUDE COMUNISTA PORTUGUESA





## «Os militantes sentem que têm um papel determinante»

**- Na Assembleia da República, em geral há pelo menos um deputado do grupo parlamentar do Partido que é membro da JCP. Em que é que o seu trabalho se distingue dos outros deputados do PCP?**

**MB** - Uma das consequências do resultado eleitoral do PCP nas legislativas foi o facto de deixarmos de ter um quadro da direcção da JCP na Assembleia e isso traz dificuldades ao trabalho do Partido. Mas o grupo parlamentar soube encontrar formas de ligação com a JCP de forma a diminuir esse impacto.

O nosso grupo parlamentar, pelas suas dimensões, não permite que um deputado tenha apenas as tarefas da juventude até por serem políticas transversais. Quem acompanha a juventude tem de estar muito atento às questões do emprego, da educação, da habitação, dos direitos sexuais e reprodutivos, do associativismo, etc. É evidente que há uma ligação maior à realidade estudantil, aos jovens trabalhadores, ao mundo associativo juvenil.

**- E em relação aos deputados de outras juventudes partidárias?**

**MB** - Para o trabalho ins-

titucional vale o que vale para as outras áreas. O facto da JCP ser uma organização revolucionária de juventude, que tem uma ligação efectiva aos jovens, com uma opção de classe clara, reflecte-se no trabalho institucional. A ligação entre os eleitos e os eleitores é muito mais natural para um eleito do PCP, porque representa essa opção de classe e porque os eleitos do Partido mantêm uma profunda ligação às populações que os elegeram. As posições defendidas pelo Partido correspondem aos anseios dos jovens. Não é por acaso que foi o nosso partido que propôs a suspensão da revisão curricular do ensino secundário no período quente na luta dos estudantes. Há uma ligação muito estreita entre a luta juvenil e as posições e as propostas do Partido em cada momento.

**- Organizações como a JS ou a JSD têm muitos militantes, mas não desenvolvem qualquer actividade. Qual a importância da militância activa para a JCP?**

**MB** - No último «Forum Estudante», uma feira anual de cursos superiores, todas as juventudes partidárias tinham uma banca. Enquanto

a JCP tinha uma exposição sobre política educativa e um abaixo-assinado relacionado com a pena de morte, a Juventude Popular oferecia uma Pepsi a quem se inscrevesse. É este o tipo de impacto que essas organizações têm na vida dos jovens.

**PS** - Sem militância não há uma organização revolucionária. Só há militância - pelo menos da forma como a entendemos - numa organização revolucionária. A militân-

cia, para além de contribuir para a acção e o reforço da JCP, contribui também para a formação pessoal de cada um de nós, como homens e mulheres com valores. A militância é o garante da continuidade desta luta, com este ideal, com uma perspectiva humanista, de transformação da sociedade. Sem militância seria impossível.

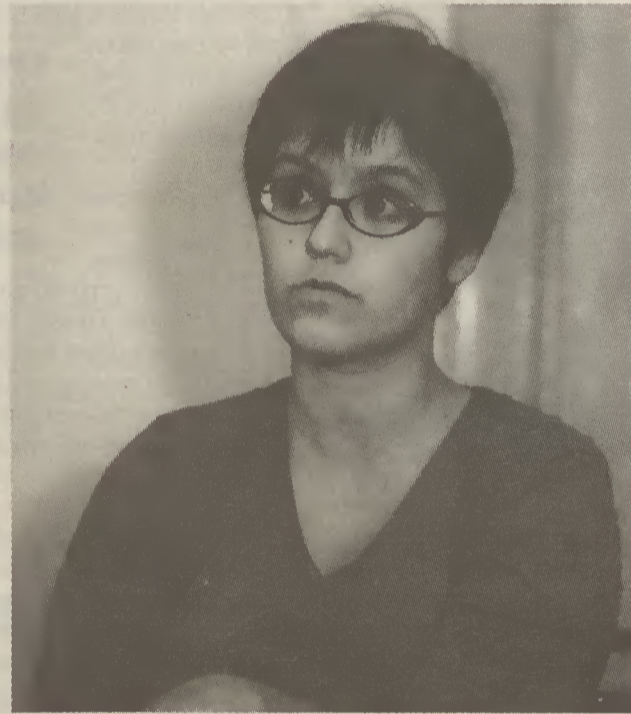
**- Uma das dificuldades de qualquer organização**

**é conseguir que os novos militantes permaneçam activos. Como é que isso se consegue?**

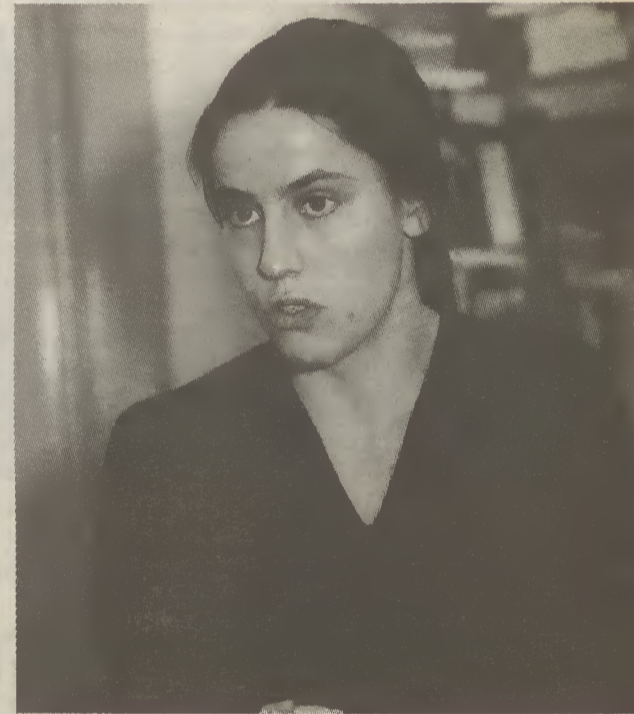
**PS** - É com a justeza das nossas posições e do nosso ideal, com a nossa ligação à realidade e aos problemas dos jovens. É isto que atrai e que nos faz estar, em conjunto, para as coisas boas e para as coisas más. A partir do momento em que o militante assume a sua posição de classe ao entrar para uma

organização como a nossa, entende que é possível transformar.

**IZ** - A grande maioria dos militantes não se desliga da organização devido ao facto de sentir que tem um papel determinante, ou seja, que tem uma opinião a dar, que essa opinião é tida em conta e que a sua participação é determinante para o funcionamento da JCP e para a sua intervenção.



Margarida Botelho



Inês Zuber





Educação sexual nas escolas

## Governo acusa professores de incompetência

A secretária de Estado da Educação afirmou no Parlamento que aos professores falta «ética» e «preparação» para abordarem a educação sexual nas escolas. Mariana Cascais respondia a uma questão sobre a matéria colocada pelo deputado comunista Bruno Dias, na habitual sessão de perguntas ao Governo que preenche as sessões plenárias de sexta-feira.

Palavras que suscitaram de imediato reacções, com Isabel de Castro, do Partido Ecologista «Os Verdes», a pedir explicações sobre o conteúdo «gravíssimo» do que acabara de ser dito. De outros quadrantes da posi-

ção fizeram-se ainda ouvir as críticas, num coro de protesto que levou a governante a refugiar-se na alegação de que cometera uma «gaffe». Um argumento que não convenceu. É que antes, com todas as letras, ficara explicitada a sua ideia de que «as escolas portuguesas, os professores e os conselhos directivos não têm preparação» para tratar o tema. E por isso, sublinhou, «cabe ao Ministério da Educação definir os critérios orientadores com base naquilo que consideramos ser a ética e moral que devem presidir a estas situações».

Há, por isso, que «passar das palavras aos actos», insistiu o deputado do PCP.

Há, por isso, que «passar das palavras aos actos», insistiu o deputado do PCP.

## No caminho errado

Previsto estava que a Educação fosse o tema a dominar o debate mensal com o Primeiro-Ministro. Outros assuntos, porém, vieram a lume. Os partidos da oposição não perderam a oportunidade e confrontaram Durão Barroso com matérias tão variadas e importantes como o caso Moderna ou o agravamento da carga fiscal.

Foi o caso da bancada comunista que, pela voz de Carlos Carvalhas, depois de lembrar as diferenças entre as promessas dos partidos que compõem o Governo e a sua prática política, acusou directamente o chefe do Executivo de estar a «apertar o cinto aos mesmos do costume e a alargá-lo mais uma vez aos mesmos de sempre».

É o que sucede, exemplificou, com o aumento de preços de bens e serviços de primeira necessidade, com a proposta orçamental de diminuição dos salários reais para os trabalhadores da administração pública, com o aumento da carga fiscal sobre os rendimentos do trabalho ou com o agravamento de impostos sobre as micro e as pequenas empresas.

Mas é assim também, especificou o líder comunista, na «degradação dos serviços públicos e do ensino público e na situação caricata de um país que precisa de aumentar decididamente a sua qualificação e deixa mais de 30 mil professores sem emprego».

«Já estamos atrás da Grécia», lembrou.

Escândalo nos serviços de Saúde do Porto

## Usar o cargo para fins partidários

O Grupo Parlamentar do PCP instou o ministro da Saúde a demitir o Coordenador da Sub-Região de Saúde do Porto. Na base desta posição, transmitida por carta endereçada a Luís Filipe Pereira, está o que os comunistas consideram ser a inexistência de condições para aquele responsável continuar a exercer o cargo para que foi nomeado. Isto porque, como referem os deputados Bernardino Soares e Honório Novo no texto que enviaram ao titular da pasta da Saúde, o Coordenador da Sub-Região de Saúde do Porto utilizou de forma ilegítima os serviços do Estado e as suas próprias funções para fins partidários.

No caso, como é explicado na carta, serviu-se da sua qualidade de responsável

por aquela estrutura regional de saúde para enviar um ofício dirigido aos directores dos Centros de Saúde do distrito no qual introduziu excertos de uma informação/convide das estruturas de saúde do PSD e do CDS/PP relativa à realização de uma iniciativa partidária — as Jornadas de Saúde (PSD/PP Porto)

«Certamente V. Excelência, senhor Ministro, haverá de concordar com o facto de que a utilização dos serviços públicos do Estado para a divulgação de iniciativas partidárias é incompatível com o Estado de Direito, sendo, por isso mesmo, absolutamente inaceitável num regime democrático», salientam no texto os deputados do PCP.

Não há assim nada que justifique, no entender da

bancada comunista, que os serviços da Sub-Região de Saúde do Porto tenham sido usados para, através de ofício, sustentar «a importância, a pertinência e actualidade dos temas em debate» nas referidas Jornadas de Saúde e muito menos poderiam servir de veículo para considerar que «todos os profissionais se deveriam sentir motivados a participar» naquela iniciativa partidária.

Despudor daquele responsável que chegou mesmo ao ponto, como referem os deputados comunistas na carta ao Ministro, de expressar, no ofício aos directores dos Centros de Saúde, a sua expectativa de poder contar com «a sua presença e demais colaboradores» nas citadas Jornadas do PSD/PP.



Os trabalhadores têm expressado nos locais de trabalho e nas ruas o seu repúdio pelo pacote

PCP interpela Governo sobre o pacote laboral

## Os «bezerros de ouro» do grande capital

**Duas perspectivas inconciliáveis, em matéria de direitos laborais e sociais, estiveram em confronto no Parlamento. À visão retrógrada e passadista do Governo opôs o PCP a visão de progresso e justiça social indissociável da defesa intransigente dos direitos dos trabalhadores e das conquistas sociais, enquanto parte integrante do património da humanidade.**

Este o binómio que, em síntese, esteve presente e marcou no essencial a interpeção ao Governo agendada pela bancada comunista para análise da situação social e laboral dos trabalhadores.

Tendo como pano de fundo o pacote laboral — essa peça central de um projecto mais amplo com que a direita visa satisfazer os grandes interesses e impor uma regressão social, como denunciou Carlos Carvalhas na sua intervenção de abertura —, este foi um debate que, sendo oportuno, permitiu sobretudo pôr em evidência aqueles que são hoje os principais problemas e preocupações com que se debatem os trabalhadores e os sectores mais desfavorecidos da população.

**Atender à realidade**

Colocá-los no centro do debate foi o que fizeram nas suas intervenções os deputados comunistas. Ao chamarem a atenção, por exemplo, para o agravamento da situação social e para o aumento do desemprego provocado pela falência e deslocalização de empresas. Ao não calarem a sua indignação perante o ressurgimento dos salários em atraso ou para a transformação do *lay-off* em instrumento de chantagem. Ao demonstrarem como crescem escandalosamente os casos de discriminação, em simultâneo com a banalização de práticas violadoras de direitos atingindo particularmente as mulheres, os jovens trabalhadores e os que estão sujeitos a vínculos precários. Ao expressarem o seu apoio activo e solidário aos trabalhadores da administração

pública sobre quem pairam graves ameaças ao seu vínculo laboral, ao poder de compra dos seus salários e às justas expectativas e direitos adquiridos nas suas reformas.

**O pacote laboral visa aumentar a exploração e o lucro à custa dos trabalhadores**

E se estes foram aspectos centrais trazidos ao debate pela bancada comunista, que atestam bem da degradação e do agravamento da situação social, não menos importante foi ainda a denúncia por si feita quanto às «brutais ofensivas legislativas» levadas a cabo pela dupla Durão e Portas contra a segurança social e o edifício jurídico laboral.

E foi ainda neste plano, ao obrigar ao confronto de ideias, que este debate veio permitir a necessária clarificação de posições. De tal modo que, como assinalou Jerónimo de Sousa na intervenção final, da discussão resultou a confirmação de «uma clivagem insanável» perante a natureza, os objectivos e as propostas do Executivo.

**Retorno ao passado**

É que do pacote laboral, frisou, «quanto mais se lê e se estuda mais arripia». Nas 687 alterações preconizadas no seu articulado, acusou Jerónimo de Sousa, presente está a tentativa de subversão do Direito ao Trabalho como direito autónomo, retrocedendo, no plano de filosofia, a conceitos vigentes há mais de um século como se de direitos civis se tratasse.

Alterações todas elas orientadas, como foi dito, para «aumentar a exploração e o lucro, transformar o patrão em juiz em causa própria, manietar, desactivar ou fazer capitular as suas organizações e a

eficácia do exercício de direitos colectivos como a greve ou a contratação colectiva».

Realidade que o Governo, pela voz do ministro do Trabalho e da Segurança Social, Bagão Félix, tentou torcer, escudando-se na repetida e oca fraseologia da «modernidade», sempre em nome da competitividade e da produtividade, e em velhas tiradas anticomunistas como a de que o PCP estaria agarrado a modelos ideológicos ultrapassados.

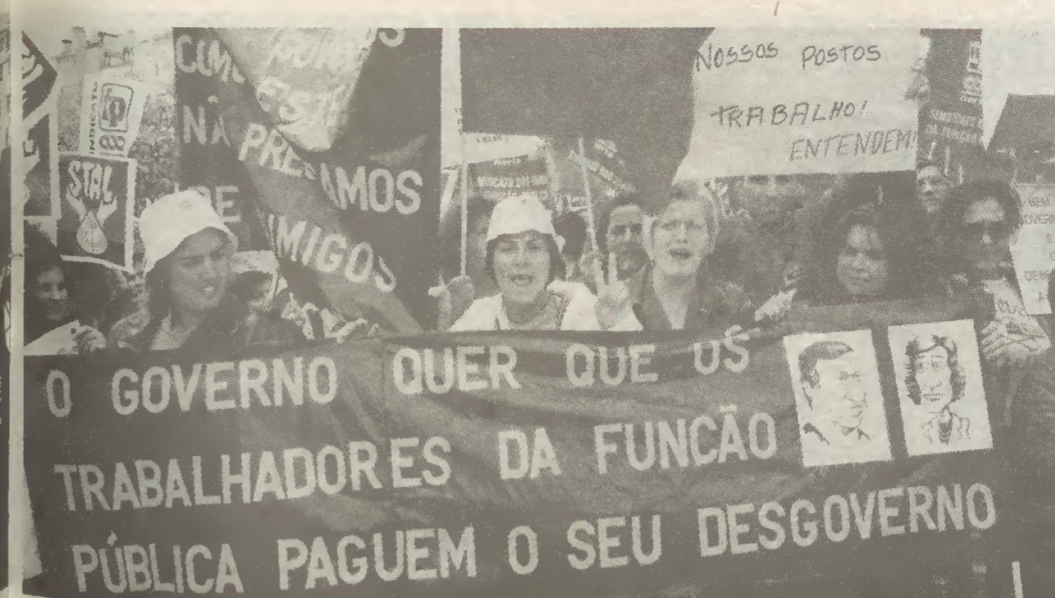
O Executivo apresentou-se assim no debate, tal como tem sido sua prática nos últimos meses, exercitando com alguma destreza a arte de fazer propaganda, o que no caso significa enfatizar as questões residuais e acessórias como forma de esconder o fundamental quanto à filosofia, natureza e objectivos do pacote laboral.

**Ajuste de contas**

E o essencial, como sublinhou o PCP, é que este projecto visa «transformar o lucro e o poder patronal em «bezerros de ouro»». Por isso esta é, para os comunistas, uma peça legislativa «inaceitável e inegociável». Porque, sublinhou o Jerónimo de Sousa, faz «opções de classe muito fundas e aparece como troféu da direita extrema da Assembleia Constituinte no seu inacabado ajuste de contas com as transformações sociais operadas no acto e no processo da Revolução de Abril reconhecidas, consagradas e garantidas na Lei Fundamental».

E se é certo que tempos duros se aproximam, para os trabalhadores e para as novas gerações, perante a ameaça sem precedentes a direitos e conquistas sociais, não menos verdade, como lembrou Jerónimo de Sousa, é que não falta «convicção e confiança» aos principais obreiros e actores desses direitos para lutarem em sua defesa.

E mesmo que tenha sido o Governo a ter a última palavra no debate, como foi sublinhado, «não a terá nas empresas e nos locais de trabalho».



laboral — instrumento ao serviço dos poderosos orientado para intensificar a exploração e o lucro



Carlos Carvalhas

## Ataque a salários e direitos é fazer pagar os trabalhadores a dobrar

«Aumentar a competitividade baixando ainda mais os salários e reduzindo e liquidando direitos é a estratégia para quem quiser transformar este país numa república das bananas.» Esta uma das ideias centrais expostas pelo secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, para quem o «nivelamento por baixo em relação aos direitos e salários», como quer o Governo, «só é atractivo para o investimento estrangeiro desvalorizado».

«A competitividade e a produtividade do país passa por ganhos efectivos de gestão e organização, pela qualificação da força de trabalho, pela diferenciação e qualidade dos nossos produtos, pela valorização da nossa produção e dos serviços», asseverou o líder comunista na intervenção com que abriu a interpeção.

Discurso em tom muito crítico, onde abordou detalhadamente os aspectos mais negativos da ofensiva legislativa em curso. Relativamente à qual, pela sua extensão e gravidade, disse não haver precedentes. E que inscreve nos seus objectivos, em articulação com o Orçamento do Estado, «fazer pagar a dobrar os trabalhadores, tanto nos seus salários como nos seus direitos».

Este foi o mote, aliás, que serviu de ponto de partida para o dirigente do PCP lançar ao Governo cinco acusações.

ção de forma cirúrgica do *lay-off* como arma de chantagem, o prolongamento e banalização da jornada de trabalho sem a devida retribuição, a precarização dos vínculos laborais e a sua sujeição ao arbítrio do patronato perante a inoperacionalidade da inspecção de trabalho.

A segunda acusação dirigida por Carvalhas ao Governo prende-se com o facto de, «por incompetência ou por opção (ou pelas duas coisas)», enfatizou, o Ministério da Justiça ainda não ter tido uma palavra, quanto mais uma medida concreta, «para desafogar os Tribunais de Trabalho, tanto em relação aos processos correntes como no escândalo dos créditos em atraso que são devidos aos trabalhadores em resultado da falência de empresas».

«As suas prioridades são outras, acusou Carvalhas, antes de as enumerar: «a de dar satisfação aos grandes interesses, a de colocar os respectivos *boys* nos lugares estratégicos, a de criar a psicologia da crise e do medo do desemprego para liquidar conquistas, apertar o cinto aos do costume e prosseguir a política de concentração de riqueza».

**Subverter a Constituição**

A terceira acusação lançada pelo Grupo Parlamentar do PCP ao Governo sintetizou-a Carlos Carvalhas na afirmação de que o Governo, pela mão de um ministro do CDS/PP, quer «transformar em letra morta» a opção que consagrou desde a Constituinte o Direito ao Trabalho no capítulo mais nobre da Constituição da República (o dos Direitos, Liberdades e Garantias), opção esta sempre reiterada em sucessivas revisões da Lei Fundamental.

Meros pretextos e «embustes claros», assim foram definidas, por outro lado, as quatro justificações (a competitividade; a produtividade; a

rigidez das leis laborais; os níveis de absentismo) invocados por Bagão Félix para o pacote laboral. Quatro mandamentos falsos, no entender de Carvalhas — e esta foi a quarta acusação ao Executivo — bastando lembrar, acrescentou, os salários e as leis laborais antes do 25 de Abril e verificar o nível de produtividade, de competitividade e de desenvolvimento que tal modelo trouxe ao País.

O dirigente do PCP, por fim, acusou o Governo de, para além do seu propósito de mutilar direitos, querer simultaneamente impor sacrifícios aos trabalhadores no plano dos seus salários

e pensões e reformas. «O nível de vida dos assalariados será drasticamente atingido pelo aumento dos preços, pelos impostos directos e indirectos, pela degradação dos serviços públicos e pela diminuição dos salários reais», alertou, não escondendo a sua indignação por em paralelo o Governo de direita querer isentar as sociedades gestoras de participações financeiras e aumentar os benefícios fiscais às actividades financeiras e especulativas.

«O Governo demonstra assim a sua natureza e a natureza da sua política», sustentou.



As mulheres são discriminadas no acesso ao emprego e nos salários

## Contra as mulheres e a família

Se é certo que pretende liquidar, restringir e ferir direitos laborais essenciais, atingindo a generalidade dos trabalhadores, no que se refere às mulheres trabalhadoras o pacote laboral assume uma particular afronta e gravidade.

Odete Santos, em nome da bancada comunista, não hesitou em falar de «uma concepção passadista e retrógrada sobre a mulher e sobre a família», concepção esta que, especificou, tem sobretudo por base a discriminação.

Melhor dito, porque se reveste de naturezas múltiplas, «as discriminações de que ainda são vítimas as mulheres». E que a deputada comunista elencou, sem ser exhaustiva, lembrando, por exemplo, as discriminações no acesso ao emprego de que são alvo as mulheres só pelo facto de serem mães ou simplesmente casadas, e, bem assim, as discriminações

salariais, testemunhadas em dados estatísticos de fontes diversas. Dados estes de que a parlamentar comunista se socorreu para evidenciar a circunstância de serem as mulheres portuguesas quem ocupa a fatia maior na mancha da pobreza (66,5 dos beneficiários do rendimento mínimo garantido, segundo o INE, são mulheres) e serem também elas quem em maior número (69%) recebe apenas o salário mínimo nacional.

«Perante estes dados, fácil é concluir que são as trabalhadoras as mais penalizadas com a restritiva política salarial deste Governo», concluiu Odete Santos, antes de chamar a atenção para o que considerou serem novas ameaças relativamente ao princípio constitucional da igualdade de remuneração, independentemente do sexo.

«No pacote laboral admetem-se expressamente dis-

criminações na retribuição, através da permissão de definir a retribuição com critérios essencialmente subjectivos e variáveis, como assiduidade, produtividade, quantidade, rendimento de cada trabalhador individualmente considerado», advertiu, lembrando, a propósito, como a «maternidade e os seus direitos têm servido para discriminar salarialmente as mulheres, nomeadamente através da denegação do direito aos prémios de assiduidade».

Referenciados por Odete Santos, como ataques aos direitos das mulheres trabalhadoras, foram ainda a violação do direito à reserva da vida privada (informações relativas à saúde, situação familiar ou estado de gravidez) bem como a mobilidade geográfica e o prolongamento da jornada de trabalho, estes últimos vistos também como um ataque à família.



# Uma dura realidade que urge conhecer

## Mulher trabalhadora

### Dupla exploração

**C**om um fulgurante aumento da participação no mundo do trabalho a partir do 25 de Abril, a mulher continua a ser alvo de gritantes discriminações ao nível do acesso ao emprego, do salário e dos direitos. Com as medidas propostas pelo Governo PSD/PP, novas ameaças pairam sobre as regalias conquistadas e mais urgente se torna o reforço da luta em defesa da participação em igualdade. Em vésperas do Encontro Nacional do Partido sobre acção e intervenção nas empresas e locais de trabalho, o Avante! prossegue a publicação de dados sobre a realidade social portuguesa, desta feita traçando um retrato aproximado do que é ser mulher trabalhadora em Portugal.

Em pouco mais de 25 anos, Portugal tornou-se num dos países da União Europeia com maior taxa de participação feminina no trabalho. Mas esta entrada em força da mulher (de cerca de 34 por cento em 1974 para mais de 45 por cento nos dias de hoje) não teve correspondência relativamente aos direitos e a efectiva igualdade ainda vem longe. Ao nível europeu, a participação feminina é, em Portugal, a mais elevada tendo em conta as horas de trabalho efectuadas, já que o trabalho a tempo parcial é baixo, comparativamente aos restantes países da UE. Apesar de ser inferior à média europeia, o trabalho parcial em Portugal é fundamentalmente feminino: segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2001 as mulheres representavam 77,8 por cento dos trabalhadores a tempo parcial.

Outra característica do emprego feminino em Portugal prende-se com a maior regularidade na actividade económica durante a vida da mulher trabalhadora. A tendência para o abandono ou saída temporária do trabalho com o nascimento de filhos esbateu-se de forma considerável, ainda que não por completo. Estudos recentes do Eurostat (departamento europeu de estatística) revelam um dado significativo: em vários países da UE, incluindo Portugal, os casais com filhos em que ambos trabalham apresentam uma participação no emprego superior à dos casais sem filhos.

#### O que fazem

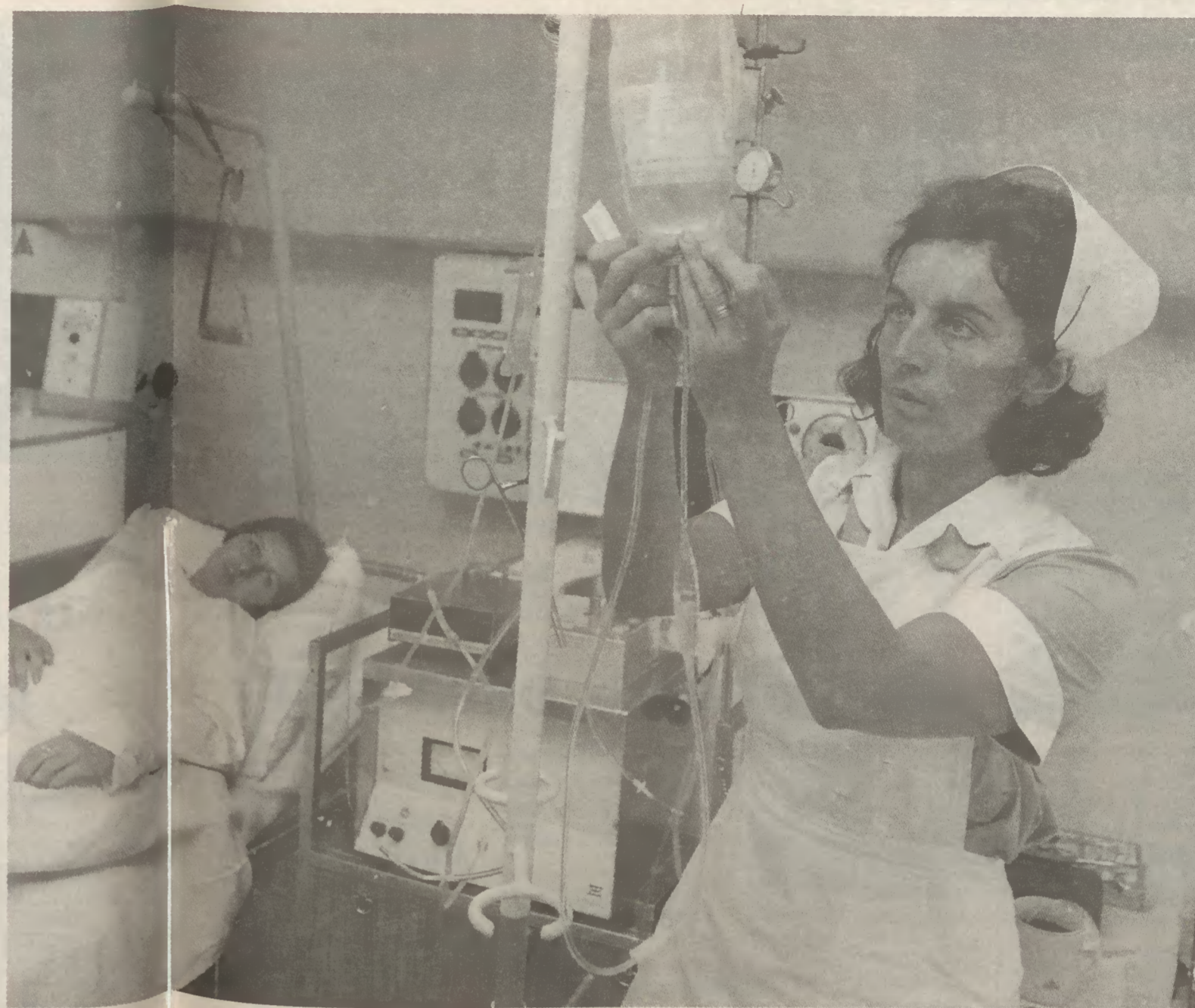
No início da década de 70, a mulher trabalhadora ocupava fundamentalmente sectores tradicionais, como a agricultura, ou actividades resultantes da mercantilização de trabalhos que a sociedade lhe atribui — como o vestuário, a limpeza ou os serviços domésticos. Esta situação alterou-se nos últimos trinta anos. Actualmente, a mulher ocupa sobretudo o sector do comércio e serviços, que constitui cerca de 60 por cento do total do emprego feminino — na região de Lisboa e Vale do Tejo, este sector emprega 80 por cento das trabalhadoras. As profissões operárias representam pouco mais de 20 por cento do total, com especial incidência nas áreas do têxtil, vestuário e calçado, maioritariamente concentradas na região norte do País. Em 1999, este

sector empregava cerca de 200 mil operárias. Com o encerramento de muitas empresas, este número será hoje inferior. Ao nível das profissões técnicas, artísticas e científicas, as mulheres encontram-se com um grande peso, o que já não acontece em funções de direcção. Os dados apontam, portanto, no sentido de uma acentuada dualização do emprego feminino: expansão quer de um grupo com um elevado nível de habilitações e qualificações quer de profissões com um baixo nível de exigências e com trabalhos monótonos e mal pagos.

#### Formação e emprego

A rápida evolução dos níveis de escolaridade constitui uma mudança estrutural na sociedade portuguesa contemporânea. Um dos aspectos mais relevantes desta evolução — a par da democratização do ensino operada com a Revolução de Abril — é o acesso das mulheres ao ensino, nos mais variados graus. No ensino superior, constituem mesmo a maioria quer no número de alunos quer na conclusão de cursos. Esta realidade explica o grande aumento de trabalhadoras das profissões científicas, técnicas e artísticas. Pela mesma razão, apenas a discriminação poderá justificar a fraca presença feminina em funções de direcção. Apesar da predominância feminina ao nível dos alunos e dos novos licenciados, as diferenças afectam também as profissões mais

qualificadas. Segundo o Instituto de Emprego e Formação Profissional, em 2001, as mulheres representavam 68,7 por cento do total dos desempregados com formação superior. Excluindo o ano anterior, este é o número mais elevado dos últimos cinco anos. Apesar dos progressos, mantêm-se configurações claramente masculinas e femininas no que respeita a opções de cursos e formações alcançadas: a atribuição de diplomas de conclusão de cursos mostra que as mulheres são mais orientadas para as ciências de educação e de formação de professores, para letras e para as ciências médicas e uma muito menor expressão nas áreas de engenharia, arquitectura e informática. O aumento do número das mulheres licenciadas nem sempre tem correspondência adequada no emprego. Este é um problema geral, mas incide mais sobre as mulheres, já que para estas, num maior número de casos, a única saída para as formações de que dispõem é o ensino.



## A longínqua igualdade

Apesar da fulgurante entrada da mulher no mercado de trabalho, a igualdade entre trabalhadores de ambos os sexos é ainda uma miragem. Desta desigualdade, o dado mais chocante será o peso das mulheres no número dos trabalhadores que auferem o salário mínimo nacional: 69 por cento, o que representará cerca de 154 mil trabalhadoras. Mas as diferenças não se ficam por aqui. Em termos globais, os salários base das mulheres estão cerca de 23,5 por cento abaixo dos recebidos pelos homens. Tendo em conta o ganho mensal (ou seja, somando prémios, diuturnidades e outros subsídios), essa diferença aumenta para os 27,4 por cento. São também as mulheres as mais afectadas pela precariedade. A nível nacional, estima-se que aproximadamente 23 por cento das trabalhadoras por conta de outrem não possuam contrato permanente. Segundo o INE, na região de Lisboa e Vale do Tejo — onde se concentra 32,8 por cento do total de emprego feminino — cerca de 176 mil mulheres não têm um vínculo estável, sensivelmente 27 por cento das trabalhadoras. Esta tendência para a precarização do trabalho continua a aumentar. Entre 2001 e 2002 (dados do INE) o número de mulheres com contrato precário nesta região aumentou 14 por cento, o que se traduz em mais 21 mil trabalhadoras nesta situação. Quanto ao desemprego, são também as trabalhadoras quem mais sofre. Segundo o INE, as mulheres constituem 57 por cento da população desempregada na região de Lisboa e Vale do Tejo, estando a taxa de desemprego feminino (6,6 por cento) acima da média anual regional, que se situa nos 5,4 por cento.

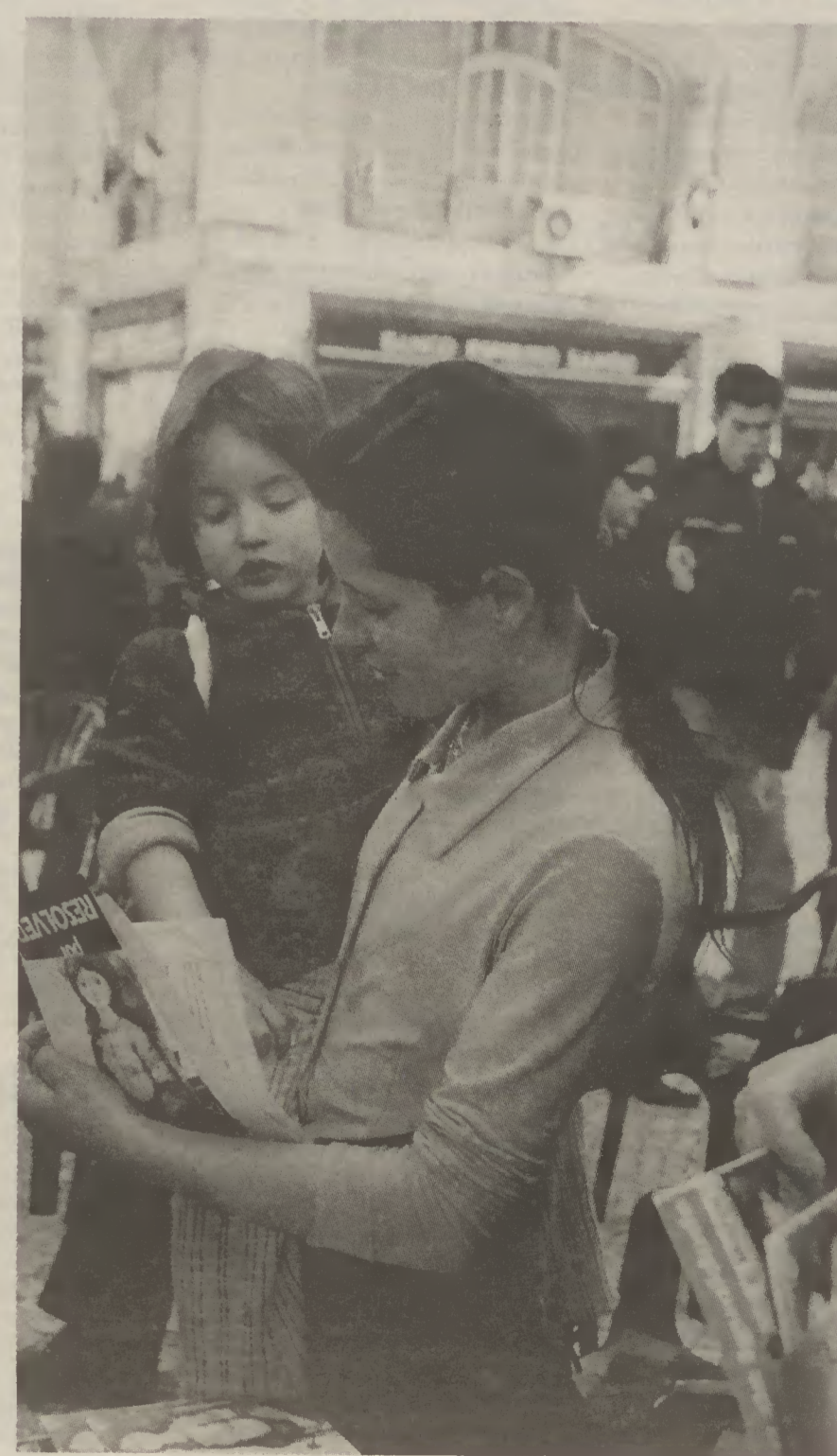
## Combater os retrocessos

Com a formação do Governo PSD/PP entrou em marcha uma perigosa ofensiva aos mais elementares direitos de quem trabalha, bem como às funções sociais do Estado. Este ataque, de carácter político e ideológico, incorpora e retoma velhas concepções no que se refere ao papel da mulher na família e no trabalho e aos direitos sexuais e reprodutivos, procurando perpetuar o ciclo de desigualdade e discriminação a partir das leis. Os conteúdos legislativos mais gravosos encontram-se no chamado «Código de Trabalho», nas alterações à Lei de Bases de Solidariedade e Segurança Social e na proposta de Lei de Bases da Família. Relativamente ao famigerado Pacote Laboral, os ataques aos direitos das mulheres são por demais evidentes. O capítulo da maternidade-paternidade representa um enorme recuo relativamente à legislação actual. Com a aprovação do Código, desapareceriam importantes direitos como a duração da licença de amamentação ou aleitação; o direito a falta para assistência à família; a possibilidade de falta por nascimento de neto, quando filho de adolescente até aos 16 anos, entre outros. A estas omissões o Governo acrescenta uma explicitação: «em caso de aborto não punível por lei, a mulher tem direito a licença com duração mínima de catorze dias e máxima de trinta dias». Esta referência específica à «legalidade» do aborto deixa antever o aumento da vigilância, através de médicos pagos pela empresa, sobre a mulher que necessite de recorrer ao aborto clandestino.

#### Retorno ao passado

Na proposta de «Lei de Bases da Família» surge a responsabilização total das famílias, que terão de assumir

todos os encargos sociais com crianças, idosos ou deficientes. Ao Estado passa a caber apenas o papel de atribuir alguns subsídios e benefícios, bem como a facilitar (e não a garantir) o acesso a uma rede de assistência materno-juvenil, efectuada através do reforço do poder das instituições privadas. Outra das medidas previstas é a promoção do trabalho doméstico, empurrando as mulheres para casa. Esta intenção foi demonstrada por declarações do ministro, que defendeu publicamente a retribuição desta actividade. Também nesta proposta surge uma referência ao aborto: «O Estado assegurará a protecção e desenvolvimento da criança antes e depois do seu nascimento.» Aprovada esta lei, o feto poderá passar a ter personalidade jurídica, reforçando a componente criminal da interrupção voluntária da gravidez. Com medidas destas, o Governo — autoprotelado defensor dos «valores da família» — mostra que a concepção que defende é a velha família tradicional, patriarcal, em que a mulher se confina ao trabalho doméstico (ou ao trabalho a tempo parcial) e ao cuidado das crianças, dos idosos e dos doentes. No mesmo sentido avançam as alterações à Lei de Bases da Segurança Social. Entre outras medidas negativas, o Governo pretende discriminar positivamente as famílias que recebam os idosos no seu seio, com fomento ao trabalho parcial para as mulheres. O próprio ataque ao sistema público de Segurança Social (incidindo sobre trabalhadores de ambos os sexos e de todas as gerações) prejudica as mulheres de uma forma especial, pois são as trabalhadoras as mais despedidas, as que mais trabalham em situação precária e que têm os mais baixos salários.



#### Sector têxtil

## Trabalhar muito por pouco

Apesar do crescimento verificado nos últimos anos (ver texto nestas páginas), o emprego feminino continua maioritariamente concentrado em áreas específicas, nomeadamente o comércio a retalho, o ensino, a indústria têxtil. Este último sector, que empregava cerca de 200 mil trabalhadores — na sua esmagadora maioria mulheres —, está a ser alvo de uma destruição imensa ao nível dos postos de trabalho, nomeadamente nas empresas de vestuário. Nos últimos meses, estimam-se em cerca de 10 mil os despedimentos no sector, com especial incidência no Norte do País. Na grande maioria dos casos, as mulheres despedidas estão entre cinco e seis meses sem nenhum rendimento, dado os prazos legais e os atrasos nos pagamentos do subsídio de desemprego. Esta situação torna-se ainda mais grave tendo em conta os níveis salariais praticados no sector. Por exemplo, na Rohde — multinacional alemã do sector do calçado instalada no distrito de Aveiro —, os salários das mulheres rondam o salário mínimo nacional. Neste contexto, assume contornos

particularmente chocantes as diferenças entre trabalhadores de ambos os sexos. As operárias têxteis — situadas nos enquadramentos salariais mais baixos — ganham entre 20 a 25 por cento menos do que os homens. Praticando baixos salários, os patrões do sector apostam nos prémios de produção, que levam a ritmos de trabalho elevados e desgastantes. O resultado de tal prática é o elevado número de trabalhadoras com baixa, com stress laboral, com tendinites e outras doenças profissionais. A gravidade desta situação é patente no facto de muito

poucas mulheres atingirem a reforma por limite de idade, aos 65 anos. A maioria retira-se precocemente do mundo do

trabalho por invalidez, devido aos violentos ritmos de trabalho a que estiveram sujeitas durante vários anos.





# Reforma sim, liberalização não

• Pedro Carvalho

A 3 de Outubro, o Comissário Fischler passou por Lisboa, na continuação do seu périplo pelas capitais europeias, para tentar «vender» a proposta de revisão intercalar da Política Agrícola Comum (PAC).

Fischler ficou surpreendido com a forte oposição à proposta das organizações agrícolas, do Governo e de todos os grupos parlamentares, com excepção do PS que se revê na proposta, não se sabendo se por convicção ou por se encontrar amarrado às posições do ex-ministro Capoulas.

A PAC precisa de ser profundamente reformada não só por questões de equidade na distribuição das ajudas entre produtores, países e produções, mas pelo modelo agrícola em que assenta, baseado no alinhamento dos preços de produção ao nível mundial e na promoção das exportações agrícolas, sustentadas por subvenções públicas. Modelo que acelerou a concentração da terra, a centralização e a intensificação da produção, beneficiando as grandes multinacionais do agro-alimentar/industrial/químico e os grandes proprietários. Que foi responsável pelo desaparecimento de milhares de explorações agrícolas e agricultores na UE e nos países menos desenvolvidos, pelas crises alimentares, pela deterioração do ambiente e pela progressiva desertificação do mundo rural. Afectou, também, os consumidores, que pagam como contribuintes as subvenções agrícolas, e não vêem nenhuma diminuição dos preços dos bens agrícolas ao consumo, apesar da forte redução dos preços na produção.

Este é o modelo que tem vindo a ser aprofundado. Por trás da «capa» do ambiente, pretende-se a desregulamentação do mercado agrícola e a sua progressiva liberalização. Esquece-se que os bens agrícolas não são um produto como outro qualquer. Esquece-se que os mercados agrícolas sofrem de especificidades próprias: de volatilidade dos preços, quantidades e rendimentos. Esquece-se que a alimentação e agricultura são variáveis estratégicas da independência nacional e do desenvolvimento do país.

A actual reforma não põe em causa o modelo; pelo contrário, aprofunda a sua lógica, também com o intuito de congelar a despesa agrícola face ao alargamento da UE e de respeitar as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC).

## Falácias e embustes

A reforma continua a baixa dos preços e a eliminação dos instrumentos de intervenção no mercado. Avança com a criação de uma ajuda única ao rendimento por exploração, desvinculada da produção, baseada em referências

históricas. A ir avante, esta proposta congela a despesa agrícola, fixa as desigualdades na atribuição das ajudas, promove o absentismo produtivo, promove a concorrência desleal entre produções com ajudas directas e sem elas, não cria novos instrumentos de apoio para as produções mediterrâneas e cria dificuldades à instalação de jovens agricultores. Mas, mais relevante, representa o fim de uma verdadeira política agrícola - de orientação, compensação e controlo da produção - sem que haja o reforço da protecção aduaneira dos produtos agrícolas, pondo em causa o princípio da soberania alimentar e da preferência comunitária. Não se percebe como é que a liberalização e a baixa dos preços vai melhorar o ambiente. Aliás, a ecocondicionalidade não é mais que o respeito da legislação já em vigor. Não é por acaso que os sectores mais liberalizados e de maior intensificação produtiva, os suínos e as aves, não são abordados. Assim como os organismos geneticamente modificados (OGM), quando se abre o caminho para o levantamento a moratória, com as consequências irreversíveis da sua libertação no ambiente.

A modulação e o plafonamento fazem também parte do embuste, pois visam sobretudo reduzir as ajudas directas e transferi-las para o desenvolvimento rural, introduzindo de forma velada o co-financiamento da despesa agrícola. A Comissão acena aos agricultores que recebem menos 5 mil euros de ajudas (95% em Portugal), com o facto que estes não serão prejudicados. Mas a verdade é que estes serão afectados pela baixa dos preços e não terão qualquer aumento das ajudas como seria de esperar de uma real modulação. Como a modulação corresponde a cortes lineares, os médios agricultores serão prejudicados face aos grandes.

Não colocando em causa o modelo exportador, a proposta não beneficiará os agricultores dos países menos desenvolvidos. Pois, a questão não é promover as suas exportações para o mercado comunitário mas sim garantir que estes países produzam para o seu auto-aprovisionamento, de acordo com o princípio de soberania alimentar. É necessário um modelo que promova preços justos, tendo como base os custos de produção reais e não o alinhamento pelos preços mundiais das exportações, baseadas na monocultura e dominadas pelas multinacionais dos países mais desenvolvidos.

É este o embuste que precisa ser desmascarado e rejeitado. Foi contra este embuste que centenas de dirigentes associativos da pequena e média agricultura e da agricultura familiar se manifestaram à porta da Assembleia da República. Reforma sim, liberalização não.



A manifestação em Zurique foi um sinal da disposição de luta do sector

Construção civil da Suíça declara greve nacional para 4 de Novembro

## Preparados para agir

Os trabalhadores protestam contra a violação do contrato de trabalho por parte dos patrões e mostram-se dispostos a continuar a luta pela concretização da reforma aos 60 anos no sector

Depois de na passada Primavera ter celebrado um acordo com os sindicatos, que previa a antecipação da idade de reforma para os 60 anos, o patronado suíço não dá mostras de quer cumprir o estabelecido, recusando-se a efectuar os des-

contos para o respectivo fundo de reforma antecipada. Em resposta os trabalhadores realizaram, no final de Setembro, uma manifestação em Zurique que reuniu cerca de três mil pessoas, onde se contavam muitos portugueses, os quais constituem um quarto dos cerca de 100 mil operários do sector.

A intransigência patronal levou ao endurecimento da

luta, orientação das direcções sindicais aprovada por unanimidade e aclamação pela

**Os 100 mil operários da construção exigem a reforma aos 60 anos**

Conferência Profissional do sindicato GBI, a principal estrutura sindical do sector, que responsabilizou as entidades patronais pelo clima de conflitu-  
turalidade laboral, notando que foram eles quem violou o contrato estabelecido.

A Conferência condenou ainda a actuação da polícia de Berna que interpelou e identificou alguns delegados, quando estes se dirigiam para a reunião, em clara violação do princípio da neutralidade que forças policiais estão obrigadas a observar.

De acordo com o GBI, os patrões deviam ter começado a descontar em Junho último para o fundo de reforma, mas não o fizeram e a dívida vai já em 30 milhões de francos suíços (perto de 45 milhões euros).

Com esta estratégia, considera o sindicato, os patrões pretendem ganhar tempo e esvaziar as reformas duramente conquistadas durante o último Inverno, impedindo na prática o funcionamento do sistema de reforma antecipada.

Entretanto, as greves já começaram em muitos estaleiros de várias regiões da Suíça. Os trabalhadores, entre eles muitos milhares de portugueses imigrantes, não aceitam esta afronta e exigem que o patronato cumpra a sua palavra.

No dia 4 de Novembro é dia de greve nacional. Nessa altura todos os empreiteiros ficarão a saber que os trabalhadores estão a falar a sério.

## Comércio mundial em queda

Um relatório da Organização Mundial do Comércio (OMC) constata que as transações internacionais sofreram em 2001, pela primeira vez em 20 anos, uma quebra de 1,5 por cento, depois de no ano anterior terem registado um aumento de 11 por cento.

Para o presente ano, a OMC prevê uma expansão de apenas um por cento, em volume, e de dois por cento, em valor, devendo este ao aumento dos preços do petróleo.

Nos primeiros seis meses de 2002, as importações da União Europeia e dos Estados Unidos caíram seis por cento, quebra que atingiu os 10 por cento no Japão e na América Latina.

Os dois países que mais aumentaram as suas exportações, neste período, foram a Rússia, que ainda não é membro da OMC, e a China, com incrementos de sete e dez por cento, respectivamente.

Aliás, é na China que a

OMC parece depositar as suas maiores esperanças, destacando que, neste primeiro ano como membro da Organização, este país conseguiu desalojar o Canadá do quarto lugar dos principais exportadores e importadores mundiais, colocando-se logo atrás dos EUA, UE e Japão. Nos primeiros oito meses deste ano, a China aumentou as suas exportações em 17,5 por cento e as importações em 14,5 por cento.

## Produtores de arroz exigem preço europeu

Em protesto contra a imposição de um valor inferior ao preço de intervenção comunitário, os produtores rendeiros da herdade da Comporta realizaram, na sexta-feira, dia 11, uma marcha exigindo o justo pagamento pelo seu arroz.

Insensível aos protestos, a Atlantic Company manteve a proposta dos 56 escudos por

quilo, quatro escudos abaixo do preço pago pelo Cooperativa de Soure, equivalente ao montante de intervenção, e seis escudos menos do que o preço pago no ano passado.

Os agricultores consideram que a empresa está a antecipar as propostas da Comissão Europeia no âmbito da Organização Comum do Mercado de Arroz, que visam exacta-

mente a baixa dos preços e o fim do preço de intervenção.

Já com nova reunião marcada para hoje, quinta-feira, estes produtores, filiados na Associação dos Agricultores do Distrito de Setúbal, vão analisar novas formas de luta enquanto aguardam ser recebidos pelo ministro da Agricultura, cuja intervenção neste caso já solicitaram.



## «Não» irlandês teria efeitos «imprevisíveis»

A Comissão Europeia reconheceu que a repetição do «não» irlandês ao Tratado de Nice teria «consequências imprevisíveis» para a UE e atrasaria inevitavelmente a ampliação prevista para 2004. Um porta-voz do executivo comunitário garantiu que as instituições da UE não têm preparado nenhum «plano B» para fazer face a um resultado negativo da consulta, admitindo que o «não» implicaria «a morte do Tratado de Nice», provocando «reações imprevisíveis dentro da União Europeia e talvez nos países candidatos. Sinceramente estamos confiantes de que não vamos ter de enfrentar semelhante situação», disse Jonathan Faull. O referendo na Irlanda realiza-se já no próximo sábado, 19, parecendo haver um equilíbrio nas intenções de voto.

## Turquia exige negociar adesão

A Turquia recebeu mal o parecer da Comissão Europeia, divulgado na passada semana, que admite a integração na UE de dez países dos 12 candidatos, mas ignora as aspirações turcas de se tornar num estado-membro. Na quinta-feira, o presidente turco, Ahmet Necdet Sezer, enviou uma mensagem clara: «Esperamos que a UE responda com determinação à vontade política da Turquia de se integrar na União», aguardando dos Quinze «uma decisão política» e não «um relatório técnico», como qualificou aquele chefe de Estado a posição defendida pela Comissão Europeia. Para tal, as autoridades do país mostram-se dispostas a utilizar a questão de Chipre, um eleitos à adesão, cujo território continua parcialmente ocupado pelas forças turcas. Aludindo ao problema, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Sukru Sina Gurel, afirmou que «a possibilidade de um acordo» está a ser limitada pela UE «com as suas declarações e decisões».

## UE reduz pesca no Mediterrâneo

A Comissão Europeia apresentou na passada semana um plano que prevê a redução de capturas, a ampliação das zonas de protecção, a melhoria de dados científicos sobre os recursos e o reforço do combate à pesca ilegal no Mediterrâneo. O comissário Franz Fischler pretende que esta sua última proposta se aplique não só aos estados-membros mas inclua igualmente a generalidade dos países do Mediterrâneo. Estudos da Comissão indicam que sobreexploração dos recursos coloca em perigo de extinção algumas espécies, recomendando uma redução de 15 a 30 por cento no esforço de pesca.

## O descalabro na Fiat

# Falência abre crise social

**Após o anúncio de 8100 despedimentos, os operários da Fiat declararam greves, cortaram estradas e manifestaram-se em várias cidades do país. O governo já prometeu ajuda, mas a luta continua com nova greve marcada para amanhã, sexta-feira.**

Os primeiros protestos e paralisações nas fábricas da Fiat foram desencadeados na quinta-feira passada, um dia depois de a administração anunciar o despedimento de 7600 trabalhadores e a antecipação da reforma para outros 500, ou seja, mais de 20 por cento dos cerca de 36 mil empregados da Fiat Auto, em Itália.

Em compensação, a marca de Turim comprometeu-se a investir anualmente 2500 milhões de euros num plano de desenvolvimento do sector automóvel, garantindo que a maior parte dos agora despedidos poderia regressar às fábricas quando a crise acabar.

Poucos acreditam nestas promessas, tanto mais que o encerramento das fábricas de Termini Imerese (Sicília) e Arese (Milão) parece ser definitivo, criando uma situação social particularmente grave, sobretudo na Sicília, onde a Fiat é a única unidade industrial.

Numa tentativa para salvar a indústria automóvel italiana e atenuar as repercussões sociais, que vão muito além dos empregos directos na Fiat, o governo de Berlusconi mostrou-se, no domingo, disposto a apoiar o saneamento financeiro da empresa, colocando como condição que os planos de supressão de postos de trabalho fossem congelados.

A solução final terá de ser encontrada até ao final do mês, mas o governo coloca desde já várias hipóteses que, designadamente,

poderão passar pela retirada do sector automóvel do Grupo Fiat criando uma nova entidade com a parti-

das ao grupo, devendo estas ser supervisionadas e aprovadas por Bruxelas.

O saneamento financeiro é de resto desejado tanto pelos bancos credores como pela própria GM, o maior construtor automóvel do mundo, que tem opção de compra sobre as acções do grupo.

Aliás, os sindicatos suspeitam que a Fiat está já a

plano industrial credível, Bertinotti constata que «os seus carros não suportaram a globalização, a sua investigação nada criou de novo, o seu mercado interno restringiu-se, enquanto a criação de um pólo europeu do automóvel [com a francesa Renault e a alemã Volkswagen] não foi sequer levada em consideração pela administração».



Milhares de famílias italianas dependem das fábricas da Fiat há várias gerações

cipação da General Motors, que já possui 20 por cento da unidade automóvel, e dos bancos credores que em Maio passado investiram mais de três mil milhões de euros na empresa. O Estado entraria depois como quarto parceiro, procedendo-se a um aumento de capital.

### Uma estratégia errada e irresponsável levou ao fim uma das maiores empresas europeias

### UE admite apoios financeiros

As propostas governamentais têm o apoio do Banco de Itália que, na sexta-feira, defendeu o salvamento da Fiat, tendo o próprio comissário europeu da Concorrência declarado, no fim-de-semana, que existem formas de o Estado poder conceder aju-

negociar com o grupo norte-americano a fórmula de cessão da divisão automóvel a qualquer preço, consciente da sua débil posição no mercado e do elevado endividamento que ronda os seis mil milhões de euros. Na bolsa, o valor do Grupo anda à volta dos quatro mil milhões de euros, depois de sucessivas quebras que colocaram as cotações ao nível de 1985.

Para a Refundação Comunista, a única solução passa pela nacionalização do Grupo, como sustenta o seu secretário-geral, Fausto Bertinotti, em artigo publicado no «Liberazione», concluindo que hoje a Fiat não tem nenhuma chance de «inverter a tendência negativa».

Explicando que a empresa se limitou a receber financiamentos do Estado sem sentir a obrigação de executar um

Assim, «a única possibilidade de salvar o emprego e as unidades produtivas é a nacionalização, uma radical intervenção do estado no âmbito de um projecto de dinamização do país», afirma Bertinotti.

## A marca de um país

A história da Fiat começou em 1899, quando um ex-oficial de cavalaria, Giovanni Agnelli, fundou a empresa em Turim, de onde saiu o primeiro automóvel da marca, que em breve se tornaria no principal motor da indústria e indissociável da imagem do país.

Hoje, o grupo emprega quase 200 mil pessoas em todo o mundo, dos quais 95 mil em Itália. Com o passar dos anos, a sua actividade diversificou-se. Para além da divisão automóvel, que está à beira da falência, os negócios do grupo abarcam a construção de camiões e autocarros, maquinaria agrícola e de construção, produtos metalúrgicos, companhias de seguros e editoras.

Sobrevivendo à segunda guerra mundial, o neto do fundador, Giovanni Agnelli II, assume a presidência da Fiat em 1966, adquirindo as marcas Lancia e Ferrari. Segue-se mais tarde a compra da Alfa Romeo e da Maserati.

A empresa entra então numa crise profunda que culmina com o despedimento de 74 mil trabalhadores em 1996, arrastando a demissão de Agnelli e abrindo a porta ao gigante norte-americano que adquire 20 por cento da Fiat Auto.

## Ajudas ilegais preocupam Bruxelas

A Comissão Europeia iniciou três procedimentos de infracção contra a França, Itália e Espanha por suspeita de ajudas ilegais à eléctrica francesa EdF e legislação proteccionista no sector por parte dos governos italiano e espanhol.

No primeiro caso, estão em causa importantes ajudas concedidas pelo Estado francês à EdF em 1997, que o comissário da Concorrência, Mario Monti, entende que podem ser ilegais. A repressão coincide com as amplas movimentações sociais contra o anúncio do actual governo de iniciar a médio prazo a privatização da

empresa e ocorre depois de muitos anos de resistência francesa às exigências da Comissão Europeia para este país aderisse à abertura e liberalização dos mercados energéticos.

Em vez disso, a França apoiou a EdF, que se lançou numa política expansionista, utilizando os seus enormes lucros (perto de mil milhões de euros anuais) para conquistar quotas de mercado nos principais países europeus.

Neste momento, para além dos 31 milhões de clientes em França, a EdF já conta com mais 20 milhões no resto da União Europeia.

De resto, dos 11 mil milhões de euros que investiu no estrangeiro, mais de 74 por cento foram concentrados em países europeus.

No ano passado conseguiu posições em eléctricas espanholas e italianas, apesar das legislações aprovadas pelos respectivos governos que limitavam a participação estrangeira nas empresas deste sector estratégico.

Ora, são precisamente essas normas que, no entender de Bruxelas, contrariam o direito comunitário, intimando a Espanha e a Itália a eliminá-las sob pena de levar o caso até ao Tribunal de Justiça da União.

## Parlamento aprova lei Berlusconi

A polémica lei que permite ao réu alegar «legítima suspeita» de falta de independência de um tribunal para obter a sua transferência para uma outra cidade, foi aprovada na passada semana pela câmara baixa do parlamento italiano. A oposição, que se uniu no combate a esta lei, considerava-a como um favorecimento directo ao primeiro-ministro, Silvio Berlusconi, bem como a colaboradores seus, designadamente, ao advogado e actual deputado da Forza Italia, Cesare Previti, que está na iminência de ser declarado culpado pelo Tribunal de Milão. O próprio primeiro-ministro contesta este Tribunal, do qual por várias vezes se considerou «vítima» de perseguição por parte dos seus juízes.

Previti, que é acusado de ter subornado magistrados que decidiram a favor do seu cliente, Berlusconi, em diversos litígios económicos, poderá exigir a transferência do processo mal a lei passe no Senado, que já a aprovou em 1 de Agosto, e é chamado a pronunciar-se de novo, após várias alterações ao diploma exigidas pelo Presidente da República, Carlo Azeglio Ciampi.

## Camionistas em protesto

Camionistas em protesto pela regulação do horário de trabalho bloquearam, na terça-feira, o trânsito sobre as duas pontes sobre o rio Rhian que ligam Estrasburgo, na França, à Alemanha. Acções semelhantes foram desencadeadas em outros países europeus, caso da fronteira luso-espanhola em Vilar Formoso/Fuentes de Oñoro.

Os camionistas, que distribuíram panfletos com as suas reivindicações laborais, provocaram filas de trânsito de dois quilómetros sobre a Ponte da Europa (entre Estrasburgo e Kehl) e a Ponte Pierre Pflimlin (em Escahu, cerca de dez quilómetros a sul de Estrasburgo). Também camionistas luxemburgueses e belgas organizaram barreiras esta manhã na auto-estrada A31, no posto de fronteira de Dudelange, no Luxemburgo, provocando vários quilómetros de filas nos dois sentidos.

## Bruxelas duvida de Portugal

A Comissão Europeia tem dúvidas sobre a capacidade de Portugal para reduzir o défice orçamental para 2,8% do PIB este ano e propõe que sejam adoptadas medidas de correcção até Março de 2003. A proposta que a Comissão Europeia vai apresentar aos ministros da Economia e Finanças da União Europeia, pede a Lisboa uma gestão «rigorosa» e a adopção das «medidas de poupança» para garantir o défice acordado este ano.



## FLN vence eleições na Argélia

A Frente de Libertação Nacional (FLN), partido do actual primeiro-ministro, Ali Benflis, ganhou as eleições autárquicas realizadas na passada quinta-feira na Argélia, conquistando a maioria absoluta em 668 autarquias.

O ministro do Interior, Yazid Zerhouni, anunciou em conferência de imprensa que a FLN ganhou 798 dos 1960 lugares em disputa nas assembleias provinciais. O partido de Benflis é agora maioritário em 43 das 48 províncias do país.

## Explosão na Tchetchénia

Pelo menos 20 polícias tchetchenos morreram na explosão, na passada semana, de uma esquadra da polícia de Grozny, capital da República, alegadamente devido a um ataque de militantes islamitas. A explosão destruiu os dois andares superiores, num dos quais decorria uma reunião. O exército russo iniciou as operações há três anos para reprimir o movimento separatista.

## Presidenciais anuladas na Sérvia

A segunda volta das eleições presidenciais sérvias deste fim-de-semana foi anulada devido à fraca afluência às urnas, inferior aos 50 por cento necessários para validar o escrutínio.

O Centro para as Eleições Livres e a Democracia, que destacou 16 mil observadores para as 8600 assembleias eleitorais, revelou que a afluência foi na ordem dos 45 por cento. As eleições terão agora que ser repetidas, o que quer dizer que o presidente Vojislav Kostunica e o liberal Miroljub Labus, os mais votados, terão que voltar a enfrentar os candidatos da primeira ronda.

## Revolta na Costa do Marfim

Um grupo de soldados desmobilizados ocupou, segunda-feira, a cidade de Daloa, na Costa do Marfim. Depois de terem dominado Bouaké, a segunda maior cidade do país, os militares rebeldes ocuparam agora a cidade que marca a divisão entre o Norte muçulmano e o Sul maioritariamente cristão. De acordo com testemunhas locais, as tropas do governo da Costa de Marfim não ofereceram qualquer resistência à entrada dos revoltados em Daloa, onde muitos dos habitantes aplaudiram a ocupação.

Para o presidente da Venezuela a democracia não se negocia

# Manifestação de apoio a Chávez

A «Grande marcha pela paz e democracia», convocada por Hugo Chávez para comemorar os seis meses de governação desde o golpe de Estado, encheu as ruas de Caracas numa manifestação de apoio ao seu governo.

Os venezuelanos partidários da «Revolução Bolivariana» do presidente Hugo Chávez responderam, domingo, na mesma moeda à oposição de direita, numa iniciativa que terá juntado em mais de dois milhões de pessoas, segundo estimou o próprio Chávez, depois de a sobrevoar de helicóptero.

A colossal manifestação - 16 quilómetros de comprimento - foi convocada em 72 horas para responder à «Tomada de Caracas» e para comemorar os seis meses das jornadas populares de 13 de Abril, que derrotaram o golpe de Estado ensaiado dois dias antes. A manifestação partiu da parte Sul de Caracas, rumo ao centro, percorrendo os bairros pobres que são as principais bases do governo bolivariano. Centenas de autocarros trouxeram milhares de manifestantes do interior do país.

Na passada sexta-feira, a «Tomada de Caracas», manifestação de opositores, intimou o presidente: ou renuncia, ou antecipa as eleições presidenciais até ao dia 16, sob a pena de ser convocada uma greve geral no dia 21. Os seus impulsionadores falam em um milhão de participantes, mas as autoridades estimaram que os manifestantes não ultrapassaram os 200 mil.

O contraste entre os participantes das duas manifesta-

ções foi evidente, relata o jornal digital brasileiro *Vermeelho*, órgão central do PCdoB. A de sexta-feira era visivelmente mais rica, mais branca, mais equipada com várias bandeiras, bonés, apitos, fantaisias. Já a manifestação de domingo foi um brado das massas venezuelanas. «Isto sim é o povo, não é a gente fina de Altamira e Chuao», comentou um dos manifestantes, referindo-se aos bairros ricos de Caracas.

«A oposição tem razão, Chávez perdeu a rua... não se via a rua, esta perdeu-se naquele rio de gente. As ruas transbordaram, com dois ou três milhões de pessoas. A oposição, quando actua, não sabe o monstro que desperta; desperta a vontade do povo», afirmou Luís Tascón, deputado do Movimento V República, pró-Chávez.

### Não ao ultimato

Hugo Chávez juntou-se e discursou à multidão. Confortado pela demonstração de força, repudiou o ultimato da oposição: «Referendo

revogatório, caso consigam recolher as assinaturas necessárias, em Agosto de 2003. Eleições presidenciais, em Dezembro de 2006, esta é a resposta», disse o presidente da Venezuela. A Constituição venezuelana, promulgada durante o seu governo, prevê a possibilidade de um referendo de iniciativa popular, que revogue o mandato popular, mas apenas na segunda metade deste.

A paralisação prometida para a próxima segunda-feira traz o nome de «greve geral», mas tem como principal

testada por um novo sindicalismo chavista. Hugo Chávez desafiou-os a tentar: «Se eles querem convocar uma greve é bom que o façam de vez, vamos ver quem mais pode, os que querem parar o país ou nós, que trabalhamos todos os dias pelo país, com honestidade e com amor à

pátria».

«O poder deve ser do povo venezuelano, este é o verdadeiro sentido desta revolução. E quando falo em poder, refiro-me ao poder como instância geral, não só o poder político, mas também o poder económico. O povo deve ser o

«Há que se fazer do povo proprietário da terra», diz Chávez



Hugo Chávez classificou a manifestação como uma «clara resposta do povo à ameaça e chantagem, ao golpismo e ao fascismo mascarado de democracia»

impulsionadora a Fedecâmaras, a confederação empresarial venezuelana, que arrasou a Confederação dos Trabalhadores da Venezuela, mais conhecida como uma «máfia sindical», hoje con-

dono da economia popular, da economia produtiva e da economia social. Há que fazer do povo proprietário da terra, das fábricas, do capital», afirmou Chávez, entre aplausos.

## Fidel Castro desmente acusação

Fidel Castro qualificou, no domingo, de «mentira absoluta e ridícula» a acusação de que Cuba possa cometer algum acto terrorista contra os Estados Unidos ou contra algum cidadão norte-americano.

«São mentiras absolutas, ridículas e inescrupulosas, que um pequeno país vá cometer essa estupidez contra os EUA», afirmou Fidel Castro em entrevista à rede de televisão ABC, solicitada por motivo dos 20 anos da crise dos mísseis de 1962. «Qual foi a verdade destas últimas quatro décadas?», interrogou o presidente de Cuba ao desmentir as

imputações que se fazem nos Estados Unidos contra a ilha.

«Existem documentos que comprovam os milhares de actos terroristas perpetrados a partir do território norte-americano, actos reconhecidos por historiadores e personalidades, por exemplo a explosão de *la Coubre*, que custou a vida a cerca de 100 trabalhadores», recordou Fidel Castro. «É uma ofensa que nos acusem quando há evidências de milhares de acções terroristas, sabotagens e atentados contra a ilha», insistiu.

«Em 43 anos não existe um só caso de um norte-americano

que tenha sido morto em consequência de uma acção de Cuba contra os EUA. Nenhum deles sofreu o menor dano vindo deste país. Então, como vão acusar-nos de cometer essa estupidez?», argumentou Fidel Castro. «Cumprimos o compromisso que tornámos público, de que jamais sairá de Cuba algo que cause o menor dano aos Estados Unidos», reiterou.

O presidente cubano respondeu que também é falsa a acusação de que Cuba produz armas químicas. «Mentira, ridicularizada inclusive pelo ex-presidente Jimmy Carter quan-

do visitou o nosso país», sublinhou. «Eu disse naquela ocasião que estava disposto a convidar cientistas a visitarem lugares onde estaríamos hipoteticamente fabricando esse tipo de armamento», acrescentou.

Em relação ao Iraque, Fidel negou categoricamente que tenha transmitido uma mensagem de solidariedade ao presidente Saddam Hussein. «Mas, de qualquer forma, somos por uma solução pacífica, sem guerra», assinalou. «Anunciou-se e prepara-se uma guerra à qual se opõe a maior parte da opinião pública internacional», concluiu Fidel Castro.

## Lula à frente nas sondagens

A campanha para a segunda e última volta das eleições presidenciais no Brasil, que se realizará a 27 de Outubro, iniciou-se, segunda-feira, com uma clara vantagem para o candidato Luís Inácio da Silva, mais conhecido por Lula, revelaram esta semana as sondagens sobre as intenções de voto.

Segundo um inquérito do Instituto Vox Populi, o candidato apoiado pelo Partido dos Trabalhadores, Lula da Silva, lidera a intenção de voto dos brasileiros com 60 por cento, contra 30 por cento de José Serra, que conta com o apoio da coligação que apoia o governo do

presidente Fernando Henrique Cardoso.

A sondagem, que foi efectuada em 11 e 12 de Outubro quando os dois candidatos procuravam alianças com os partidos excluídos da segunda volta, revela ainda que cerca de 15 por cento dos eleitores permanecem inde-

cisos ou votarão nulo ou em branco.

Na primeira volta, o sindicalista obteve 46,4 por cento dos votos contra os 23,3 do antigo ministro da Saúde.

Entretanto, Lula da Silva garantiu, no sábado, o apoio dos partidos mais importantes de esquerda.

## Explosão no Bali

O número de vítimas da explosão de um carro armadilhado em Bali ultrapassa o meio milhar, de acordo com listas hospitalares obtidas segunda-feira pela Lusa. As listas referem que, além dos 181 mortos já confirmados pelo ministro da Saúde indonésio, há ainda 326 feridos.

Um balanço definitivo poderá demorar ainda vários dias, continuando a ser moroso o processo de identificação das vítimas, já que muitos dos corpos recuperados estão carbonizados.

## Londres suspende Ulster

O governo britânico suspendeu, segunda-feira, o executivo autónomo do Ulster, anunciou o ministro para a província, John Reid, face à crise criada pela suposta espionagem política do IRA em Stormont, sede das instituições autónomas do Ulster.

Trata-se da quarta vez que Londres suspende o governo autónomo do Ulster desde a assinatura do acordo de paz de Sexta-feira Santa, a 10 de Abril de 1998.

## Confrontos na Índia

As declarações do padre norte-americano de extrema-direita Jerry Falwell, que qualificou o profeta Maomé de «terrorista», provocaram, no sábado, graves incidentes entre muçulmanos e hindus na localidade de Solapur. Os confrontos causaram oito mortos e 90 feridos, tendo começado quando vários grupos de jovens muçulmanos reuniram-se nesta cidade indiana para protestar contra Falwell.

## Eleições em Caxemira

Omar Abdullah, líder do partido no poder na Caxemira indiana, reconheceu a derrota nas eleições regionais realizadas entre 16 de Setembro e 8 de Outubro. A Conferência Nacional, partido no poder, obteve apenas 30 lugares dos 87 que compõem a assembleia. Segundo Abdullah, uma das principais razões para a derrota foi «a proximidade do partido a Nova Deli».

## Lucent despede trabalhadores

O fabricante norte-americano de equipamentos e telecomunicações Lucent Technologies anunciou esta semana que vai despedir mais de 10 mil trabalhadores, ou seja, mais de 22 por cento dos seus efectivos totais, até ao final do próximo ano. Para pagar a reestruturação, o grupo vai fazer uma provisão de mil milhões de dólares e uma outra de três mil milhões de dólares para cobrir a desvalorização dos activos dos fundos de pensões, face à queda bolsista.



Referendo dá mandato a Saddam

## Iraque pronto para a guerra

Na véspera de um referendo que deve atribuir a Saddam Hussein um novo mandato, o presidente do Iraque afirmou estar pronto a lutar «se o combate lhe for imposto».

«Nenhum iraquiano e nenhum membro da sua direcção deseja que a agressão ocorra, mas se o combate nos for imposto, vamos lutar», declarou Saddam, segunda-feira, ao receber o antigo presidente argelino Ahmed Ben Bella.

O presidente iraquiano terá discutido com Ben Bella «meios de enfrentar, tanto ao nível popular como oficial, os desafios hegemónicos e colonialistas americano-sionistas».

No mesmo dia, o parlamento iraquiano apelou aos países árabes e muçulmanos que rompam as suas relações com os EUA depois de o Congresso norte-americano ter decidido reconhecer Jerusalém como a capital de Israel. Após esta decisão, os países árabes e muçulmanos são chamados a tomar «medidas sérias que estejam à altura das suas responsabilidades históricas e nacionais», considera o Parlamento num comunicado publicado em Bagdad.

**Iraque apela para que se rompam as suas relações com os EUA**

**Iraquianos chamados às urnas**

Cerca de 12 milhões de iraquianos foram chamados, antontem, às urnas para participar num referendo destinado a reconduzir o presidente Saddam Hussein num novo



mandato de sete anos. O referendo visto como «um processo simples e livre», por um porta-voz, citado pela agência de notícias oficial iraquiana, é a oportunidade para que a população iraquiana, estimada em 25 milhões, expresse a sua rejeição aos planos dos Estados Unidos para derrubar Saddam Hussein, no poder há 23 anos.

Desde a semana passada, multiplicaram-se as reuniões ao nível do partido Baas, no poder, para mobilizar a população e tentar que Saddam Hussein seja reconduzido com 100 por cento dos sufrágios.

**Nem um soldado árabe contra o Iraque**

Nenhum soldado árabe participará numa «acção militar norte-americana» contra o Iraque, disse no início da semana o secretário-geral da Liga Árabe, reiterando que «todos os países árabes rejeitam uma acção militar» contra Bagdad.

O responsável recusou a ideia de que os «árabes assistem como espectadores às ameaças» contra o regime iraquiano, considerando que a diplomacia árabe «jogou um papel decisivo na aceitação pelo Iraque do regresso dos inspectores internacionais, o que já é um contributo».

## Israel ignora resoluções da ONU

Israel é o país que mais ignora as resoluções adoptadas pelo Conselho de Segurança da ONU, revelou um estudo publicado pelo diário israelita *Haaretz*.

Perante as ameaças dos EUA e do Reino Unido ao Iraque pelo seu incumprimento das resoluções da ONU, Steven Zunes, professor de Ciências Políticas da Universidade de São Francisco, decidiu averiguar os estados alvo de instruções das Nações Unidas.

«Alguns dos países que não cumprem as resoluções são considerados como amistosos por parte dos EUA»,

disse Steven Zunes ao diário israelita, precisando que «na maioria dos casos analisados, os governos que violam as resoluções do Conselho de Segurança são países que recebem ajuda militar, diplomática e financeira significativa dos EUA».

De acordo com o estudo, Israel é o país que lidera a lista de países que menos cumprem resoluções da ONU. Desde 1968, o Estado hebraico violou 32 resoluções nas quais se condenava ou criticava as políticas e acções do governo israelita, relacionadas com a anexação da parte oriental de

Jerusalém ou com a ocupação dos territórios palestinos.

Segundo Steven Zunes, o governo hebraico ignorou as resoluções que o obrigavam a abandonar as duras medidas contra a população palestina e a pôr fim às explosões de palestinianos do seu território.

De acordo com o estudo, em segundo lugar da lista de países que menos cumprem resoluções da ONU está a Turquia, com 24 violações desde 1974, enquanto que Marrocos ocupa a terceira posição, com 17 resoluções ignoradas.

## PCP e CGTP na Palestina

A delegação do PCP que participou na Convenção do Partido Comunista de Israel em Nazaré foi recebida, segunda-feira, pelo presidente da Autoridade Palestiniana, em Ramallah.

Albano Nunes, membro do Comité Central do PCP, e Anabela Fino, jornalista do *Avante!*, juntamente com os restantes estrangeiros que participaram na Convenção, tiveram ainda um encontro com representantes do Par-

tido do Povo, com dirigentes do Fatah, o principal partido político palestiniano, e com outros líderes políticos palestinianos, regressando depois a Jerusalém.

No domingo, uma delegação da CGTP manifestou ao presidente da Autoridade Palestiniana a sua «profunda solidariedade para com os objectivos, anseios e luta do povo palestiniano pelo seu direito inalienável à

independência, à liberdade e à paz».

A delegação sindical composta por cinco elementos, e conduzida por Florival Lança, teve como objectivo «aprofundar os laços portugueses às organizações sindicais palestinianas».

No âmbito desta visita, que permitiu à CGTP obter uma informação mais actual e aprofundada sobre «a difícil situação que os trabalhadores da Palestina enfrentam».

## Manifesto ao povo português sobre a crise mundial

Cerca de uma centena de cidadãos representativos de múltiplos sectores da sociedade portuguesa subscreveram esta semana o «Manifesto ao povo português sobre a crise mundial», numa acção de protesto contra um ataque dos Estados Unidos ao Iraque.

O documento, que se encontra na íntegra no site [resistir.inf](http://resistir.inf), assinala a necessidade urgente da luta e protesto do povo português e do mundo contra o terrorismo de estado norte-americano.

«A humanidade atravessa uma crise de civilização. A mais profunda desde a queda do Império romano do Ocidente. É uma crise global, política, económica, militar, cultural e ambiental», lê-se no documento.

«A chamada globalização neoliberal funciona como parte integrante e instrumento desse sistema de poder imperial. Pretende apresentar-se como fenómeno autónomo que se teria desenvolvido à margem das ideologias, gerado pela lógica do mercado, que ela sacraliza como força universal, imanente e incontrolável que se situaria acima da razão humana e dos estados».

«Como afirmou Thomas Friedman, ex-assessor de Madeleine Albright, ao fazer a apologia da globalização, esta só existe e avança porque é sustentada por “um punho invisível” que tem nome: o Exército, a Marinha e a Força Aérea dos EUA», afirma o manifesto.

«Esse sistema imperial, cujo pólo se localiza em Washington, apoia-se numa rede de cúmplices interessados, são eles o grande capital e os governos de duas dúzias de países, nomeadamente os da União do Japão, do Canadá, da Austrália e de Israel».

«As agressões são desencadeadas supostamente para preservar a democracia e a paz. Assim aconteceu com a primeira guerra do Golfo, com a intervenção na Bósnia, com o desmembramento da Jugoslávia, o bombardeamento e ocupação do Kosovo, a invasão da Somália, o aval ao genocídio do povo palestiniano, a agressão ao povo do Afeganistão», salienta a tomada de posição.

**Outro mundo é possível**

«Nas últimas semanas o alvo prioritário tem sido o Iraque. Bagdade, ao aceitar incondicionalmente o regresso dos inspectores da ONU, demonstrou que não possuía armas de destruição maciça. Mas os EUA logo apresentaram novas exigências. Querem a guerra, querem destruir o Iraque, querem controlar o seu petróleo», denuncia o manifesto.

«Os governos dos países ricos emergem como cúmplices dessa estratégia irracional. Os povos rejeitam-na. Essa resistência tem encontrado expressão e voz em jornadas como as de Seattle, Praga, Melbourne, Quebec, Barcelona, Génova e outras, e em Foros como o Social Mundial, duas vezes reunido em Porto Alegre», diz ainda o documento.

«Esses movimentos desempenharam um papel importantíssimo. Mobilizaram milhões de pessoas na contestação à globalização neoliberal, confirmando que os povos, como sujeito real da história, repudiam o monstruoso projecto de sociedade que pretendem impor-lhes, transformando-os em objecto de uma ditadura mundial do capital».

«Todos estamos de acordo com o lema “Outro Mundo é Possível”. Mas qual? Quando se formula a pergunta principiam as dificuldades. Não é a mesma coisa “concertar um acordo para a acção contra o inimigo comum” (uma fórmula de Marx) e coincidir no que se deseja como resultado dessa acção. As coincidências rompem-se no momento em que cada um tenta explicar o que entende por “outro mundo é possível”», assegura o manifesto.

«Duas grandes tendências, contraditórias, são identificáveis. Uma delas parte da convicção de que uma reforma do capitalismo é viável. Os seus defensores reconhecem que se agrava a contradição entre a apropriação privada por uma ínfima minoria das riquezas produzidas e a socialização crescente da produção. A outra tendência aponta para a confrontação com o sistema», fundamenta o documento.

**Lutar em português**

«O futuro de Portugal é inseparável do rumo que a história seguir. O destino do povo português será condicionado pelo resultado de grandes lutas que se avizinhm e que envolvem o conjunto da humanidade», realça o manifesto.

«Medias alienantes e perversos, verdadeiros instrumentos de controlo social, tudo fazem para desinformar o povo português. É urgente denunciar a revisão da história e desmontar a monstruosa inversão do real que embrutece e anestesia, entre outros, o povo português». «Nestas semanas em que o presidente Bush reafirma a sua decisão de transformar o Iraque em alvo da próxima guerra de agressão imperial, o protesto maciço e firme contra a utilização da Base das Lajes como plataforma para o ataque àquele povo árabe tornou-se imperativo de defesa da dignidade nacional, bem como a recusa, sob qualquer forma, da participação de elementos das nossas Forças Armadas numa segunda guerra do Golfo», conclui o documento.

## Assinantes do manifesto

O manifesto foi subscrito, entre outros, por Alberto Vilaça (escritor e advogado), Alice Vieira (escritora), António Dias Lourenço, Artur Ramos (cineasta), César Príncipe (jornalista), Emílio Peres (médico), Fernando Correia (professor universitário), Francisco Melo (editor), Frederico Carvalho (físico), Helder Costa (dramaturgo), Jorge Figueiredo (economista), José Luís Borges Coelho (maestro), José Morgado (professor universitário), Manuel Gusmão (escritor e profes-

sor universitário), Mário Castrim (escritor e jornalista), Miguel Urbano Rodrigues (escritor e jornalista), Moraes e Castro (advogado), Odete Santos (deputada), Paulo Correia da Fonseca (crítico de TV), Raul Castro (advogado e escritor), Ruben de Carvalho (jornalista), Rui Namorado Rosa (professor universitário), Sérgio Ribeiro (economista), Silas Cerqueira (professor universitário), Urbano Tavares Rodrigues (escritor e professor universitário).



● Manoel de Lencastre

Horas de incerteza na Irlanda do Norte após nova suspensão das instituições

# Conspiração

## contra a democracia

**O** que está a passar-se em Belfast desafia a mais fecunda imaginação. Desafia a inteligência de qualquer escritor de temas de segurança e espionagem. O conflito de posições entre protestantes e católicos, que permanece apesar dos Acordos da Páscoa de 1998, é rico em dramáticos acontecimentos. Mas, desde aqueles Acordos, nunca se tinha ido tão longe. O que está em jogo são os valores da paz e da democracia, da igualdade entre cidadãos à face da lei independentemente das respectivas convicções religiosas. Os protestantes, entretanto, parece não verem as coisas assim ...

Quem são os protestantes? Não se imagine que são, apenas, pessoas que adoptaram os pontos de vista de Lutero ou de Calvino e pretendem construir na base dos mesmos uma sociedade de princípios religiosos mais perfeita. Os protestantes na Irlanda do Norte (Ulster) são a maioria da população, mas ligados à Grã-Bretanha por ideais e acontecimentos históricos que já contam séculos. São os ricos e os patrões e aqueles que lutam por sê-lo. Os que têm os melhores empregos. São os funcionários públicos dos escalões médios e superiores. São os empregados bancários mais qualificados. São os homens de negócios. São quase todos os «businessmen» com interesses comerciais, industriais, na construção civil. São os todo-poderosos da agro-pecuária. São os proprietários rurais e urbanos. Os que sustentam estreitas ligações com Londres.

Sendo protestantes, o que eles defendem é o mais reaccionário ódio à democracia, à República da Irlanda, à população católica, aos princípios republicanos.

Quem são os católicos? São os que, fiéis à religião dirigida pelo Vaticano, são-no, igualmente, à Pátria irlandesa. São os republicanos que amam a união do seu país e lutam para que os ocupacionistas britânicos abandonem o solo irlandês. São os que lutaram e lutam para que não existam discriminações no Ulster e deles não façam cidadãos de segunda categoria. São os operários industriais e os menos qualificados dos estaleiros. São os motoristas de táxi. Os trabalhadores da construção civil, os das obras. O pessoal das limpezas nos bancos e nas grandes empresas ou nos edifícios públicos. Os desempregados. Os ofendidos por décadas de opressão. Os que estiveram presos por terem pegado em armas e resistido. Os que desejam ser donos da sua própria terra. Os que estiveram nas greves da fome. Os que não querem o domínio estrangeiro em solo irlandês. Os que desejam e trabalham por uma Irlanda unida.

Esclarecidas estas questões, o que não fazemos pela primeira vez nas páginas gloriosas deste jornal, resta entender que as contradições resultantes das antagónicas posições acima, pareciam dar indícios de diluírem-se, lentamente, pela acção do processo democrático entretanto instituído. O governo da província do

Ulster, sob a presidência de unionistas (protestantes) mas com ministros do Sinn Fein (católicos e republicanos), tem sido a resposta à violência que a população deseja. O que ele não tem sido é o veículo que se esperava liquidasse o I.R.A. (Irish Republican Army) ou Exército Republicano Irlandês, deixando a minoria católica e nacionalista à mercê da vingança dos grupos paramilitares pró-britânicos, se aquele objectivo fosse atingido. Na verdade, o que tira o sono aos reaccionários protestantes é o facto de que o Sinn Fein e o povo católico e republicano não estão desamparados. O I.R.A. continua preparado, apesar de vários gestos já praticados para facilitar o progresso da paz e da democracia, para defender os mais vulneráveis.

O processo de desenvolvimento das instituições criadas pelos Acordos da Páscoa de 1998 tem sido tortuoso. Já em crises anteriores tiveram essas instituições de ser suspensas devido a exigências e ultimatos dos protestantes, e o governo do Ulster devolvido a Westminster. Entretanto, o que está a acontecer agora, é a mais sinistra e antidemocrática manobra a que os protestantes-unionistas jamais recorreram. Acaba de ser decretada a suspensão das actividades governativas de Stormont (Palácio do Governo) tendo o ministro britânico para a região, John Reid, assumido poderes em nome do governo de Blair. Um recuo evidente no processo democrático que, apesar de tudo, tem tido algum êxito.

## Métodos fascistas dos políticos protestantes

Vai para duas semanas, a Polícia do Ulster foi chamada ao palácio de Stormont (Parlamento) pelo próprio governo presidido por David Trimble. Segundo este, existia no seio da administração uma célula de espões do I.R.A. que obtinha documentos confidenciais para passá-los ao Sinn Fein, o que não deixou de parecer pouco verosímil ou, até, fantástico. Mas as autoridades levaram tudo muito a sério...

A Polícia entrou de roldão nos escritórios do Sinn Fein em Stormont. Era um domingo e, como se compreende, não estava lá ninguém. Mas deparou com extensa documentação recebida no fax. Tratava-se de papéis com a aparência de material confidencial como, por exemplo, os nomes e as residências de muitos polícias e guardas prisionais. Os partidos protestantes, em uníssono, começaram a exigir a expulsão do Sinn Fein da Assembleia do Ulster e, junto de Tony Blair, declararam que a situação atingira um ponto crítico não tendo o governo britânico senão uma saída a tomar - expulsar o partido católico da Assembleia, ou eles, os protestantes, demitir-se-iam.

Os «raids» policiais aos escritórios do Sinn Fein tinham sido ordenados por Hugh Orde, o novo chefe do recentemente criado «Serviço de Polícia da Irlanda do Norte». Este, também protestante, agiu a pedido de Trimble e de outros chefes unionistas entre os quais, Ian Paisley, um dos mais furiosos protestantes e dirigente principal do Partido Unionista Democrático. A Polícia deteve três homens e uma mulher sob a suspeita de serem membros da alegada rede de espionagem

do I.R.A. O suposto chefe da organização não foi identificado mas os seus colaboradores incluíam, segundo a Polícia, Denis Donaldson, chefe dos serviços administrativos do Sinn Fein no edifício do Parlamento, preso às cinco da manhã na sua residência. A Polícia prestou particular atenção às actividades de um mensageiro que, disseram, circulava com livre trânsito entre todos os ministérios e apropriava-se, assim, de toda a documentação que encontrasse.

De maneira significativa, tanto a Polícia como Trimble foram expeditos em esclarecer que a rede de espões, apesar de trabalhar há cerca de dezoito meses, não tinha conseguido deitar a mão a documentos dos serviços secretos britânicos (MI5) ou de outras centrais britânicas de «intelligence». Não menos significativo foi o esclarecimento de que os espões não tinham conseguido, igualmente, apossar-se de documentos relacionados com a segurança do Estado. Os assim chamados espões, afinal, não tinham obtido grandes resultados. O que interessava ao governo de Trimble e aos seus associados em todos os partidos unionistas era o grande espectáculo que, efectivamente, conseguiram montar perante a perplexidade de todos nas ilhas britânicas. No dia seguinte à invasão policial, os dirigentes do Sinn Fein em serviço como deputados e ministros em Stormont viram-se confrontados com o resultado de incríveis buscas nos seus escritórios. Quem encenou toda a história? Quem mandou para lá os faxes que a Polícia apreendeu? São uns provocadores ridículos, esses protestantes.

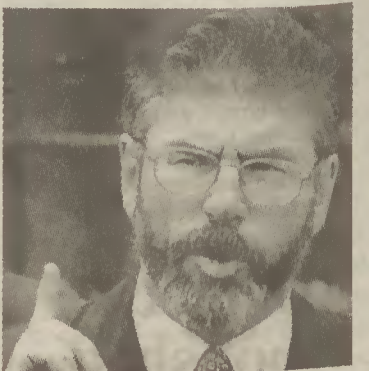
## Têm medo da Irlanda unida

Os falsos democratas são os piores filhos da democracia. O resultado da inacreditável intriga urdida pelos políticos unionistas-protestantes para forçarem o Sinn Fein fora da Assembleia de Stormont, foi anunciado, finalmente, pelo ministro britânico, John Reid, em Belfast e pelo próprio Tony Blair, em Londres. Na verdade, apesar de esforços dramáticos para um entendimento e da intervenção do governo de Dublin, não foi conseguida uma reconciliação entre as partes, mesmo depois de o chefe da Polícia declarar que fizera «um erro de julgamento», Stormont encerrou, uma vez mais, à meia-noite de 12 do corrente e o Ulster passou, novamente, a ser governado, directamente, por Londres.

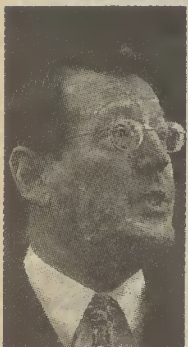
Já ninguém espera que a crise, ganhe contornos positivos pelo menos antes do Natal. As próprias eleições gerais, que estavam calendarizadas para Maio, poderão não se efectuar. Um porta-voz de Westminster, disse a este respeito: «Não precisamos de realizar eleições. Elas não farão qualquer sentido se não conseguirmos que os partidos consigam novos acordos.» Os protestantes insistem naquilo que sempre os tem perturbado - a existência do I.R.A. como braço armado do movimento republicano. Disse um dirigente unionista: «Não se vê utilidade na realização de eleições se vamos começar a guerra, de novo.» E David Trimble, o chefe do Executivo, declarou: «A suspensão do Sinn Fein não resolverá o problema. O que nós queremos é que esse partido seja expulso de Stormont.»

Num acalorado debate entre Martin McGuinness, que desempenhava o cargo de ministro da Educação, (Sinn Fein) e Peter Robinson, um dos dois ministros do partido de Ian Paisley, na televisão do Ulster, o primeiro afirmou: «O que os protestantes têm a fazer é esquecer o fanatismo das suas convicções.» Robinson, acusou-o de ter sido chefe do Estado-Maior do IRA na província de Derry.

Entretanto, em Londres, após uma conferência dos principais dirigentes do Sinn Fein com Tony Blair, Gerry Adams, presidente do partido católico-republicano, declarou: «O que os nossos inimigos pretendem é atrasar a união da Irlanda. Mas o dia virá em que o nosso país será só um, unido, republicano, indivisível.» A conspiração dos protestantes e do governo britânico para que os patriotas republicanos sejam catalogados como terroristas e possam entrar nos registos de George W. Bush ao nível de outros que ele afirma perseguir, diz tudo sobre a baixeza a que chegou a política das chamadas democracias ocidentais industrializadas.



Gerry Adams



David Trimble



• Rui  
Albuquerque

# Pedro Nunes

## um matemático de génio

**C**omemora-se este ano o 5.<sup>o</sup> centenário do nascimento de Pedro Nunes Salaciensis (1502-1578), o matemático mais prestigiado pelos seus pares europeus que Portugal já conheceu.

Recordemos o contexto histórico com uma nota muito particular: está hoje provado que as naus do século XV iam aos novos mundos e voltavam, guiadas pelos poucos mas bons instrumentos dos marinheiros e navegadores portugueses.

O progresso social gerado pelas descobertas marítimas e restante desenvolvimento pré-renascentista - Lisboa tornou-se uma das maiores cidades europeias -, possibilitou depois o aparecimento de figuras ilustres como Garcia de Orta (c.1499-1568), Garcia de Resende (1470-1536), Damião de Góis (1502-1574), Gil Vicente (c.1465-c.1536), Luís de Camões (c.1524-1580) e Pedro Nunes.

Nascido em Alcácer do Sal, Pedro Salaciensis formou-se em Medicina, Línguas e Filosofia pela Universidade de Lisboa. Possivelmente por ter estudado em Salamanca, casou com a castelhana Guiomar de Arias. Em 1530 recebeu a nomeação de cosmógrafo do reino e foi provido nas cadeiras de Filosofia Moral e Lógica na universidade portuguesa. Não conseguindo ouvir em Filosofia Moral, o mesmo vindo a acontecer a Garcia de Orta que o substituiu, foi incumbido de ler Metafísica. Em 1532, Pedro Nunes deixou a universidade, inegavelmente armado de uma formação completa no mundo da escolástica (!).

Em 1544, o rei D. João III chamou Pedro Nunes para leccionar Matemática em Coimbra e nomeou-o cosmógrafo-mor do reino. Terceiro personagem desta história nascido em 1502, o rei foi um governante virado para as questões do ensino e difusão da cultura mas que haveria de ficar recordado pelo estabelecimento da Santa Inquisição (?) no seio do Estado português. Desde a publicação de *De crepusculis liber unus*, em 1542, Nunes granjeou a maior admiração internacional. Tornou-se um cosmopolita partilhando as suas investigações e ensinamentos entre Basileia, Coimbra, Lisboa e Salamanca.

### A obra

Como geómetra, Pedro Nunes estudou a astronomia náutica a fundo (certo navegador acometia-o com problemas suscitados nas viagens para o Brasil), tendo adicionado à teoria a curva que é hoje designada por «loxodrómica» - a rota que um barco tomaria se cortasse todos os meridianos da superfície da Terra pelo mesmo ângulo - e que ele percebeu ser diferente dos círculos máximos e semelhante a um hélice.

A geometria intrínseca dum qualquer superfície - descrição das cartas ou mapas, mais as suas geodésicas ou caminhos mais curtos - está sempre condicionada pela «curvatura», uma certa e determinada quantidade de que só no século XIX se deu explicação cabal, mas da qual Pedro Nunes parece ter estado ciente no caso da superfície terrestre. Note-se que de modo nenhum a «planificação da esfera», a cartografia, se torna um exercício trivial.

Bom investigador físico-matemático, Pedro Nunes lá deve ter compreendido como



Marx e Lênine que a prática é o critério da verdade. Preocupado com o rigor das suas teorias, inventou um instrumento de medição dos ângulos, baptizado de «Nónio» em seguimento do apelido latinizado do seu autor. Em concepção, o Nónio consegue medir os ângulos até várias casas decimais por meio de um desdobramento consecutivo das escalas.

Consta, por se ter ouvido dizer, que Pedro Nunes construiu mesmo as suas «máquinas de precisão» em Coimbra. Porém não está demonstrada a existência de algum Nónio alguma vez em Portugal. Certo mesmo é que não era fácil produzir tais instrumentos com precisão. Tendo o nosso matemático resolvido as questões da duração dos crepúsculos matutino e vespertino, bem como encontrado o dia em que eles são menores, para um local da Terra e uma posição do Sol dados, não é de excluir que tivesse querido confrontar as suas «fórmulas» com a realidade. Confirmados pela prática e por meio do Cálculo Diferencial, séculos mais tarde, os acertados teoremas de Nunes teriam bastado para o levar à imortalidade na história da Ciência.

os três problemas já então famosos da quadratura do círculo, duplicação do cubo e triseção do ângulo), *Petri Nonii Salaciensis opera* (Basileia, 1566), *De arte atque ratione navigandi libri duo* (Coimbra, 1573, reedição da obra anterior com novos desenvolvimentos) e o *Libro de algebra en arithmetica y geometria* (Antuérpia, 1567, um grande tratado de álgebra, infelizmente escrito num estilo já então datado que logo viria a ficar ultrapassado).

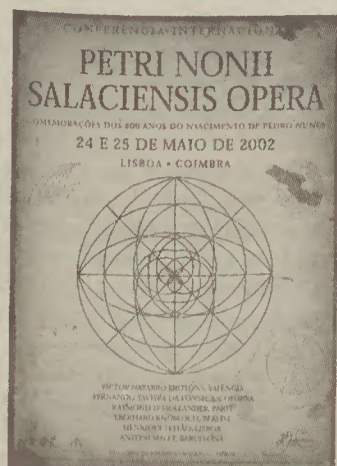
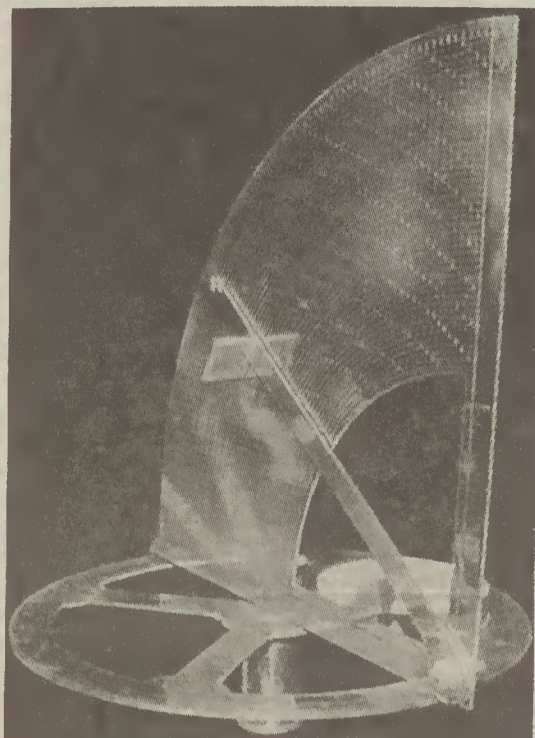
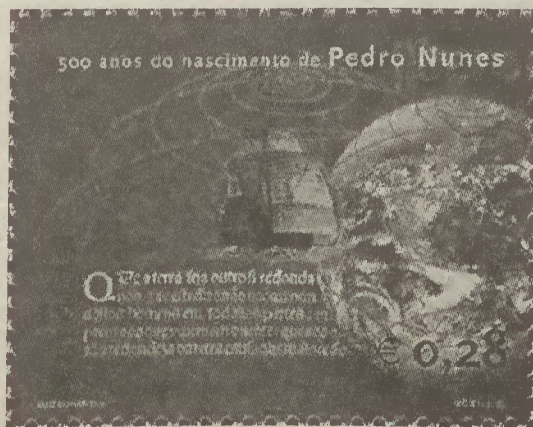
Nunes foi-se desligando da escolástica conquanto mais se dedicava às ciências exactas. Assim, as razões que o levaram a não afirmar adesão à teoria heliocêntrica não podem ser analisadas com ligeireza ou explicadas por simples posicionamento ideológico. A sua *Petri Nonii Salaciensis opera* mostra que ele estudou essa obra revolucionária que foi *De revolutionibus*, do célebre astrónomo polaco Nicolau Copérnico, publicada em 1543 em Nuremberga. Com efeito Pedro Nunes encontrou, nesse livro, erros matemáticos em certas proposições da trigonometria esférica que podem muito bem ter alertado a sua «dúvida metódica». Todavia, foi um dos primeiros homens de ciência a comentar aquelas novas teorias.

### LIBRO DE ALGEBRA EN ARITHMETICA Y GEOMETRIA,

Compuesto por el Doctor Pedro Nunes, Cosmographo Mayor del Rey de Portugal, y Cathedratico subido en la Cathedra de Mathematicas en la Vniuersidad de Coymbra.



EN ANVERS. En casa de los herederos d'Aenoldo Birckman a la Gallina gorda. 1567.



### A Ciência merece respeito

A história de Pedro Nunes começa e acaba em Alcácer. Primeiro «do Sal», no fim «Quibir». Morreu no mesmo ano da derrota de D. Sebastião e dois anos antes da perda da soberania portuguesa para a coroa espanhola.

Enquanto a primeira metade de Quinhentos está ligada a fortes desenvolvimentos sociais gerados por diversos factores, a segunda é o voltar ao metafísico, à perseguição das ideias, à capitulação política da nobreza reinante, e o começo do atraso científico, tecnológico e logo económico que se vai acentuar, até à época do Marquês de Pombal, em relação à Europa do Norte.

É deveras intrigante o paralelo que se pode estabelecer entre aqueles períodos e o progresso gerado pós-25 de Abril de 1974 e eminente ascensão das forças comprovadamente mais retrógradas (patronato e igreja) à totalidade dos domínios do poder no nosso país. Neste sentido, é novamente de reafirmar a importância - crescente - do Partido Comunista Português na luta pelas causas da ciência, da cultura, da liberdade e da justiça.

(1) Método de especulação teológica que ajuda à penetração racional das «verdades reveladas» nas várias ciências.

(2) Organismo trazido do Vaticano para a Igreja Portuguesa, constituído por «padres-pides», tinha o objectivo de reprimir os que difundiam ideias «heréticas», como o Protestantismo, e de pugnar pelo apuramento da «raça cristã» (repressão de mouros, moçárabes, judeus). Só formalmente desaparecido no século XIX, contribuiu em muito para o atraso científico, social e económico do País. Entre outros, levou à morte prematura de Damião de Góis.



● Eugénio Rosa

# Perguntas

## sobre a política de Saúde do Governo PSD/PP

# e respostas

### conclusão

#### VII - Como é que o Governo PSD/PP pretende privatizar os hospitais existentes (nova Lei de Gestão Hospitalar)?

O Governo PSD/PP, pela mão do seu ministro da Saúde, apresentou uma Proposta de Nova Lei de Gestão Hospitalar (Proposta de Lei 15/IX). De acordo com o art.º 2, n.º 2, «a gestão de instituições e serviços do Serviço Nacional de Saúde» poderá ser feita por entidades públicas ou privadas, ou por grupos de médicos. E de acordo com o art.º 5.º da mesma Proposta de Lei, os hospitais, sejam públicos ou privados, são financiados, em pé de igualdade, «em função da valorização dos actos e serviços efectivamente prestados, tendo com base a tabela de preços e os acordos que se encontrem em vigor no SNS» (alínea d).

É a lógica do mercado, do lucro e da concorrência entre os hospitais que se pretende que domine no futuro, em claro prejuízo da qualidade dos cuidados de saúde prestados.

Por outro lado, são eliminados nos hospitais os órgãos de direcção técnica constituídos por representantes dos diversos grupos profissionais da saúde, pois, de acordo com o art.º 7 da proposta, nos hospitais passa a existir apenas o órgão de administração e fiscalização e órgãos de apoio técnico e de consulta.

O art.º 10, alínea e) cria a figura de director de departamento e de serviço com «autonomia na organização do trabalho e os correspondentes poderes de direcção e disciplinar sobre todo o pessoal que integra o seu departamento ou serviço, independentemente da sua carreira ou categoria profissional», o que altera profundamente a forma como têm funcionado os hospitais até este momento.

A alínea f) do n.º 1 do art.º 10 vem tornar possível a privatização da gestão e exploração «de um centro de responsabilidade, ou de um serviço de acção médica, a grupos de profissionais de saúde ou entidades públicas ou privadas que demonstrem capacidade e competência técnica».

Estão assim criadas as condições para que os serviços rentáveis dos hospitais públicos (ex.: blocos operatórios, serviços de hemodialise, etc.) sejam entregues a entidades privadas, como a sociedade SAGIES do grupo José de Mello, ficando na mão do Estado aquilo que não seja rentável ou não seja considerado de interesse para aqueles grupos privados.

E, para facilitar a privatização da exploração desses serviços, o art.º 11 estabelece no n.º 3 que «os hospitais devem organizar-se e desenvolver a sua acção por centros de responsabilidade e de custos», até para facilitar a identificação dos rentáveis.

O n.º 2 do art.º 14 estabelece também que «a admissão de pessoal pelos hospitais, após a entrada do presente diploma, pode-se reger (...) pelas normas aplicáveis ao contrato individual de trabalho».

Finalmente, e de acordo com o art.º 16, «os hospitais podem associar-se e celebrar acordos com entidades privadas que visem a prestação de cuidados de saúde».

Em resumo, se esta proposta for aprovada pela Assembleia da República (porque já está aprovada pelo Governo) e se entrar em vigor esta Lei de Gestão Hospitalar (tenha-se presente que, contrariamente ao que sempre sucedeu no passado, neste caso os parceiros sociais não foram ouvidos, nomeadamente as associações dos profissionais do sector de saúde), estarão

criadas as condições legais que permitiriam a entrega da gestão e exploração dos serviços rentáveis dos hospitais públicos a grandes interesses privados, ficando o Estado com a gestão e funcionamento daquilo que os privados não quisessem. Para além disso, e de acordo também com esta lei, os hospitais públicos poderiam começar a servir de apoio aos hospitais privados com base em acordos com as entidades privadas.

E tudo isto à custa dos direitos dos trabalhadores da saúde, cujo estatuto seria alterado para se adaptar à lógica privada, e também à custa da qualidade dos serviços prestados e do orçamento do Estado que teria de pagar os serviços prestados pelos privados, assegurando a estes um mercado garantido e em crescimento, mas pondo assim em perigo o direito que os portugueses têm a um serviço de saúde universal e tendencialmente gratuito, pois certamente o Orçamento do Estado não tem condições para pagar os encargos de um serviço público e de um serviço privado de saúde, em concorrência um com outro, e submetidos ambos à lógica privada.

Para terminar, e como refere o SEP na posição pública que tomou, «é seriamente preocupante e inaceitável que se institua regras de organização e gestão exclusivamente para os hospitais, em detrimento de uma gestão integrada dos recursos existentes em áreas geodemográficas delimitadas (hospitais, centros de saúde e outros recursos). É inadmissível a exclusão preocupante com o dispositivo organizacional direccionado para a assistência na doença, sem qualquer referência ao dispositivo promotor de cuidados de saúde, de proximidade».

Portanto, tal como se verificou no estudo feito em relação à segurança social, o actual ministro da Saúde não está interessado em resolver os verdadeiros problemas da saúde, mas sim em criar um mercado de saúde seguro para os privados à custa do erário público, e futuramente dos próprios utentes que acabaram por ter de pagar a saúde se a quiserem ter, já que a actual solução determinará o crescimento rápido dos gastos com saúde incomportável para o Orçamento do Estado.

Em 6 de Setembro de 2002, o ministro da Saúde anunciou que 34 hospitais públicos iriam ser transformados em sociedades anónimas de capitais públicos, a partir do próximo mês (JN). É o primeiro passo visando facilitar a privatização dos serviços mais rentáveis destes hospitais.

#### VIII - Quais são os aspectos essenciais dos anteprojectos de lei e de estatutos para os novos hospitais-empresas?

Com a pressa característica que tem tido em satisfazer os interesses dos grupos económicos que defende, e também com a intenção de «aligeirar o procedimento de consulta pública» como afirma no próprio preâmbulo, o Governo PSD/PP pôs em discussão pública na 2.ª quinzena de Setembro o anteprojecto de lei e estatutos para os hospitais-empresas.

De acordo com a alínea d) do art.º 9 do anteprojecto de lei são concedidos a estas sociedades anónimas, em que se vão transformar imediatamente 34 hospitais em todo o país (a lista encontra-se anexa ao anteprojecto), entre vários poderes, o de «cele-

brar contratos ou acordos que tenham como objecto a gestão de partes funcionalmente autónomas do hospital», o que permitirá a entrega a privados dos serviços mais rentáveis destes hospitais, apesar de o ministro declarar a pé juntos, na nota introdutória justificativa, que não visa «a privatização dos mesmos serviços».

O n.º 1 e o n.º 2 do art.º 14 do mesmo anteprojecto estabelecem que «o pessoal do hospital rege-se pelas normas da lei do contrato individual de trabalho», embora o art.º 15 permita ao «pessoal com relação jurídica de emprego público a exercer funções no antigo hospital (...) é garantido a manutenção integral do seu estatuto jurídico (...) embora também possa optar pelo regime de contrato individual de trabalho». Por outro lado, o n.º 3 do mesmo artigo estabelece que existirá no hospital empresa um quadro de pessoal do qual farão parte todos aqueles que não optarem pelo contrato individual de trabalho, «extinguindo-se os respectivos lugares de base ao topo à medida que vagarem».

Em resumo, o objectivo expresso do actual Governo é que se aplique aos trabalhadores dos novos hospitais-empresa o contrato individual de trabalho, existindo um quadro semelhante ao da função pública para aqueles que, transitando dos hospitais actuais, não optarem pelo contrato individual de trabalho, quadro esse fechado que se extinguirá à medida que esses trabalhadores se reformarem. Portanto, a instabilidade no emprego e nos salários será a norma a vigorar no futuro nestas empresas-hospitais.

O art.º 16 estabelece um regime especial para «os funcionários e agentes das instituições do Serviço Nacional de Saúde inseridos em corpos especiais» que podem ser contratados temporariamente pelos hospitais-empresas.

De acordo com o art.º 4 projecto de estatutos, «as acções pertencem apenas ao Estado e a empresas de capitais exclusivamente públicos». Os órgãos sociais são a assembleia-geral que designa o conselho de administração, o fiscal único, e possui também um conselho consultivo e os órgãos de apoio técnico (art.º 5).

Os hospitais-empresas podem-se endividar até 30% do capital social (art.º 7) e as suas receitas têm fundamentalmente como origem «o pagamento dos serviços prestados nos termos da legislação em vigor e dos acordos e tabelas aprovadas, bem como das taxas moderadoras»; portanto, é a criação do mercado de prestações de saúde com preços fixados pelo Governo, financiado pelo Orçamento do Estado, a que as entidades públicas e privadas poderão concorrer em pé de igualdade.

O art.º 16 estabelece a composição do chamado conselho consultivo – pessoa de reconhecido mérito nomeada pelo ministro de Saúde, um representante das assembleias municipais num total de 4, um membro da ARS, dois representantes dos utentes, um representante dos prestadores de trabalho voluntário, dois representantes cooptados – os sindicatos e os profissionais de saúde são totalmente marginalizados nos hospitais empresas.

Finalmente, o art.º 19 do projecto de Estatutos, embora afirme que «incumbe ao conselho de administração definir a política de pessoal (...) com respeito pelo disposto na lei geral sobre negociação colectiva», diz logo no mesmo artigo que «será dada prioridade a incentivos, pecuniários ou de outra natureza (...) que deles dará

conhecimento tempestivo aos destinatários». Se se tiver presente a força que é dada ao contrato individual já referida anteriormente, é claro o propósito do Governo de marginalizar os sindicatos na definição das condições de trabalho nos novos hospitais-empresas, para assim poder mais facilmente impor uma política de pessoal geradora de grandes desigualdades e que satisfaça os interesses dos grupos económicos interessados na exploração dos hospitais existentes ou, pelo menos, das suas partes mais rentáveis.

#### IX - Como é que o Governo PSD/PP pretende privatizar os novos hospitais (Decreto-Lei 185/2002)?

Em 20 de Agosto de 2002, portanto em pleno período de férias, talvez para passar despercebido, o Governo PSD/PP publicou o Decreto-Lei 185/2002, cuja aplicação representará uma importante ajuda aos grupos económicos interessados em dominar e explorar o sector da saúde em Portugal, já que permitirá pôr nas mãos desses grupos os novos hospitais públicos que o Governo pretende construir, os quais acabarão, no fundo, por serem financiados com fundos públicos.

É a chamada lei de «Parceria Público Privado», em que os lucros vão para os privados e os custos para o Orçamento do Estado e para os utentes desses hospitais. Não resta dúvida que é uma boa parceria mas para os grandes grupos económicos e financeiros.

O Decreto-Lei 185/2002 define o regime jurídico das parcerias em saúde com gestão e financiamento privado (financiamento privado que será pago pelo Estado com juros muito mais elevados se fosse realizado por este último com base num contrato seguro de exploração que poderá atingir os 30 anos e ser renovado).

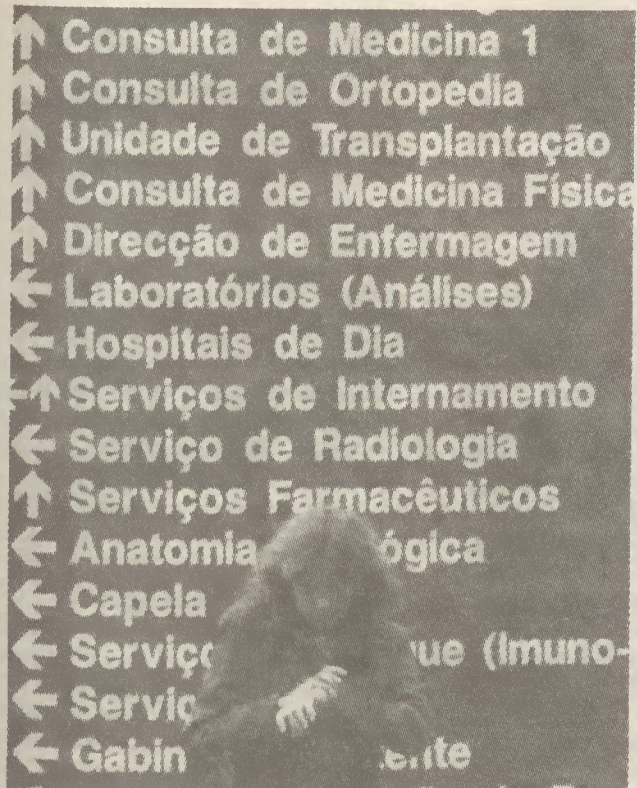
Este decreto estabelece que todas as prestações de saúde podem ser objecto de parcerias com privados.

Assim, de acordo com o n.º 2 do art.º 2 e também do art.º 8 deste decreto é **garantido ao grande capital o direito a concepção, construção, financiamento, conservação e exploração de estabelecimentos ou de partes deles integrados ou a integrar no Serviço Nacional de Saúde**. Portanto, estes estabelecimentos de gestão e exploração privadas passam a constituir um pilar do SNS, embora a sua lógica de funcionamento seja a de mercado, isto é, a do lucro, o que acabará por subverter os princípios actuais de funcionamento do Serviço Nacional de Saúde.

E isso é confirmado no art.º 3 do mesmo decreto, onde constam os «Princípios» a que se devem submeter as parcerias, ao estabelecer que elas devem ser respeitadas nomeadamente os seguintes princípios: (1) «Os objectivos devem ser claramente enunciados, definindo-se pelos seus resultados e não pelos meios necessários à obtenção destes»; (2) «O procedimento de contratação deve, em regra, ter um carácter competitivo».

Os princípios anteriores são extremamente graves em termos de saúde para os portugueses. E isto porque essas unidades de concepção, execução e gestão privada serão avaliadas, e naturalmente pagas pelo Estado, incluindo os lucros dos privados, apenas pelos resultados e não também





pelos meios necessários para obter esses resultados que condicionam a qualidade e segurança para os seus utentes. Os meios passam para segundo plano. Por exemplo, intervenções cirúrgicas. De acordo com os princípios estabelecidos nesta lei interessa a quantidade (número de cirurgias feitas), não havendo qualquer preocupação relativamente aos meios (profissionais de saúde, equipamentos, etc.) necessários para que essas cirurgias se façam com segurança e qualidade para os portugueses a que elas se sujeitaram.

E a gravidade que resulta da aplicação do princípio anterior na saúde é ainda reforçada por outro princípio já referido de que a contratação entre estes estabelecimentos de saúde com gestão privada e o Estado «deve, em regra, ter um carácter competitivo». O que é que isto significa? Que eles devem ser geridos tendo como base os resultados físicos, ou seja, número de actos médicos, de actos de enfermagem, etc., realizados, e não da qualidade desses actos; por outra palavras, os resultados financeiros, ou seja, a lógica do lucro.

A introdução desta lógica no sector de saúde, e nomeadamente no Serviço Nacional de Saúde, cria uma competição desleal já que os hospitais orientados pelo princípio do interesse público, ou seja, de prestar cuidados de saúde de qualidade, terão de utilizar todos os recursos necessários para poder prestar serviços com qualidade, o que determinará custos mais elevados, o que não sucederá nos hospitais com gestão privada.

E o pagamento dos privados pelo Estado agrava esta lógica de mercado à custa do erário público que se pretende introduzir na saúde.

Assim, o art.º 18 deste decreto estabelece a forma de remuneração da entidade gestora privada pelo Estado que poderá ser a seguinte: «(a) Valor *per capita* da população abrangida; (b) Tabela de preços para as prestações de saúde; (c) Um valor global para o conjunto das prestações; (d) Outro a definir pelo Ministério da Saúde».

Desta forma, o Estado garante, à custa do Orçamento do Estado, um mercado seguro e em crescimento às entidades privadas, bem como lucros seguros à entidade gestora privada que, pela dimensão dos estabelecimentos de saúde, terá de ser um grupo económico português ou estrangeiro.

É a destruição dos princípios de interesse público a gerir os estabelecimentos de saúde o que o Governo PSD/PP pretende com a aplicação daqueles princípios ao Serviço Nacional de Saúde.

Este objectivo de destruir o sector público da Saúde torna-se, também, claro no art.º 6 deste mesmo decreto que estabelece que «o pessoal público pode ser contratado por outra entidade mantendo todos os seus direitos, contando o período de comissão de serviço para reforma ou aposentação», e descontando para esta não com base nas remunerações que passassem a auferir mas com base nas que recebiam quando estavam nos hospitais públicos.

Desta forma, os hospitais de gestão privada terão a possibilidade de ir buscar ao sector público os melhores profissionais de saúde e todos os que necessitarem a troca

de melhores regalias ou remunerações, criando desta forma graves problemas ao sector público de saúde, ficando a CGA de financiar as suas reformas, e com pessoas que os privados não quiserem ou não tiverem interesse. Esta situação faz recordar a rapina de profissionais de saúde (ex. enfermeiros) que os países desenvolvidos (ex. E. U.A.) têm

feito relativamente aos países subdesenvolvidos com grandes carências no sector de saúde (ex. África do Sul).

O art.º 7 do decreto-lei permite a venda de património do Estado para tornar possível o funcionamento dos estabelecimentos de gestão privada.

Para finalizar, interessa dizer que Durão Barroso já anunciou publicamente que irão ser construídos 10 hospitais com base na parceria público/privado, entre os quais os de Loures e Vila Franca de Xira.

## X - Por que razão a política do Governo PSD/PP levará à destruição do SNS?

A análise feita até aqui permite já concluir que a política de saúde do Governo PSD/PP, que serve os interesses dos grandes grupos económicos, nomeadamente os do grupo José de Mello para quem trabalhou o actual ministro da Saúde antes de entrar para o Governo, levará em grande parte à destruição, se for implementada, do Serviço Nacional de Saúde e, consequentemente, do direito universal e tendencialmente gratuito à saúde como a Constituição da República garante a todos os portugueses. É isso fundamentalmente pelas seguintes razões:

a) Porque as alterações que o Governo pretende introduzir na Lei de Bases da Saúde determinará, por um lado, a perda de direitos para os profissionais de saúde e a criação de múltiplas desigualdades contratuais e, por outro lado, que o financiamento poderá passar a ser feito com base em preços de referências para as prestações de cuidados de saúde atendendo apenas aos resultados em quantidade e não dando atenção à qualidade dessas prestações, a qual depende dos meios utilizados.

b) Porque o estabelecimento de preços para os actos de saúde, pagos pelo Orçamento do Estado, a que podem concorrer em pé de igualdade entidades públicas e privadas, garante ao sector privado de saúde o mercado financiado que ele precisa para se poder desenvolver, determinando, pelas razões que constam dos pontos seguintes, uma concorrência desleal entre o sector privado e público da saúde.

c) Porque a proposta de nova Lei de Gestão Hospitalar permitiria entregar a privados os serviços mais rentáveis dos hospitais públicos existentes, ficando o Estado com aquilo que não tiver interesse para os privados.

d) Porque o Decreto-Lei 185/2002 já aprovado e publicado sobre o regime jurídico das parcerias na saúde permite entregar a grupos económicos privados a concepção, financiamento, construção e gestão dos novos estabelecimentos de saúde.

e) Porque o mesmo decreto garante que tais estabelecimentos com gestão privada serão integrados no SNS, que ficariam assim com um mercado garantido e pago pelo Estado, o qual asseguraria, desta forma, lucros seguros às entidades privadas responsáveis pela sua gestão com base numa avaliação dos resultados, que não tem em conta os meios utilizados, ou seja,

com base na quantidade e não na qualidade, o que cria as condições para uma gestão capitalista da saúde.

f) Porque o mesmo decreto permite que esses estabelecimentos possam recrutar o seu pessoal de saúde nos hospitais públicos e outras unidades de saúde, esvaziando estes dos seus recursos mais preciosos e qualificados.

g) Porque tudo isto determinaria uma concorrência desleal entre o sector público e privado, que o actual Governo diz querer fomentar, que levará inevitavelmente ao enfraquecimento do sector público da saúde, e ao desenvolvimento rápido do sector privado da saúde, controlado pelos grandes grupos económicos, à custa do sector e de fundos públicos e dos próprios utentes.

h) Porque esta situação, visando a destruição do sector público, se acentuará rapidamente tendo em conta que o Governo não revela qualquer interesse em resolver as deficiências de funcionamento que enfrenta o Serviço Nacional de Saúde, tendo até interesse em mantê-las e agravá-las com o objectivo de o enfraquecer facilitando assim o desenvolvimento do sector privado da saúde. Serve de exemplo o recente anúncio do Governo de que vai recorrer a privados para resolver o problema da existência de 70 000 doentes em lista de espera, nada fazendo para aproveitar a capacidade dos blocos operatórios existentes nos hospitais públicos, em que a maioria está subutilizada (trabalham em média apenas 4 horas do dia), criando assim mais uma importante despesa a ser suportada pelo orçamento da saúde, já que tal acarretará um dispêndio de 50 milhões de contos.

## XI - Quais são as principais medidas para melhorar o funcionamento e defender o SNS?

Com a política que tem seguido, com as medidas de manipulação da opinião que tem levado a cabo, o Governo PSD/PP tem procurado criar na opinião pública a ideia de que não é possível enfrentar e resolver os problemas que enfrenta actualmente o Serviço Nacional de Saúde com o objectivo de fornecer melhores serviços de saúde aos portugueses, e que a única solução é entregar a sua gestão, pelo menos das partes mais rentáveis, aos grandes grupos económicos, apoiando a concorrência desleal do sector privado da saúde contra o sector público à custa do Orçamento do Estado e dos próprios utentes.

Tudo isto é uma grande mentira que necessita urgentemente de ser desmontada, havendo, para isso, necessidade de explicar que existem medidas que, se fossem efectivamente implementadas no SNS, contribuiriam para melhorar grandemente o seu funcionamento, aumentando a eficiência e eficácia da sua gestão, permitindo o aproveitamento de recursos que estão subutilizados, e melhorando significativamente o atendimento e os cuidados de saúde prestados à população.

Sem ter a intenção de apresentar um programa acabado para resolver todos os problemas, apresenta-se seguidamente um conjunto de medidas que, implementadas, determinariam uma melhoria substancial no melhoramento do SNS, e que provam, contrariamente ao que o Governo pretende fazer crer, que é possível resolver os problemas existentes com gestão pública.

## 1 - Acabar com a promiscuidade no SNS através de uma clara separação entre público e privado

Como ficou claro do diagnóstico feito anteriormente, um dos grandes problemas do SNS, até pelo seu efeito negativo sobre os utentes, é a promiscuidade existente entre o público e o privado. O médico Manuel Antu-

nes, no seu livro «A Doença da Saúde», afirma por diversas vezes «que a promiscuidade entre os sectores privado e público é, claramente, a principal causa da falta de produtividade nos serviços hospitalares».

São profissionais de saúde que trabalham simultaneamente no público e no privado, muitas vezes com horários no público que sistematicamente não cumprem, em concorrência desleal pois têm interesse directo em desviar doentes para o privado para assim aumentarem os seus rendimentos. Existe um claro conflito de interesses a que é preciso pôr cobro, pois quem sofre são o doente, o erário público e os próprios profissionais de saúde, cuja imagem se degrada aos olhos da população.

Esta situação de promiscuidade leva a uma subutilização e mesmo a uma má utilização crónica dos recursos ao dispor do Serviço Nacional de Saúde. São exemplos comprovativos a existência de longas listas de espera simultaneamente com a existência de blocos operatórios extremamente caros que são utilizados apenas 4 horas por dia, de médicos que fazem operações cirúrgicas apenas de três em três dias. É um desperdício de recursos, que atinge o escândalo, que se verifica anos a fio, mas que ninguém parece estar interessado em pôr cobro e resolver.

Portanto, é fundamental e urgente acabar com a promiscuidade existente, separando com clareza o público do privado, isto é, o profissional de saúde que trabalhe no público não pode trabalhar no privado, e vice-versa. É muito menos na mesma especialidade. É evidente que os bons profissionais devem ter direito a receber uma remuneração justa pela exclusividade, que teriam efectivamente de cumprir, sendo fortemente penalizado pelo incumprimento (ex.: expulsão da função pública) e pela quantidade e qualidade dos actos de saúde prestados à população. E isto devia começar imediatamente pelos directores de serviço e de departamento, pois são eles que deviam dar o exemplo, pelo lugar que ocupam, a todos os profissionais de saúde. É inaceitável que a maioria dos chefes e directores de serviço dos hospitais públicos se desdobrem entre o privado e o público, possuindo clínicas privadas ou trabalhando para empresas privadas de saúde, em clara concorrência com o serviço público de saúde onde trabalham.

É uma medida essencial para a moralização do SNS e para o aumento da credibilidade do SNS e dos seus profissionais aos olhos da população. Ela é também uma medida indispensável para o aumento da eficácia e da eficiência do SNS e também da produtividade de que se tanto fala.

A nosso ver, a eliminação da promiscuidade entre público e privado é uma linha de separação entre aqueles que servem o SNS e aqueles que se servem do SNS, por isso a colocamos logo no início. A sua resolução ou não por parte do Governo também provará se ele está verdadeiramente interessado em fornecer melhores cuidados de saúde à população ou se está mais interessado em apoiar o crescimento do sector privado da saúde à custa do erário público e dos interesses dos portugueses, mantendo e mesmo fomentando essa promiscuidade.

## 2 - Introduzir no SNS uma gestão baseada nos princípios de eficácia, eficiência e responsabilização

É possível introduzir no Serviço Nacional de Saúde uma gestão baseada nos princípios de eficácia (fazer bem e com rapidez gerando a satisfação dos doentes) e de eficiência (fazer bem como a menor utilização de recursos, ou fazendo mais com os mesmos recursos).

E para conseguir isso haveria que utilizar os chamados centros de responsabilidade ou de custos, não para privatizar os serviços mais rentáveis dos hospitais, mas sim para aumentar a sua eficácia e eficiência.



# Perguntas

## sobre a política de Saúde do Governo PSD/PP

# e respostas

Portanto, os hospitais deviam ser divididos em centros de responsabilidades e de custos, a que se atribuiriam, no quadro de um contrato-programa para todo o hospital, objectivos e recursos. Assim, seriam fixados para cada bloco operatório um número mínimo de cirurgias/mês ou ano; para o serviço de hemodiálise um número de tratamentos a realizar por mês e por ano; etc. Aos profissionais desses centros de responsabilidade, e em particular ao seu director, deviam ser exigidos o regime de exclusividade, e todos eles deviam ser responsabilizados pelo cumprimento dos objectivos fixados, recebendo um incentivo material por isso, e sendo esse incentivo tanto maior quanto maior fosse ultrapassado os objectivos fixados.

É evidente que esta forma de funcionamento obrigaria também à elaboração dos orçamentos atribuídos a cada hospital de uma forma diferente. Contrariamente ao que sucede actualmente, em que os hospitais não têm interesse em aumentar a sua actividade, pois teriam custos que não foram considerados na elaboração do seu orçamento (70% do orçamento de cada hospital tem em conta o que recebeu anteriormente, tendo aquela importância certa faça muito ou pouco), a produção, utilizando os chamados Grupos de Diagnóstico Homogéneos ou outro indicador mais ajustado à realidade actual, devia ser considerado na elaboração dos orçamentos hospitalares.

É evidente que a introdução de uma gestão baseada nos princípios da eficácia, da eficiência e da responsabilização, com uma clara separação entre o público e o privado, que actualmente não existe nos hospitais públicos, mas que é possível de introduzir, como provam as experiências de outros países, obrigaria também uma gestão diferentes de outros recursos, nomeadamente dos profissionais de saúde, em que se verificam excesso em certas especialidades ou regiões e simultaneamente carências em outras especialidades ou regiões, mas que nada é feito para as resolver.

### 3 - Uma nova política de medicamentos baseada nos genéricos e em farmácias de preços mais acessíveis

Em 1999, as vendas de medicamentos em Portugal atingiram os 485 milhões de contos, estão a crescer em média cerca de 40 milhões de contos por ano, o que determina que, em 2002, deverá rondar os 550 milhões.

Em 1996, o SNS gastou com medicamentos 139,6 milhões enquanto em 2002 se prevê que gaste cerca de 226 milhões de contos.

Não resta dúvida de que são custos extremamente pesados quer para a população quer para o Serviço Nacional de Saúde.

Em 1999, e de acordo com o INFARMED, cada embalagem receitada nas unidades do SNS custou em média 2.590\$00, sendo 68% suportado pelo SNS. Portanto, um custo elevado devido ao facto de a quase totalidade dos medicamentos consumidos em Portugal serem de marca, pois se fossem genéricos o preço seria consideravelmente inferior.

Efectivamente, de acordo com o número da revista VISÃO de 28 de Agosto de 2002, «já hoje, os genéricos custam menos 35% do que correspondente medicamento de marca», embora o efeito, por possuir o mesmo princípio activo do medicamento de marca, seja semelhante. Em países mais desenvolvidos da UE, a percentagem que os genéricos representam no consumo total de medicamentos é consideravelmente mais alta do que em Portugal. Por exemplo, em 2002, na Dinamarca, rondava 40% do valor total dos medicamentos consumidos no país, na Alemanha 42%, na Inglaterra 22%, enquanto em Portugal representava apenas 1,34%. Os interesses das indústrias farmacêuticas associados aos interesses

corporativos de muitos médicos têm impedido que seja posta em prática uma política de medicamentos semelhante àquela que se verifica já em muitos países da UE, em que até a população tem maior poder de compra e o nível sanitário é superior ao português (por ex., a esperança de vida é bastante superior).

Mesmo agora, e apesar das grandes declarações iniciais do Governo de que ia pôr em prática uma política de uma maior utilização genéricos, o Governo prepara-se para ceder de novo aos interesses da indústria farmacêutica estrangeira e aos interesses corporativos dos médicos. No lugar de impor por lei que os médicos do SNS sejam obrigados a receitar genéricos quando existam, o Governo pretende transferir essa responsabilidade para o utente, passando a ser este responsável por convencer o médico a receitar o genérico e, quando não o conseguir, será obrigado a pagar o medicamento de marca de preço mais elevado e com participação menor. Para isso, pretende para os medicamentos em que existem já genéricos, fixar uma participação fixa que é calculada aplicando uma percentagem ao genérico de preço mais elevado e, se o doente não conseguir convencer o médico a receitar o genérico, será o doente que terá de pagar a diferença entre o preço do genérico e o preço do medicamento igual de marca. Desta forma fala numa poupança logo no primeiro ano de cerca de 60 milhões de € (12 milhões de contos) que terão de ser suportados pelos doentes no caso de estes não conseguirem convencer os médicos a receitarem genéricos.

Por outro lado, a margem de distribuição no preço do medicamento atinge 31,5%, o que também encarece muito o preço do medicamento. No sector de venda de medicamentos não há concorrência pois, à semelhança do que existia no fascismo com o condicionamento industrial, para abrir uma farmácia é necessário obter uma licença, mesmo que se tenha a licenciatura em farmácia.

Uma nova política de medicamentos, que determinaria menores custos para a população e para o SNS, teria de assentar pelo menos nos seguintes princípios: (1) Obrigatoriedade imposta por lei aos médicos do SNS de receitar medicamentos genéricos quando existissem com o mesmo princípio activo do medicamento de marca, a não ser que razões sérias dos doentes desaconselhassem a sua aplicação, razões estas que deviam ser controladas por um serviço médico de supervisão; (2) Apertado controlo de qualidade dos medicamentos genéricos para garantir a sua eficácia; (3) Abertura de farmácias sociais nos centros de saúde e nos hospitais que vendessem medicamentos a preços mais baixos, com base em preços de aquisição e margens mais baixas (os preços de aquisição de medicamentos pelos hospitais é consideravelmente inferior ao da distribuição).

### 4 - Desenvolver uma medicina preventiva, de proximidade, que promova a saúde

A maior parte dos recursos do SNS estão concentrados nos hospitais. Em 1999, dos 28 530 médicos que trabalhavam no SNS apenas 7187 (25%) estavam em centros de saúde, 75% trabalhavam em hospitais. Existem três hospitais - os hospitais universitários do Porto, de Coimbra e de Lisboa - que têm cada um deles mais de 1000 médicos

No mesmo ano, dos 38 936 profissionais de enfermagem que trabalhavam no SNS, apenas 7289 (19%) estavam nos centros de saúde, 81% trabalhavam nos hospitais.

Outros dados já apresentados mostraram que as consultas de especialidades - esto-

matologia, ginecologia, oftalmologia, otorrinolaringologia, pneumologia, saúde mental, etc. - diminuíram significativamente nos Centros de Saúde durante os últimos anos por falta de pessoal médico.

Dos 390 centros de saúde existentes apenas 114 têm electrocardiógrafos, 42 fisioterapia, 96 radiologia e 39 têm laboratórios de patologia clínica (Sistema de Saúde, Fórum Sindical Internacional, Sindicato dos Enfermeiros Portugueses). Portanto, a ausência de equipamentos mínimos na esmagadora maioria dos centros de saúde é evidente.

Por outro lado, de acordo com um estudo mandado fazer pelo professor Jorge Vasconcellos e Sá, a pedido da APIFARMA, «Portugal é o país da União Europeia que menos gasta por pessoa em saúde - cerca de 520 € - quando são apenas os tratamentos não farmacêuticos, estando 62,7% abaixo da média da União Europeia».

Tudo isto é consequência de uma política de saúde mais virada para a cura da doença já declarada, portanto curativa, do que uma política de saúde preventiva, de proximidade, inserida nas comunidades, de cuidados de saúde primários, que vise a promoção da saúde, a qualidade de vida e o combate à difusão da doença.

É urgente repensar e mudar toda esta política, orientando-a mais para a promoção da saúde, e nomeadamente da saúde no trabalho, para a prevenção e combate à doença, dotando os centros de saúde e extensões com os recursos humanos (médicos, pessoal de enfermagem, etc.) e com os equipamentos (electrocardiógrafos, fisioterapia, radiologia, laboratório de patologia clínica, etc.) necessários, tendo em conta também o surgimento de novas doenças (SIDA, toxicod dependência, etc.), o aumento da população idosa e a necessidade cada vez maior que esta tem de cuidados de saúde.

### 5 - Combater as assimetrias e desigualdades regionais no campo da saúde

Como já se mostrou, a maior parte dos recursos, quer humanos quer de equipamentos da saúde, encontra-se nas regiões de Lisboa e do Porto. Mesmo nestes centros e também fora deles, a maior parte dos recursos está, como se mostrou, nos hospitais que se encontram nas maiores cidades de cada região, enfrentando os centros de saúde que se encontram mais disseminados por todo o país carências em todos os domínios (de pessoal de saúde, dos equipamentos mínimos indispensáveis, e muitas vezes de instalações mínimas).

É necessário e urgente combater também no campo de saúde a política macrocéfala de concentrar grande parte dos recursos em hospitais e nas grandes cidades dotando os Centros de Saúde e suas extensões dos recursos mínimos que lhe permitam o acesso real aos cuidados de saúde garantidos pela Constituição da República.

### 6 - Uma gestão eficaz da cobrança das dívidas ao SNS

O SNS enfrenta a nível de dívidas uma estranha situação que dá bem uma ideia do tipo de gestão que tem - por um lado, tem elevadas dívidas a terceiros; por outro lado, existem elevadas dívidas de terceiros ao SNS que não são cobradas e que têm aumentado nos últimos anos de uma forma significativa.

De acordo com dados publicados pelo INE em 2001 - Estatísticas da Protecção Social -, em 1999 as dívidas do SNS a terceiros somavam 295,8 milhões de contos, sendo 178,4 milhões referentes a meios complementares de diagnóstico e terapêuticos, etc., o que dá bem uma ideia da

dependência do SNS em relação a grupos privados com interesses na saúde e das consequências do subaproveitamento dos recursos existentes no SNS; enquanto isto sucedia, as dívidas de terceiros ao SNS atingiam, no mesmo ano, 97,4 milhões de contos, tendo aumentado, entre 1998 e 1999, 44,5%, pois passaram de 67,4 milhões de contos para 97,4 milhões de contos.

E entre as dívidas ao SNS estão as das companhias de seguros que atingiram, em 1999, 14,2 milhões de contos que não eram cobrados, tendo mesmo aumentado, entre 1998 e 1999, em 2,5 milhões de contos. Pode-se mesmo afirmar que o SNS acaba por estar a financiar as seguradoras pois não cobra as dívidas a estas.

É evidente que é urgente modificar a gestão que impera no SNS, tornando-a mais eficaz e responsável.

### 7- Definir um adequado sistema de financiamento e de responsabilização na aplicação dos dinheiros públicos

Propositadamente deixou-se para o fim a questão do chamado «subfinanciamento crónico do SNS». E isto porque só se pode ter uma ideia clara das necessidades reais de financiamento após se ter implementado no SNS uma gestão orientada pelos princípios da eficácia, da eficiência e da responsabilidade, que aproveite de uma forma plena os recursos que já possuiu ou que são todos os anos postos ao dispor do SNS.

Colocar logo à cabeça a exigência de maior financiamento sem colocar antes a exigência de melhor e mais pleno aproveitamento dos recursos do SNS e de uma melhor gestão, poderá ser interpretado como a defesa de uma gestão em que a promiscuidade público-privado continue; em que a subutilização dos recursos existentes permaneça; em que os centros de saúde como extensões nas comunidades do SNS continuem a enfrentar graves faltas de recursos humanos e materiais, enquanto estes se acumulam fundamentalmente nos hospitais e nas cidades sem que exista uma gestão orientada por critérios de eficácia, eficiência e responsabilidade; em que as dívidas por cobrar continuem a aumentar, incluindo as das companhias de seguros, enquanto as dívidas do SNS a terceiros não pagas atingem valores extremamente elevados devido também à subutilização dos recursos existentes no SNS; etc. Ou seja, uma política de mais para o mesmo, sem resolver verdadeiramente os problemas existentes e agravando-os ainda mais.

É verdade que os meios financeiros aprovados no Orçamento do Estado inicial para o SNS se têm revelado insuficientes, e que tem havido a necessidade de reforçar ao longo do ano os valores inicialmente aprovados.

Em 1995, o valor inicial teve de ser reforçado com 49,6 milhões de contos; em 1996 com 56,3 milhões de contos; em 1997 com 55,1 milhões de contos; em 1998 com 14,1 milhões de contos; em 1999, com mais 84,3 milhões de contos; etc. Portanto, a necessidade de reforçar a dotação inicial tem sido constante, o que indicia que os meios financeiros aprovados no início de cada ano para o SNS se têm revelado sistematicamente insuficientes.

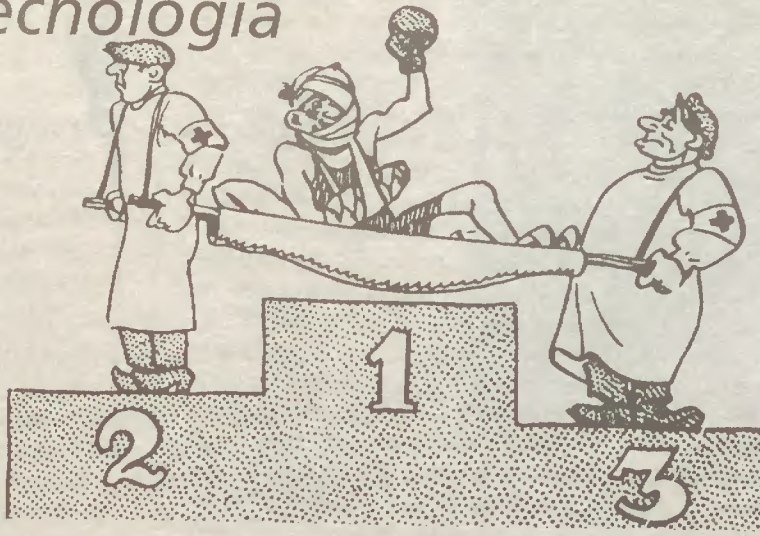
Aquele facto parece revelar um subfinanciamento crónico que terá de ser estudado profundamente e resolvido mas num quadro de um conjunto de medidas de gestão indispensáveis visando melhorar o funcionamento do Serviço Nacional de Saúde, possibilitando uma melhor e maior utilização dos recursos disponíveis, e a defesa de uma das conquistas do 25 de Abril - o Serviço Nacional de Saúde - que deverá ser defendida e consolidada.



## Ciência & Tecnologia

• Francisco Silva

**P**ode ser que ainda não seja desta vez que a visão de que o rei vai nu, de facto, completamente nu, ganhe uma posição hegemónica no seio do nosso país. Desta vez, quero eu dizer, nesta segunda metade de 2002, quando a proposta de nova legislação para o Trabalho foi na posta sobre a mesa. Uma proposta aureolada como instrumento mágico de aumento da produtividade e, por



## Os piores entre os piores

isso, contributo indispensável para o aumento da famosa competitividade. Instrumento indispensável e, provavelmente, para as grandes cabeças que nos dirigem (incluindo os empresários - os jovens e os outros, claro), praticamente o único necessário.

Porque, tenho escrito e volto a insistir, parecem «eles» pensar que, desde que os trabalhadores façam, de forma disciplinada (e com espírito de humildade, dá-me vontade de acrescentar) como eles dizem, e sempre, e desde que, os mesmos trabalhadores (os que por cá reproduzem a sua força de trabalho), se amoldem «patrioticamente» à taxa de exploração que «eles» decretarem, tudo correrá pelo melhor. É que não há espaço para os trabalhadores poderem aspirar a mais, nem que fosse ao que os nossos vizinhos já alcançaram. E disso querem «eles» manter a maioria convencida. E isso querem «eles» que seja o nosso hegemónico convencimento.

E no entanto, por outro lado, o nosso Governo tem de apoiar ainda, com certeza (pelo menos a tal não renunciou publicamente), como já apoiou noutros tempos e promoveu em 2000 - sob outra batuta, bem sei -, por altura da última Presidência portuguesa da União Europeia, o objectivo de esta nossa Região - a chamada Europa - vir a ser, no prazo de uma década, a mais avançada Economia do Mundo, por isso baseada no Conhecimento. Só deste modo poderá ganhar a batalha da competitividade, nomeadamente aos EUA e ao Japão. E, para isso acontecer - vá, leiam-me os documentos! -, a Inovação deverá ser a variável estratégica a controlar.

A Inovação, a tal coisa de que a nossa Economia poderia parecer não estar ausente. Ou, pelo menos, não constituir mais do que uma preocupação para ir sendo acompanhada, visto não existirem obras acabadas e sem necessitarem de ajudas em permanência, blá, blá. Mas, por exemplo, qual a influência do ministro da Economia nisto tudo? Pois, o que aparece a sério na grande ribalta é a tal necessidade absoluta de disciplinarização da força de trabalho! E, o facto, é sermos, no nosso país, os piores dos piores também em termos de Inovação. Oh! Mas isto parece ser uma contradição, e das grandes! - dirão os atentos e puros de espírito.

Senão vejamos, por exemplo, o relatório sobre o estado da Inovação na Europa no ano 2001. Aí são tidas em conta como indicadores de base questões como o número de formandos universitários em Ciências (duras, pois então) e Engenharia, a sua percentagem em empregos em áreas de produção (bens, serviços) de alta tecnologia, I&D empresarial, I&D pública - assim mesmo, separados os dois tipos de actividades, pois desempenham mesmo papéis diferentes -, acesso à Internet, investimento em tecnologias da informação e comunicação, valor acrescentado pela produção nas áreas de alta tecnologia.

E o quê? Pois amigos, somos verdadeiros zeros à esquerda! E não me venham alguns dizer que sou um apregoador do miserabilismo. Senão, vejam a nudez de uma vez por todas. Porque sim, quando a comparação é feita no conjunto da área da União Europeia - estou a referir-me ao índice composto dos indicadores acabados de citar - somos mesmo os piores. Os piores, ou seja, é-o, o nosso país, quer em termos absolutos quer em termos de tendências de evolução verificadas. Na verdade, a Grécia, que «dispõe» de um índice de Inovação muito baixo, semelhante ao nosso, em tendência evolutiva é mesmo o melhor país da área da União Europeia.

Será que sabem disto? Ou será que nem sequer lhes passou pelos seus olhos, permitindo-lhes assim um progresso no conhecimento da realidade? O anterior governo, habilidoso, liderado por Guterres, teria mesmo notado que a situação até nem seria tão má como isso. De facto, num dos indicadores, o investimento em tecnologias da informação e comunicação (em função de um PIB baixo, claro!), até somos um dos medalhados (nada mau, acertámos no bronze!). E para comprar o que outros imaginaram e fizeram, até estamos por ali! Com franqueza, somos mesmos os piores. Crua realidade!

Senhores, mas porque não revelam a verdade a todos? Talvez, deste modo, os trabalhadores e o povo, sabendo-o, estimulassem os empresários e os dirigentes políticos a progredirem. Até, também, para seu próprio bem.

## Poemas da Festa

### Os pássaros que morrem na Galileia

- Voltaremos a ver-nos em breve.

Dentro de um ano

Ou dois

Ou numa geração.

Depois ela meteu, à toa, na máquina fotográfica,

Vinte jardins,

Os pássaros da Galileia,

E foi-se, para além dos mares, à procura

De um sentido novo para a verdade.

- A minha pátria é uma corda da roupa

Para os lenços manchados do sangue

Continuamente derramado.

E eu estendi-me na praia,

Areia e... palmeiras.

Não, ela não sabe de nada.

- Rita! A morte e eu revelámos-te

O segredo da alegria que esmorece

à passagem das fronteiras.

A morte e eu renovámo-nos

Na tua frente

E à tua janela.

A morte e eu, duas caras.

Por que foges agora da minha?

Porquê?

Por que foges do que faz o trigo,

Os cílios da terra,

Do vulcão, um outro rosto do jasmim?

Por que foges tu?

Sozinho, o seu silêncio fatigava-me de noite,

Quando se estendia diante da minha porta

Como na rua... no bairro antigo.

Que seja feita a tua vontade, Rita!

Que o silêncio seja machado,

Bordado de estrelas

Ou clima propício ao nascimento da árvore.

Saboreio o beijo

No fio das navalhas.

Vem, juntemo-nos aos massacres!

Como folhas inúteis,

Os bandos de pássaros

Caíram nos poços do tempo.

E eu, eu retiro as asas azuis.

Rita,

Eu sou a pedra tumular da sepultura que cresce.

Rita,

Eu sou aquele em cuja carne

As searas sulcam

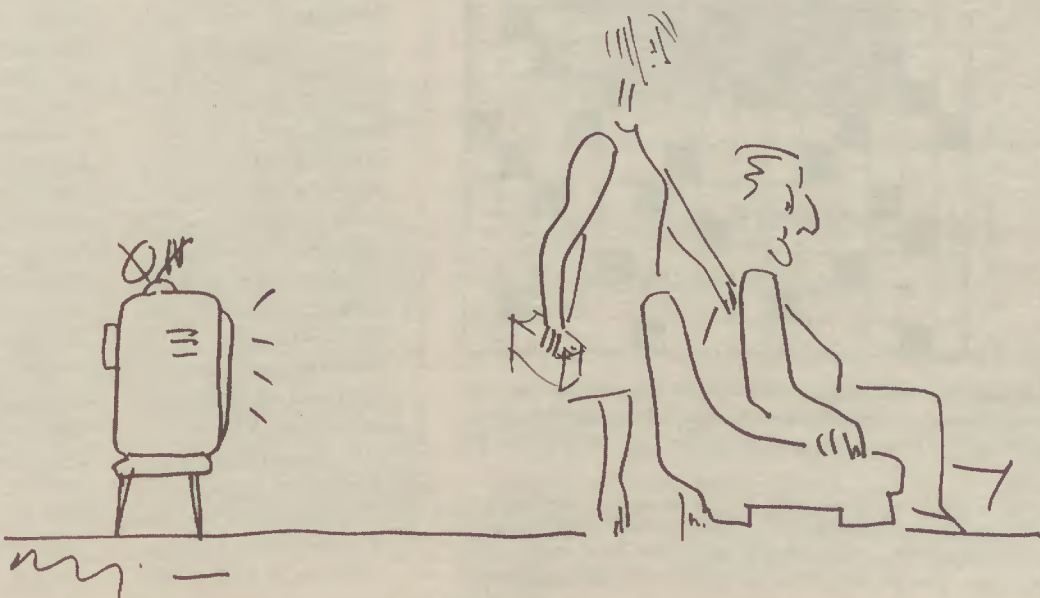
O rosto de uma pátria...

Mahmoud Darwich

## Cartoon

• Monginho

O GASTRIM AQUI... CONTINUA !!!





# Religiões

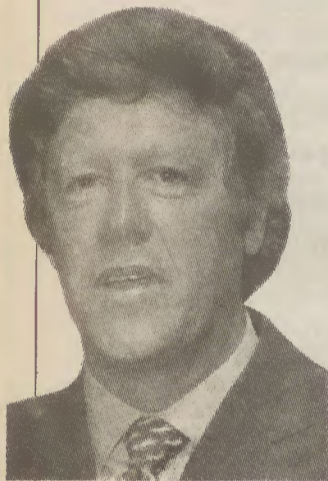
• Jorge Messias

Um pouco de conversa, antes do tema principal. O CDS de Paulo Portas tem, portas adentro do PS, um escritório privado conhecido como *Movimento Humanismo e Democracia*. Tão grande é o poder atribuído a este apêndice aberrante que a direcção do PS lhe reconheceu direito de veto nas situações de possível acordo socialista com outras forças de incidência parlamentar (*Expresso*, 30.07.01, assinado LM)! Aliás, esta cláusula tem vindo a ser respeitada desde 1995. Constituem, agora, a direcção da fracção democrata-cristã do grupo socialista nomes bem conhecidos entre a direita dura «que liga o *Opus Dei* à esfera política e financeira: Rui Pena, ex-militante CDS que António Guterres promoveria a ministro da Defesa, cargo em que lhe sucederia Paulo Portas, por entendimentos entre o CDS e o PSD; Maria do Rosário Carneiro, enérgica dirigente católica ligada à ala funda-

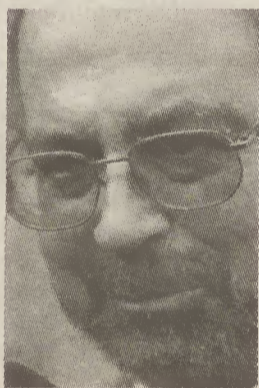
tífica do Rio de Janeiro (*Visão*, 9.5.2002). Maria do Rosário Carneiro, segunda figura do grupo *Humanismo e Democracia*, é mulher de Roberto Carneiro, o ex-ministro da Educação e presidente da TVI que, como vimos numa outra série publicada nestas colunas, foi o grande negociador dos obscuros aumentos de capital do canal católico e o homem que conseguiu os milhões necessários à «compra» da estação da igreja. Luís Barbosa, economista, gestor e consultor de empresas, ex-deputado e antigo ministro em diversos governos do Bloco Central, completa esta tríade absurda de «socialistas» do acaso. O nosso apontamento omite, evidentemente, muitos factos que seria inviável relatar aqui. Mas não é possível resistir-se a contar uma *história de sucesso*, exemplo flagrante da natureza do poder que nos governa e dos seus becos escuros. São pedacinhos do habitual conto de fadas que envolve as rábulas do capital. E que habitualmente pontuam os *caminhos* prescritos pelo padre Escrivá. João Manuel de Quevedo Pereira Coutinho está com 46 anos de idade e é um homem fabulosamente rico. Tanto dinheiro tem que comprou no Brasil, em Angra dos Reis, uma ilha só para si - a Ilha do Capitulo. Possui, além disso, a segunda maior rede de *rent-a-car* brasileira, a *Unidas*. Na

## À margem das «Bases para um novo conceito de Defesa» (1)

mentalista da Igreja, ao Movimento Pró-Vida e ao Patriarcado; e Luís Barbosa, ex-ministro dos governos da AD, presidente do Instituto Humanismo e Democracia, amigo de longa data dos patrões da CUF e da LISNAVE. No universo dos grandes negócios, conhecem-se algumas das uniões de interesses que ligam Rui Pena ao grupo de defesa americano *Lockeed Martin* que fabrica e vende os F16,



João Pereira Coutinho Rui Pena



Luís Barbosa



Maria do Rosário Carneiro

Argentina, é proprietário de uma fazenda de 150 hectares. Nos EUA financia projectos imobiliários em Miami e Los Angeles. É dono de uma companhia de aviação, a *Vinair*, e desloca-se em aparelhos ultra-rápidos da sua flotilha pessoal: helicópteros e um *Falcão 900B*. Dispõe de um luxuoso iate. Conduz um *Lamborghini* que é o carro mais rápido do mundo. Esta esmagadora fortuna foi reunida, segundo a legenda oficial, em apenas cerca de 20 anos. Após o 25 de Abril, a família de *JPC* exilou-se no Brasil onde, a partir da formatura do jovem na *Pontífice*, tudo correu favoravelmente ao dinâmico gestor. Regressou a Portugal em 1981 e logo obteve lucros fabulosos na bolsa de mercadorias e na importação de carros de luxo. Presentemente, o seu grupo de empresas *auto* factura 844 milhões de euros/ano e vende 48 mil carros, dos *VW* aos *Lamborghini*. Rui Pena é o seu braço direito. Como amigos conta com os Champalimaud e com os Espírito Santo. Tem uma vida verdadeiramente *abençoada*.

os F22 e o avião militar C130. Uma outra *holding* da multinacional, a *Lockeed Martin Global Telecommunications*, é perita na certificação das tecnologias de telecomunicações. Ambos estes ramais da *LM* se entrelaçam no universo dos negócios de Rui Pena. O democrata-cristão-socialista «independente» dirige o consórcio PTDP - Plataforma de Televisão Digital Portuguesa, ao qual foi adjudicada, em concurso recente, a instalação e exploração da rede digital portuguesa. RP é, por outro lado, vice-presidente da *SIVA - Sociedade de Importação de Veículos Automóveis*, um elo da cadeia de ligação à *Lockeed*. O grupo *SIVA* inclui-se, com meia dúzia de outras empresas especializadas, na *SAG - Soluções Automóvel Globais, SGPS*, um império financeiro presidido pela figura enigmática de João Pereira Coutinho, licenciado em Gestão de Empresas pela Universidade Pon-

uma companhia de aviação, a *Vinair*, e desloca-se em aparelhos ultra-rápidos da sua flotilha pessoal: helicópteros e um *Falcão 900B*. Dispõe de um luxuoso iate. Conduz um *Lamborghini* que é o carro mais rápido do mundo. Esta esmagadora fortuna foi reunida, segundo a legenda oficial, em apenas cerca de 20 anos. Após o 25 de Abril, a família de *JPC* exilou-se no Brasil onde, a partir da formatura do jovem na *Pontífice*, tudo correu favoravelmente ao dinâmico gestor. Regressou a Portugal em 1981 e logo obteve lucros fabulosos na bolsa de mercadorias e na importação de carros de luxo. Presentemente, o seu grupo de empresas *auto* factura 844 milhões de euros/ano e vende 48 mil carros, dos *VW* aos *Lamborghini*. Rui Pena é o seu braço direito. Como amigos conta com os Champalimaud e com os Espírito Santo. Tem uma vida verdadeiramente *abençoada*.

# Pontos Cardeais

## Congelamentos

Ao que parece, as Finanças estão a pensar congelar as progressões e mudanças de escalão na Função Pública em 2003. A intenção foi avançada na primeira reunião negocial com o sector, onde a ministra apresentou uma proposta inédita aos sindicatos: convidava-os a co-responsabilizarem-se pela repartição final dos 3,6% afectos ao aumento da massa salarial dos funcionários públicos, ou seja, a ministra quer que os sindicatos se obriguem voluntariamente a sujeitarem-se antecipadamente ao espalhamento de apenas 3,6% de aumentos gerais, imobilizando não apenas o aumento directo dos salários como as subidas percentuais nas progressões de carreira e mudanças de escalão. É claro que, de imediato, os sindicatos da Função Pública recusaram liminarmente este novo «expediente» da ministra Manuela Ferreira Leite para extorquir aos trabalhadores mais uns milhões de euros.

## Buracos

Entretanto, soube-se igualmente que o buraco da receita fiscal atingiu 762,5 milhões de euros nos primeiros nove meses do ano, de acordo com a síntese de execução orçamental de Setembro, esta semana divulgada pelas Finanças. São 0,7% do PIB em falta, confirmando graves dificuldades orçamentais no lado da receita. Mais pormenores: a cobrança em IRS e IRC - que são os impostos sobre o rendimento dos trabalhadores e os lucros das empresas, respectivamente - ficaram no «vermelho», devido ao aumento do desemprego e da quebra da actividade económica, segundo ainda os dados e a apreciação das Finanças. Até Setembro deste ano, o fisco cobrou menos 210 milhões de euros em impostos directos, em comparação com igual período do ano passado, enquanto se confirma o falhanço na receita do IVA: o Governo previa um acréscimo da receita de 160 milhões de euros com o aumento da taxa máxima de 17% para

19% mas, até Setembro, em vez de aumento da receitas estas já somam perdas de 273 milhões de euros! Este Governo é, literalmente, um buraco completo!

## Cargas

Veio igualmente a público uma informação, sem dúvida, curiosa: Portugal tem uma das mais baixas cargas fiscais entre os países da OCDE (Pudera! Só quem trabalha por conta de outrem é que, praticamente, paga impostos!). O documento «Estatísticas das Receitas Públicas 1965-2001», agora divulgado por aquela organização, refere que em Portugal o total das recitas fiscais foi de 34,5% do PIB em 2000, o nono valor mais baixo num conjunto de 30 países. Para se ter uma ideia os três primeiros países onde mais se pagou impostos são a Suécia (com 54,2%), a Dinamarca (com 48,8%) e a Finlândia (com 46,9%). Pois claro: tudo países onde toda a gente paga impostos (e não apenas fundamentalmente quem trabalha por conta de outrem) e onde, não por acaso, as preocupações e responsabilidades sociais do Estado para com os cidadãos são as mais desenvolvidas do mundo. Em contrapartida - e no fundo desta tabela - está o Japão (onde se paga apenas 27,1% do PIB em impostos), a Coreia do Sul (26,1%) e o México, país onde a carga fiscal representa apenas 18,5% do PIB, tudo países onde, como se sabe, o Estado pouco interfere do ponto de vista social...

## Alienações

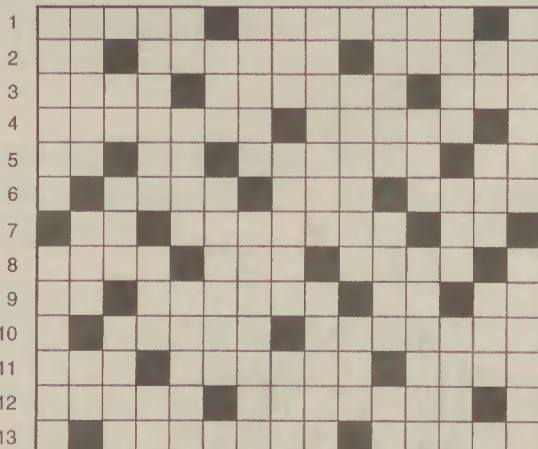
É as alienações das empresas públicas continuam, alegremente. Segundo consta, o IPE vai vender a participação que detém na Brisa, contribuindo assim «para a estabilidade accionista da Brisa, procurando assegurar a desejável neutralidade do Estado face aos interesses em presença». «Desejável» para quem? Só se for para quem já detém a Brisa! São eles o grupo José de Mello (cerca de 20%), Acesa (10%), BCP (mais de 9%), CGD (cerca de 6%) e Egadi (5%)...

# Palavras Cruzadas

**HORIZONTAIS:** 1 - Trituras; livro que ensina as primeiras noções de aritmética. 2 - Antes de Cristo (abrev.); coroa de louros; girar. 3 - Entidade aquática; curara; larva que se cria nas feridas dos animais. 4 - Desejariam; barrote que sustenta a tacaniça. 5 - Sódio (s.q.); palavra havaiana que designa lavas ásperas e escoriáceas; aplanar; grito aflitivo. 6 - Instrumento de suplício em forma de X, ou cruz de Santo André; pau-ferro; espingarda. 7 - Perversa; arco dos índios; caminhava. 8 - Vento brando e aprazível; nome da letra L; escrito geralmente em livro especial, de tudo quanto se tratou numa sessão, reunião ou assembleia. 9 - Naquele lugar; momento aflitivo; érbio (s.q.); tecido fino como escuminha. 10 - Toada de cantiga; curaras. 11 - Caminho orlado de casas, muros, ou árvores, numa povoação; pessoa sectária do Fofismo; põe do avesso. 12 - Executa com tino; comendador nas antigas ordens militares; índio (s.q.). 13 - Acto ou efeito de sortear; narrativa ou acontecimento terrível e comovente.

**VERTICAIS:** 1 - Da raia; estender no lar ou lareira. 2 - Fica doente de cama; mula; antigo nome da nota musical dó. 3 - Deus egípcio; rio da Suíça que banha a cidade de Berna; desloca-se para fora. 4 - Levantaras; aperto com nó ou laçada; contr. da prep. em com o art. def. o. 5 - Apelido; nome de um pássaro de cor amarela; gastar com o uso. 6 - Costuma; esfregado com areia ou outro pé. 7 - Fio que se conduz com a lançadeira através do urdume da teia; capitão de um troço de cavaleiros. 8 - Ontem; designativo do sulfato de cobre, também chamado vitrólo azul; transpõe. 9 - Sectário de Baal, divindade dos Assírios e Fenícios; Verão. 10 - Acto ou efeito de tirar letras na escrita, raspando; antiga porcelana do Oriente. 11 - mentira (fam.); género típico das aceráceas; idem (abrev.). 12 - Contr. da prep. de com o art. def. o; além disso; amargor. 13 - Introduz; espécie de albufeira; sorri. 14 - Atmosfera; governanta; árvore espinhosa do Oriente. 15 - Linguagem confusa; louvor.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



**SOLUÇÕES:** HORIZONTAIS: 1 - Trituras; livro que ensina as primeiras noções de aritmética. 2 - Antes de Cristo (abrev.); coroa de louros; girar. 3 - Entidade aquática; curara; larva que se cria nas feridas dos animais. 4 - Desejariam; barrote que sustenta a tacaniça. 5 - Sódio (s.q.); palavra havaiana que designa lavas ásperas e escoriáceas; aplanar; grito aflitivo. 6 - Instrumento de suplício em forma de X, ou cruz de Santo André; pau-ferro; espingarda. 7 - Perversa; arco dos índios; caminhava. 8 - Vento brando e aprazível; nome da letra L; escrito geralmente em livro especial, de tudo quanto se tratou numa sessão, reunião ou assembleia. 9 - Naquele lugar; momento aflitivo; érbio (s.q.); tecido fino como escuminha. 10 - Toada de cantiga; curaras. 11 - Caminho orlado de casas, muros, ou árvores, numa povoação; pessoa sectária do Fofismo; põe do avesso. 12 - Executa com tino; comendador nas antigas ordens militares; índio (s.q.). 13 - Acto ou efeito de sortear; narrativa ou acontecimento terrível e comovente. VERTICAIS: 1 - Da raia; estender no lar ou lareira. 2 - Fica doente de cama; mula; antigo nome da nota musical dó. 3 - Deus egípcio; rio da Suíça que banha a cidade de Berna; desloca-se para fora. 4 - Levantaras; aperto com nó ou laçada; contr. da prep. em com o art. def. o. 5 - Apelido; nome de um pássaro de cor amarela; gastar com o uso. 6 - Costuma; esfregado com areia ou outro pé. 7 - Fio que se conduz com a lançadeira através do urdume da teia; capitão de um troço de cavaleiros. 8 - Ontem; designativo do sulfato de cobre, também chamado vitrólo azul; transpõe. 9 - Sectário de Baal, divindade dos Assírios e Fenícios; Verão. 10 - Acto ou efeito de tirar letras na escrita, raspando; antiga porcelana do Oriente. 11 - mentira (fam.); género típico das aceráceas; idem (abrev.). 12 - Contr. da prep. de com o art. def. o; além disso; amargor. 13 - Introduz; espécie de albufeira; sorri. 14 - Atmosfera; governanta; árvore espinhosa do Oriente. 15 - Linguagem confusa; louvor.



**PACOTE LABORAL  
SEGURANÇA SOCIAL**

*Andar para trás  
Não!*

**PCP**  
o país só avança  
com mais direitos  
para quem trabalha

**Ação  
de encerramento  
da Campanha  
HOJE,  
quinta-feira, às 17h30**  
Chiado-Rua Augusta  
(ponto de encontro: Largo do Chiado)  
com a presença do Secretário-geral do PCP  
Carlos Carvalho

**Preparação  
do VII  
Congresso**



**AVEIRO**  
Debate do Superior de Aveiro sobre «Política Juvenil», com Luísa Araújo (dia 23); plenário de Jovens Trabalhadores, com eleição de delegados (dia 17, às 18h30).

**BEJA**  
Em Beja - Plenário do Superior para discussão dos cap. III e IV (dia 22 às 21h); da organização concelhia de Beja (dia 17); debate sobre «Movimento Associativo» (dia 24 às 21h30). Plenários em Serpa (dia 17) e em Mértola (dia 18).

**BRAGA**  
Em Guimarães - Debate público sob o tema «A Juventude e o mundo do Trabalho»: dia 18 às 21h30 no Centro de Trabalho do PCP. Em Braga - Debate público sob o tema «O estado da Educação em Portugal»: dia 25 às 21h30.

**CASTELO BRANCO**  
Reunião de Jovens Trabalhadores para discussão dos documentos do Congresso (dia 20).

**COIMBRA**  
Debate sob o tema «Sexualidade», com Célia Volante e a deputada Odete Santos (dia 21); plenário regional no dia 24.

**ÉVORA**  
Debate sobre questões internacionais (dia 25).

**FARO**  
Debates - do Superior de Faro, sob o tema «JCP, organização revolucionária da juventude» (dia 17 às 21h30, no Centro de Trabalho do PCP em Faro) e da Organização Concelhia de Albufeira sobre a situação internacional (no Net Café, CC da Belavista, dia 18 às 21h) - ambos com Jorge Martins; plenário do Superior em Faro, com eleição de delegados (dia 22).

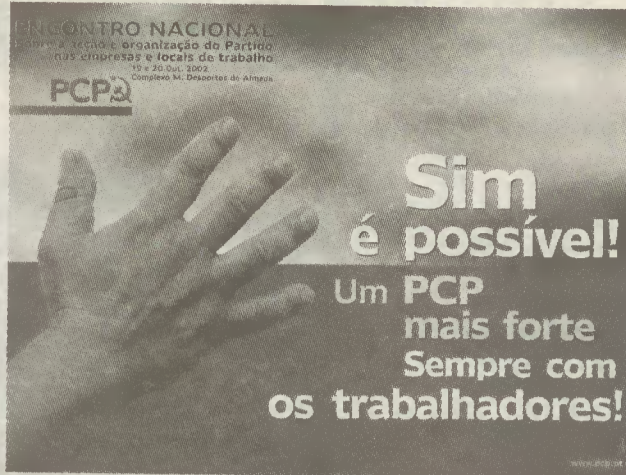
**LEIRIA**  
Plenários - Em Leiria (dia 18 às 18h) e em Alcobaça (dia 18 às 21h), ambos com eleição de delegados.

Plenário de Jovens Trabalhadores no Bombarral (dia 23 às 19h); jantar-convívio nas Caldas da Rainha (dia 23); debate do Secundário na Marinha Grande sobre Toxicodependência (na Esc. Calazans Duarte, dia 24).

**LISBOA**  
Na cidade de Lisboa - Reu-

**Carlos Carvalhas**

O Secretário-geral do PCP estará presente no Encontro Nacional sobre a acção e organização nas empresas e locais de trabalho, que decorre no fim-de-semana no Complexo Municipal dos Desporto, em Almada, e intervirá na sessão de encerramento, prevista para as 12 e 45 de domingo. No dia 21, segunda-feira, às 16 horas, integrando uma delegação do Partido e do seu Grupo Parlamentar, será recebido pelo presidente do Supremo Tribunal de Justiça, e no dia seguinte (dia 23, às 12 horas), ainda acompanhado por uma delegação do Partido e do Grupo Parlamentar, pelo procurador-geral da República. Ambas as reuniões se realizam a pedido do PCP e têm por objecto a evolução da situação nacional em matéria de alta criminalidade e a resposta do Estado de Direito.



**TEMPO  
DE ANTENA  
DO PCP**  
Sexta-feira  
18  
Na RTP-1,  
antes do Telejornal

**Horário de funcionamento do Encontro**

Sábado:  
10h30 - 13h00  
15h00 - 17h00  
17h30 - 19h30  
Domingo:  
10h00 - 13h30

Para acesso ao recinto, os participantes devem ser portadores do cartão de participante e do cartão do Partido.

Parqueamento de autocarros: no Parque, junto à Rua da Alebrança • Autocarros de carreira de Cacilhas para o local do Encontro Nacional: N.ºs 104 - 109 - 133



**«À Esquerda: Que Resposta?»  
- ID promove debate**  
Hoje, quinta-feira, às 21h30, realiza-se no Hotel Roma, em Lisboa (Sala Auditório), um debate sob o tema em título, promovido pela ID e moderado pelo seu dirigente Herberto Goulart. Estão previstas intervenções de Paulo Pedroso, do Partido Socialista, de Luís Fazenda, do Bloco de Esquerda, de Heloísa Apolónia, do Partido Ecologista «Os Verdes», e ainda do nosso camarada Vítor Dias.

**Oeiras: PDM em debate**  
A CDU Oeiras promove hoje, quinta-feira, a realização de um debate no Teatro Amélia Rey Colaço, em Algés, sobre o Plano Director Municipal, num concelho onde é notório «o desfasamento entre o crescimento urbanístico e a construção das infra-estruturas e equipamentos correspondentes, onde o que ressalta é a construção imobiliária sem preocupação pelas necessidades das populações ou a melhoria das suas condições de vida». Com início previsto para as 21h, o debate conta com a presença de Filipe Dimis, Arnaldo Pereira e Amílcar Campos.



ATVer

**Agarrem Esse Detective** é um thriller policial em tom de comédia romântica que tem, sobretudo, um elenco de qualidade

### Agarrem Esse Detective

(Quinta-feira, 17.10.02, RTP-1)

**Agarrem Esse Detective** é um thriller policial em tom de comédia romântica que tem, como seu ponto forte, um elenco de qualidade, onde avultam os nomes de **Kevin Kline**, **Susan Sarandon**, **Mary Elisabeth Mastrantonio**, **Harvey Keitel** e **Danny Aiello**. É o que se chama um elenco «da pesada»! Quanto à história, é algo inverosímil mas bastante divertido, mostrando como um ex-polícia-bombeiro (Kevin Kline, pois claro) volta ao activo para lançar uma armadilha a um *serial killer* utilizando a sua nova namorada como «isco», namorada essa que, por sua vez, é nem mais nem menos que a filha do presidente da câmara da cidade. O argumento é da autoria do prestigiado e premiado **John Patrick Shanley** e brinca, com grande desenvoltura e graça, com uma sucessão de equívocos envolvendo as diversas personagens, todas ligadas umas às outras por laços familiares.

### Soldado do Deserto

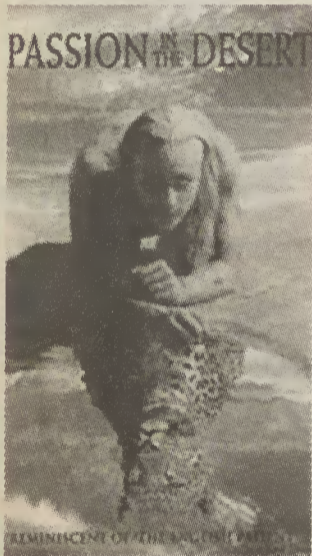
(Quinta-feira, 17.10.02, TVI)

Com produção norte-americana, baseado num conto de **Honoré de Balzac** e tendo no elenco o francês **Michael Piccoli**, este **Soldado do Deserto** conta a história da relação afectiva forte e quase inexplicável que se estabelece entre um oficial de Napoleão e um leopardo, em pleno deserto. A história original de Balzac é muito interessante. Vejamos como foi transposta para o cinema.

### O Clube dos Poetas Mortos

(Sexta-feira, 18.10.02, TVI)

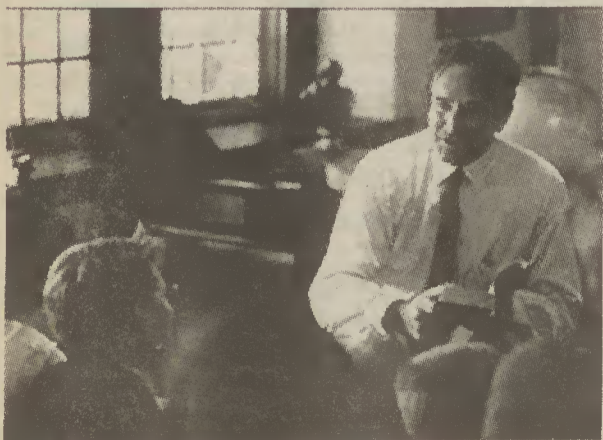
Temos mais uma vez anunciado este **Clube dos Poetas Mortos**, grande sucesso no princípio dos anos 90, onde **Robin Williams** dá corpo (brilhantemente, aliás) a um original professor de literatura num requintado e conservador colégio interno norte-americano, incentivando os alunos ao



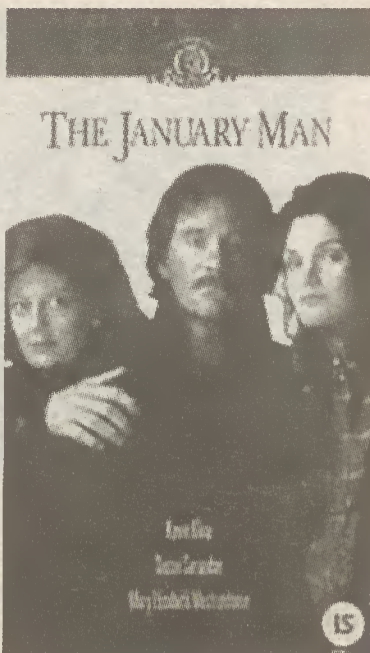
**Soldado do Deserto** conta a amizade entre um oficial de Napoleão e um leopardo. A história é de Balzac



**Encontro Inesquecível**, uma boa comédia burlesca com **Kim Basinger** e **Bruce Willis**



**O Clube dos Poetas Mortos**, onde **Robin Williams** é um professor que incentiva os alunos à independência intelectual



### Encontro Inesquecível

(Sábado, 19.10.02, RTP-1)

**Encontro Inesquecível** é uma comédia bem conseguida de **Blake Edwards**, tendo como par central duas estrelas que respondem à altura: **Kim Basinger** e **Bruce Willis**. A história, nascida na melhor tradição do burlesco cinematográfico norte-americano, conta como um homem pacato e introvertido sai um dia com uma mulher que não conhece e lhe põe a vida literalmente de pernas para o ar: recomendam-lhe que não a deixe beber álcool, o que ele não toma devidamente a sério pelo que ela bebe... e provoca-lhe a pior noite da sua vida. É espancado e perseguido, perde o emprego, quase perde a vida e acaba na cadeia. Para cúmulo, apaixonou-se também pela loira descontrolada (e sensual, pois claro!) que lhe destrói a vida...

### Fronteira Fatal

(Segunda-feira, 21.10.02, RTP-1)

Os dramas tremendos (e quotidianos) que se vivem na longa fronteira entre os EUA e o México são históricos, além de brutais e chocantes, tendo sempre como vítimas constantes os fragilizados cidadãos mexicanos que procuram transpor clandestinamente a fronteira para o «el dorado» dos EUA, sendo enganados por passadores sem escrúpulos de ambos os lados da fronteira e abatidos sem piedade pelos serviços fronteiriços norte-americanos (que agora até têm electrificado longas extensões da fronteira...). O cinema de Hollywood foge do tema a sete pés (o entretenimento cor-de-rosa é que convém aos senhores desta indústria), pelo que ganham particular importância filmes como este **Fronteira Fatal**, de **José Luis Borau** e com **David Carradine** e **Victoria Abril** no elenco, que aborda o deplorável e cruel negócio do transporte ilegal de mexicanos para os EUA.

### A Fortaleza Escondida

(Segunda-feira, 21.10.02, RTP-2)

**A Fortaleza Escondida** é uma notável realização do mestre japonês **Akira Kurosawa** que, em 1958, criava este grande clássico do cinema de aventuras. Notas curiosas sobre esta obra: foi o primeiro filme em cinemascopo realizado no Japão (pelo que se teme que nos seja servida a malfadada versão em Pan & Scan...), foi também uma das mais dispendiosas produções da época e, finalmente, segundo confessou o próprio **George Lukas**, este filme serviu de modelo e esteve na origem da célebre saga da «Guerra das Estrelas». Quanto ao filme, propriamente, põe em andamento a emocionante história de uma princesa em fuga, um herói general, dois divertidos marginais e um tesouro fabuloso, tudo e todos em busca de uma fantástica fortaleza secreta que vão encontrar após uma odisséia de combates, perigos e inúmeras peripécias no Japão feudal. Com **Toshiro Mifune** no principal papel, o actor emblemático de Kurosawa, **A Fortaleza Escondida** é um grande filme de acção e aventuras de um dos mais espantosos criadores cinematográficos de todos os tempos.

## Quinta, 17

### ▼RTP1

07.00 Bom Dia Portugal  
10.00 Praça da Alegria  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 Regiões  
14.30 Vencedores  
15.30 Marisol  
16.30 Carita de Anjo  
17.15 Espaço Infantil/Juvenil  
18.15 Quebra-cabeças  
19.00 O Preço Certo em Euros  
20.00 Telejornal  
21.30 O Elo Mais Fraco  
22.00 Philly  
23.00 Grande Entrevista  
24.00 Jag - Em Nome da Justiça  
01.00 24 Horas  
01.30 «Agarrem Esse Detective» (Filme)

### ▼RTP2

07.00 Espaço Infantil  
12.40 Companhia dos Animais  
13.30 Sozinhos em Casa  
14.00 A Febre do Ouro Negro  
15.00 Informação Gestual  
16.30 «O Seu Ofício Era Matar» (Filme)  
18.00 Informação Religiosa  
18.30 Horizontes da Memória  
19.00 Crónica do Século  
20.00 Viver no Campo  
20.30 3º Calhau a Contar do Sol

## Sexta, 18

### ▼RTP1

07.00 Bom Dia Portugal  
10.00 Praça da Alegria  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 Regiões  
14.30 Vencedores  
15.30 Marisol  
16.30 Carita de Anjo  
17.00 Automobilismo - Baja de Portalegre  
18.15 Quebra-cabeças  
19.00 O Preço Certo em Euros  
20.00 Telejornal  
21.30 O Elo Mais Fraco  
22.00 «O Desaparecimento de Garcia Lorca» (Filme)  
24.00 Jag - Em Nome da Justiça  
01.00 24 Horas  
01.30 Paraíso Filmes  
02.00 «As Raparigas de Jersey» (Filme)

### ▼RTP2

07.00 Espaço Infantil  
12.40 Companhia dos Animais  
13.30 Sozinhos em Casa  
14.00 A Febre do Ouro Negro  
15.00 Informação Gestual  
16.30 «O Detective» (Filme)  
18.00 Informação Religiosa  
18.30 Gente da Cidade  
19.00 2010  
20.00 Viver no Campo

## Sábado, 19

### ▼RTP1

07.00 Infantil/Juvenil  
12.00 Automobilismo - Baja de Portalegre  
12.30 Horizontes da Memória  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 Top +  
15.00 Segredos do Báltico  
16.00 João Baião  
19.00 Camilo, o Pendura  
19.30 A Minha Sogra É uma Bruxa  
20.00 Telejornal  
21.00 O Elo Mais Fraco  
22.00 «Juramento de Amor» (Telefilme)  
23.30 «Encontro Inesquecível» (Filme)  
01.00 24 Horas  
01.15 Jag - Em Nome da Justiça  
01.15 24 Horas  
02.15 Paraíso Filmes  
02.45 «Tentações Irresistíveis» (Filme)

### ▼RTP2

08.00 Repórter RTP  
09.00 Universidade Aberta  
12.00 Iniciativa  
14.00 Parlamento  
15.00 Desporto 2  
19.00 Horizontes da Memória  
19.30 Bombordo  
20.00 Palavras Ditas  
20.30 Os Simpsons



**Barbara Guimarães** apresenta «Mentes Brilhantes» na SIC

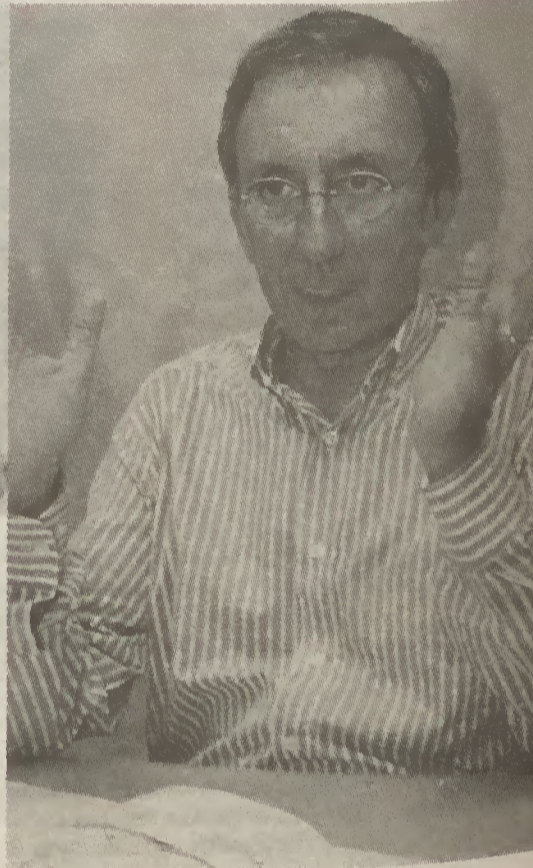
21.00 Homens, Mulheres e Cães  
21.30 Acontece  
22.00 Jornal 2  
23.00 Roswell  
24.00 «As Bodas de Deus» (Filme)

### ▼SIC

07.00 Infantil/Juvenil  
11.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 As Duas por Três  
16.15 Malhação  
17.00 Não Há Pai!  
17.30 Desejos de Mulher  
18.30 New Wave  
19.00 Coração de Estudante  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Não Há Pai!  
22.00 Esperança  
23.15 Olhar da Serpente  
00.15 «O Mercenário» (Filme)  
02.15 Perseguições Policiais

### ▼TVI

07.30 Sempre a Abrir  
10.00 Olá Portugal  
13.00 TVI Jornal  
14.15 A Vida É Bela  
15.00 BB Famosos  
16.15 Dawson's Creek  
17.10 Anjo Selvagem  
18.00 Vidas Reais  
19.00 Tudo por Amor  
20.00 Jornal Nacional  
21.30 Anjo Selvagem  
22.45 Sonhos Traídos  
00.15 Vidas Reais  
01.00 Ally McBeal  
02.00 «O Soldado do Deserto» (Filme)  
04.30 Frasier



«Estúdio 5» é o novo programa de **Júlio Isidro** na RTP1

20.30 3º Calhau a Contar do Sol  
21.00 Homens, Mulheres e Cães  
21.30 Acontece  
22.00 Jornal 2  
23.00 Sinais do Tempo  
24.00 «Recordações da Casa Amarela» (Filme)

### ▼SIC

11.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 As Duas por Três  
16.15 Malhação  
17.00 Não Há Pai!  
17.30 Desejos de Mulher  
18.30 New Wave  
19.00 Coração de Estudante  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Não Há Pai!  
22.00 Esperança  
23.15 Olhar da Serpente  
00.15 «É Proibido!» (Filme)  
02.15 Contos Eróticos

### ▼TVI

07.30 Sempre a Abrir  
10.00 Olá Portugal  
13.00 TVI Jornal  
14.15 A Vida É Bela  
15.00 BB Famosos  
16.15 Dawson's Creek  
17.10 Anjo Selvagem  
18.00 Vidas Reais  
19.00 Tudo por Amor  
20.00 Jornal Nacional  
21.30 Anjo Selvagem  
22.45 Sonhos Traídos  
00.15 Imagens que Falam  
01.00 «O Clube dos Poetas Mortos» (Filme)  
03.45 Frasier

21.00 Por Outro Lado  
22.00 Jornal 2  
23.00 O Lugar da História - «Roubados pelos Nazis»  
00.00 Britcom  
01.00 Saxazul (Gravações do Festival de Cascais)  
02.30 Noites Curtas no Onda-Curta

### ▼SIC

12.00 Nosso Mundo  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 Catarina.com  
14.45 O Camião  
15.30 A Vingadora  
16.45 Air América  
17.30 «Um Golpe do Destino» (Filme)  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Malucos do Riso  
21.30 Linha da Sorte  
23.30 «Força Delta 2 - Operação Estrangulamento» (Filme)  
01.30 Tal Mãe, Tal Filha  
01.45 No Fim do Mundo

### ▼TVI

07.30 Batatoon  
09.30 Sempre a Abrir  
11.00 «Um Cãozinho Chamado Eddie»  
12.00 Lux  
13.00 TVI Jornal  
14.00 Survivor  
15.00 BB Famosos  
15.45 «Um Anjo Muito Especial» (Filme)  
18.00 «Politicamente Incorreto» (Filme)  
20.00 Jornal Nacional  
21.00 Super Pai  
22.00 Sonhos Traídos  
23.00 O Último Beijo  
24.00 «Assassino Virtual» (Filme)  
02.00 «Plastic Man» (Filme)

#### Nota:

A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.



## Domingo, 20

**▼ RTP 1**  
07.00 Infantil/Juvenil  
12.00 Um Desastre de Bruxa  
12.30 Planeta Azul  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 O Mundo Perdido  
16.30 «Austin Powers, o Espião Irresistível» (filme)  
18.00 Domingo Desportivo  
19.00 Futebol: FC Porto-Benfica (Super Liga)  
21.00 Telejornal  
22.00 Domingo Desportivo  
23.00 Contra-Infamação  
Fim-de-Semana  
23.30 «Onde Estão os Nossos Filhos?» (Telefilme)  
01.00 24 Horas  
01.50 «A Sombra de um Pai» (filme)

**▼ RTP 2**  
09.00 Programa Religioso  
11.30 Martin-Luther King  
12.00 Husiada  
13.00 Untamed Australia  
14.00 Desporto 2  
18.30 Technopolis  
19.30 Onda Curtas  
20.00 A História de Nikita  
21.00 Artes e Letras - James Nachtwey, Repórter de Guerra  
22.00 Jornal 2  
23.00 Artes de Palco  
00.15 Odisseia nas Imagens - «Cinema Vértice»

**▼ SIC**  
12.00 BBC Vida Selvagem  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 «A Cor da Amizade» (filme)  
16.00 «Vindo do Céu» (filme)  
18.00 «Nunca Fui Beijada» (filme)  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Malucos do Riso  
21.30 Mentes Brilhantes  
22.30 Herman SIC  
00.45 «Heróis sem Honra» (filme)  
02.45 No Fim do Mundo

**▼ TVI**  
07.30 Super Batatoon  
09.30 Sempre a Abrir  
10.00 Cerimónias Religiosas  
13.00 TVI Jornal  
14.00 «The Miracle Worker» (filme)  
16.00 «A Arca de Noé» (filme)  
18.00 «Vigaristas à Solta» (filme)  
20.00 Jornal Nacional  
21.45 A Jóia de África  
22.45 O Último Beijo  
23.45 «8 mm» (filme)  
02.00 BB Famosos Fim-de-semana

## Segunda, 21

**▼ RTP 1**  
07.00 Bom Dia Portugal  
10.00 Praça da Alegria  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 Regiões  
14.30 Vencedores  
15.30 Marisol  
16.30 Carita de Anjo  
17.15 Espaço Infantil/Juvenil  
18.15 Quebra-cabeças  
19.00 O Preço Certo em Euros  
20.00 Telejornal  
21.00 Sorte Grande  
21.15 O Elo Mais Fraco  
22.15 Prós e Contras  
00.15 Jag - Em Nome da Justiça  
01.15 24 Horas  
01.30 «Fronteira Fatal» (filme)

**▼ RTP 2**  
07.00 Espaço Infantil  
12.40 Companhia dos Animais  
13.00 Ilhas Vivas  
13.30 Sozinhos em Casa  
14.00 A Febre do Ouro Negro  
15.00 Informação Gestual  
16.30 «Totó Procura Casa» (filme)  
18.00 Informação Religiosa  
18.30 Planeta Azul  
19.00 Em Busca da Beleza  
20.00 Viver no Campo  
20.30 3ª Calhan a Contar do Sol  
21.00 Três Irmãs  
21.30 Acontece  
22.00 Jornal 2  
23.00 Sete Palmos de Terra  
24.00 «O Último Mergulho» (filme)  
02.30 2010

**▼ SIC**  
11.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 Olhar da Serpente  
15.00 As Duas por Três  
16.30 Malhação  
17.00 Não Há Pai!  
17.30 Desejos de Mulher  
18.30 New Wave  
19.00 Coração de Estudante  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Não Há Pai!  
22.00 Esperança  
23.15 Olhar da Serpente  
00.15 «A Filha de D'Artagnan» (filme)  
02.15 Nem Bom Vento...

**▼ TVI**  
07.30 Sempre a Abrir  
10.00 Olá Portugal  
13.00 TVI Jornal  
14.15 A Vida É Bela  
15.30 BB Extra

## Terça, 22

**▼ RTP 1**  
07.00 Bom Dia Portugal  
10.00 Praça da Alegria  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 Regiões  
14.30 Vencedores  
15.30 Marisol  
16.30 Carita de Anjo  
17.15 Espaço Infantil/Juvenil  
18.15 Quebra-cabeças  
19.00 O Preço Certo em Euros  
20.00 Telejornal  
21.00 O Elo Mais Fraco  
22.00 O Processo dos Távoras  
23.00 Fora de Jogo  
00.30 Jag - Em Nome da Justiça  
01.30 24 Horas  
01.45 «Pela Estrada Fora» (filme)

**▼ RTP 2**  
07.00 Espaço Infantil  
12.40 Companhia dos Animais  
13.00 Ilhas Vivas  
13.30 Sozinhos em Casa  
14.00 A Febre do Ouro Negro  
15.00 Informação Gestual  
16.30 «Amor e Basquetebol» (filme)  
18.00 Informação Religiosa  
18.30 Onda Curta  
19.00 Viagens na Índia  
20.00 Viver no Campo  
20.30 3ª Calhan a Contar do Sol  
21.00 Homens, Mulheres e Cães  
21.30 Acontece  
22.00 Jornal 2  
23.00 Eden  
24.00 «O Intendente Sanjuro» (filme)  
02.00 Televisão-espelho

**▼ SIC**  
Infantil/Juvenil  
11.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 Olhar da Serpente  
15.00 As Duas por Três  
16.30 Malhação  
17.00 Não Há Pai!  
17.30 Desejos de Mulher  
18.30 New Wave  
19.00 Coração de Estudante  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Não Há Pai!  
22.00 Esperança  
23.15 Olhar da Serpente  
00.15 «Porky's» (filme)

**▼ TVI**  
07.30 Sempre a Abrir  
10.00 Olá Portugal  
13.00 TVI Jornal  
14.15 A Vida É Bela

## Quarta, 23

**▼ RTP 1**  
07.00 Bom Dia Portugal  
10.00 Praça da Alegria  
13.00 Jornal da Tarde  
14.00 Regiões  
14.30 Vencedores  
15.30 Marisol  
16.30 Carita de Anjo  
17.15 Espaço Infantil/Juvenil  
18.15 Quebra-cabeças  
19.00 O Preço Certo em Euros  
20.00 Telejornal  
21.00 O Elo Mais Fraco  
22.00 O Processo dos Távoras  
23.00 Fora de Jogo  
00.30 Jag - Em Nome da Justiça  
01.30 24 Horas  
01.45 «Pela Estrada Fora» (filme)

**▼ RTP 2**  
07.00 Espaço Infantil  
12.40 Companhia dos Animais  
13.00 Ilhas Vivas  
13.30 Sozinhos em Casa  
14.00 A Febre do Ouro Negro  
15.00 Informação Gestual  
16.30 «Amor e Basquetebol» (filme)  
18.00 Informação Religiosa  
18.30 Onda Curta  
19.00 Viagens na Índia  
20.00 Viver no Campo  
20.30 3ª Calhan a Contar do Sol  
21.00 Homens, Mulheres e Cães  
21.30 Acontece  
22.00 Jornal 2  
23.00 Eden  
24.00 «O Intendente Sanjuro» (filme)  
02.00 Televisão-espelho



20.00 Viver no Campo  
20.30 3ª Calhan a Contar do Sol  
21.00 Homens, Mulheres e Cães  
21.30 Acontece  
22.00 Jornal 2  
23.00 A Educação de Max Bickford  
24.00 «Yi Yi» (filme)  
02.15 A Rainha Branca

**▼ SIC**  
Infantil/Juvenil  
11.00 SIC 10 Horas  
13.00 Primeiro Jornal  
14.00 Olhar da Serpente  
15.00 As Duas por Três  
16.30 Malhação  
17.00 Não Há Pai!  
17.30 Desejos de Mulher  
18.30 New Wave  
19.00 Coração de Estudante  
20.00 Jornal da Noite  
21.00 Não Há Pai!  
22.00 Esperança  
23.15 Olhar da Serpente  
00.15 Hora Extra  
01.00 «Águas Mortíferas» (filme)

**▼ TVI**  
07.30 Sempre a Abrir  
10.00 Olá Portugal  
13.00 TVI Jornal  
14.15 A Vida É Bela  
15.30 BB Extra  
16.00 Gala BB Famosos  
19.00 Tudo por Amor  
20.00 Jornal Nacional  
21.30 Anjo Selvagem  
22.45 Sonhos Traídos  
03.45 BB Famosos  
01.00 «O Oposto do Sexo» (filme)  
02.45 Animais do Mundo

TVisto

Correia da Fonseca

## Três horas sem lixo

A emissão de sábado último da rubrica «Parlamento» (RTP2, não se confunda com o canal «Parlamento» que é distribuído por cabo e, portanto, só acessível a alguns) teve um acrescido interesse. Quase parece mal que se escreva isto acerca de uma rubrica cuja existência é

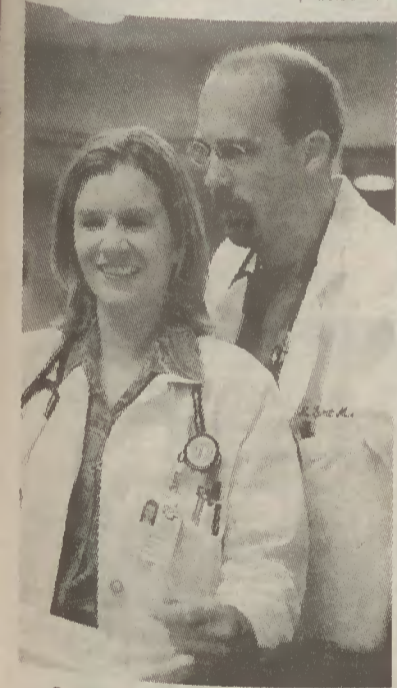
sempre de verdadeiro interesse público e que, talvez por isso mesmo, desde sempre se receia que seja executada sumariamente na esquina de um Verão, que é tempo propício a esse tipo de eliminações. Mas eu explico: é que nesta emissão de «Parlamento» o tema foi o projecto de alteração à legislação laboral que o ministro Bagão Félix deu a

conhecer ao País atarrado, e que os argumentos e dados ouvidos durante aquela escassa hora de TV suscitam a apetência de discorrer aqui acerca deles. Só que não convém. Por um lado, se o fizesse iria confirmar o parecer de alguns, suponho que não muitos entre os leitores deste jornal, segundo os quais esta coluna cede excessivamente à tentação de falar de política. Por outro lado, se porventura aqui se provasse que o programa foi excelente poderia estar-se a carrear lenha para algum auto-de-fé que se esteja a preparar. Mais vale, pois, a discrição do silêncio. Resta, pois, falar de um programa que não tenha como tema a política nacional, os debates parlamentares, as diversas posições dos partidos. Um programa apenas lúdico, enfim, mas que não seja fétido porque, apesar de me ocupar regularmente da televisão que temos, não tenho propriamente vocação para trabalhador na rede de esgotos. Como se adivinhará, no tempo dos «Big Brother» e de coisas ainda piores, a escolha não é fácil. Porém, parece que o santo padroeiro da crítica de TV velava por mim e intercedeu junto de quem de direito para que já estivesse no ar um novo programa do Júlio Isidro, o «Estúdio 5». Pareceu-me que a escolha dele como assunto desta semana seria uma escolha isenta de pecado. O Júlio Isidro não é comunista, toda a gente pode saber que é outra a área partidária em que se integra (e onde, por sinal, parece-me que não tem sido muito bem tratado, mas isso são coisas lá deles), não

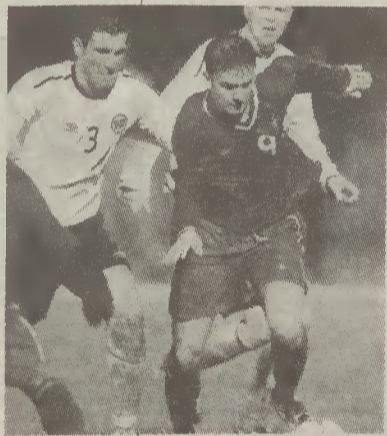
faz programas subversivos, apenas entende que a TV cretinizante tem um passado feio e é capaz de não ter grande futuro. O programa seu (mas, atenção!, de produção alheia) quer terminara há semanas não se destacara por ser contestatário de coisa nenhuma, limitara-se a ser asseadinho e a ter momentos simpáticos, um pouco como quem joga apenas para o empate porque o campo não dá para mais. Em suma: talvez pudesse ocupar-me aqui do «Estúdio 5» sem desencadear sobre o programa consequências desagradáveis e também sem perder o meu, o nosso tempo. Quem sabe se não valeria a pena dedicar-lhe vagar e espaço?

## Como se ganha uma tarde

Era a segunda emissão do programa e valeu, sim, valeu a pena: é que vale sempre a pena assistir no primeiro canal da estação pública de TV a mais de três horas não apenas de televisão limpa do contagioso vírus da idiotia, mas também a televisão que é inteligente sem arrotar erudições, tem sentido cívico sem passar a vida a cantar o hino nacional, exhibe uma vertente musical que não vai em modas nem em pimbalhices, inclui tempos de humor que não são rascas (embora o *sketch* de «os quatro grandes do futebol» me tenha parecido medíocre). O programa começou da melhor e porventura mais arriscada maneira, com uma referência/reportagem à peça «O Navio dos Rebeldes» que evoca as lutas estudantis de 62, e prosseguiu com breve entrevista à Marta, uma jovem jornalista que sonha como uma informação sem a tónica nas desgraças e que enfatize, quanto seja razoável, o lado luminoso da existência colectiva. Depois foi Carlos Alberto Moniz a falar de Adriano, de cuja morte ocorre o 20.º aniversário, e a falar não apenas com enorme admiração mas também com alegria, como bem se justifica porque, como escreveu o poeta, «até os mortos vão ao nosso lado». E houve tempo para o Grupo Coral os Almoceves da Amieira; para falar da série «O Processo dos Távoras» que parece condenada a passar injustamente despercebida (às terças-feiras na «1»); para a vinda de Jorge Palma; para o pintor *naife* Paulo Vicente; para a Tuna Académica de Évora; para um jovem iluminador de estúdio cujo nome me escapou. Houve, sobretudo, tempo para três horas de TV sem lixo, para fazer prova pública de que uma televisão assim é possível e nem será fabulosamente cara. Por mim, ganhara a tarde de domingo. E a possibilidade de escrever esta crónica sem me «meter na política», como diriam as boas almas.



Serviço de Urgência



Na RTP o futebol salta esta semana para as Ligas internacionais

16.00 BB Fim-de Semana  
17.10 Anjo Selvagem  
18.00 Vidas Reais  
19.00 Tudo por Amor  
20.00 Jornal Nacional

21.45 A Jóia de África  
23.00 Sonhos Traídos  
00.00 Vidas Reais  
01.00 Ficheiros Secretos  
02.00 1.ª Vaga

15.15 BB Famosos  
15.45 BB Extra  
17.15 Anjo Selvagem  
18.00 Vidas Reais  
19.00 Tudo por Amor  
20.00 Jornal Nacional  
21.00 BB Famosos  
21.15 Anjo Selvagem  
22.00 Gala BB  
00.45 Vidas Reais  
01.45 «Nada a Esconder» (filme)  
03.45 Animais do Mundo



Ficheiros Secretos



## A talhe de foice

• Henrique Custódio

# Confissões

Entrevistado em dois fartos espaços no Expresso e no Diário de Notícias (que se apressaram a procurá-lo na decorrência de um recente problema de saúde, certamente alarmados pelos seus já provecos 80 e tal anos), o famoso professor José Hermano Saraiva afirmou-se, por fim, «completamente salazarista», confirmando que a idade lhe deu finalmente coragem para assumir não apenas o que já se sabia, como em toda a sua vida foi público e notório e ele próprio vem progressivamente insinuando de há uns anos a esta parte sem, contudo, se atrever à confissão d'alma aberta, completa e total. Fê-lo agora. Afirmou-se, com todas as letras, «completamente salazarista», embalado na extraordinária benevolência de que goza na generalidade dos órgãos de comunicação social onde, com o passar dos anos, se transformou de talentoso e imaginativo divulgador de histórias avulsas, num ilustre e qualificado «historiador», apesar de, como ele próprio recorda, ter ganho a vida como advogado e, sobretudo, como zeloso quadro do regime fascista, onde chegou a ser ministro de Salazar e, mais tarde, representante do governo de Marcelo Caetano, no Brasil, no cargo de «embaixador cultural».

A sua qualificação de «historiador» é accidental e resulta, essencialmente, de uma laboriosa, persistente e descarada presença na televisão portuguesa após o 25 de Abril como divulgador de historietas e episódios pretensamente históricos, onde o seu grande talento de comunicador audiovisual foi disfarçando, relativizando e, finalmente, secundarizando a falta de rigor científico, de preparação técnica, de fundamentação teórica e até de respeito factual pelos acontecimentos narrados. Entre tantos exemplos que se podiam citar das suas incursões pretensamente históricas, bastará recordar as suas famosas interpretações camonianas onde, de uma penada, o «historiador» explica tim-tim por tim-tim a vida e obra de Camões que mais ninguém conhece (pois quase nada se sabe sobre o grande vate), mas que ele «adivinhou»... Nada disto teria já importância (como, na verdade, também não a tem a própria personagem), se não fosse o facto de o «professor» ter exagerado na dose e, entre dislates como afirmar que a CIA é que esteve por detrás do 25 de Abril, que Salazar não era fascista mas «um pobre homem que nasce numa aldeia, filho de camponeses com uma generosidade e uma pureza de princípios» ou que Marcelo Caetano também estava a «preparar o seu 25 de Abril», tivesse chegado ao desplante de declarar que «inventaram o assassinato de Catarina Eufémia» e que José Dias Coelho não foi assassinado pela PIDE: segundo Saraiva, «o Coelho era um homem que andava na clandestinidade, foi-lhe dada ordem de prisão, porque foi apanhado lá na Ajuda, e ele deitou a correr. E foi alvejado pelas costas e teve o azar de morrer».

Bom. José Hermano Saraiva pode à vontade assumir competências que não tem, tripudiar factos e acontecimentos, ser um contador de histórias armado em «historiador», inventar o que quiser a fazer pela vidinha e até gabar-se, agora, de ser «totalmente salazarista». A sua «história» pessoal fala por si. O que não pode é mentir tão descaradamente sobre um regime criminoso e canalha em absoluto cujos crimes, ainda por cima, não apenas testemunhou como serviu com fervor e na primeira linha.

## JCP organiza acção junto à representação da ONU

# Concentração pela paz marcada para terça-feira

Em defesa da paz e contra a intervenção norte-americana no Iraque, a JCP promove uma concentração em Lisboa. A iniciativa está marcada para as 18h30 de terça-feira.

A Organização Regional de Lisboa da JCP promove uma concentração contra a guerra e o imperialismo e pela paz e a independência dos povos, junto à representação da ONU em Portugal, na próxima terça-feira. A iniciativa está marcada para as 18h30, nas Picoas, em Lisboa, junto da Maternidade Alfredo da Costa.

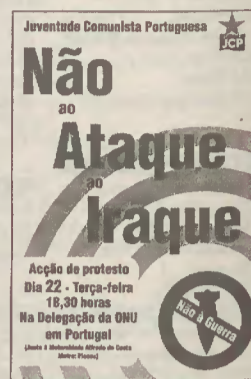
**Os Estados Unidos pretendem impor pela força a sua ordem mundial**

Considerando que «a ONU tem sido ultrapassada» no caso do Iraque, os jovens comunistas defendem que esta organização se deve «assumir desde já como defensora da paz e da solidariedade entre os povos». «Assistimos hoje a uma clara ofensiva contra os povos. As forças do imperialismo, encabeçadas pelos Estados Unidos, preten-

dem impor pela força e pela guerra a sua ordem mundial com o objectivo de retirar dividendos económicos, aumentar a exploração, apoderar-se dos recursos naturais e fazer prevalecer a lei do mais forte», sublinha a JCP.

«O hipócrita anúncio da eminência do ataque ao Iraque é apenas mais um exemplo a juntar aos casos da Palestina, do Afeganistão e de tantos outros povos que têm sido alvo desta ofensiva», assinala.

«A atitude de servilismo e subjugação do Governo do PSD/CDS-PP a estes interesses, nomeadamente com a disponibilização da Base das



Lajes para o ataque ao Iraque, é condenável e merece da nossa parte um firme repúdio e condenação», afirma a JCP, acrescentando que «denunciar e combater estas políticas e atitudes é fundamental para a defesa da paz».

## Morreu Mário Castrim

O nosso camarada Mário Castrim, escritor, jornalista e crítico televisivo, faleceu na madrugada de terça-feira, no Hospital dos Capuchos, em Lisboa, onde estava internado desde o início de Agosto. Com 82 anos, Mário Castrim encontrava-se nos cuidados intensivos do Hospital dos Capuchos, sofrendo de pneumonia.

Mário Castrim, pseudóni-

mo de Manuel Nunes da Fonseca, foi o primeiro crítico de televisão em Portugal. Militante do PCP, era o mais antigo e regular colaborador do *Avante!*, enviando os seus poemas semanalmente e até ao fim.

O Secretariado do Comité Central do PCP manifestou de imediato o seu pesar. Compartilhando a dor da família e enviando um abraço

fraternal de solidariedade à esposa do jornalista, a escritora Alice Vieira, e aos seus filhos, André e Catarina Fonseca, o Secretariado «presta homenagem a esta destacada figura da vida cívica e cultural do país nos últimos 50 anos, ao militante comunista com muitas décadas de corajosa e coerente intervenção, ao crítico de televisão, escritor e intelectual que tanto

contribuiu para a formação democrática e humanista de muitas gerações».

O Secretariado apelou aos militantes comunistas e a todos os cidadãos progressistas para participar no funeral do jornalista, que teve lugar ontem de manhã, no Cemitério de Benfica. Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, José Casanova e Vítor Dias, ambos membros da Comissão Política, estiveram presentes.

Carlos Carvalhas enviou, antontem, um telegrama de condolências à família. «Recebendo com grande tristeza a notícia do falecimento do Mário, envio-vos a expressão do meu profundo pesar, evocando com respeito e admiração a figura de Mário Castrim como comunista com muitas décadas de acção dedicada e coerente, como homem bom, vertical e generoso, como cidadão com uma relevante contribuição para a formação cívica e política de várias gerações, como um artista e criador solidamente vinculado aos ideais humanistas», lê-se no telegrama.

Também o Sindicato dos Jornalistas manifestou o seu pesar, salientando que o desaparecimento de Mário Castrim «empobrece o panorama da comunicação social portuguesa na dupla vertente dos que a produzem e dos que a interpelam».

«Mário Castrim há-de permanecer como referência histórica do género e exemplo a considerar por sucessivas gerações de críticos, mas também ficará na nossa memória como homem culto e lúcido, cidadão comprometido com o seu tempo e fiel às suas convicções», sublinha o sindicato.



Mário Castrim com alguns redactores e colaboradores do *Avante!*, após um convívio por altura do seu 80.º aniversário. É assim, em alegria, que preferimos recordá-lo

## Até sempre!

Desculpa, Mário, mas nesta hora triste, ao evocar-te, lembro-me de mim. É assim, presumo, que os amigos são mais fortemente lembrados. Pelo que eles pesaram na vida de cada um de nós, pelo rumo a que nos solicitaram, pelas perspectivas que abriram. Lembro-me de um dia assim em Outubro, já lá vão uns quarenta e cinco anos, subia eu as velhas escadas do *Diário de Lisboa*, na Luz Soriano, com uns papéis na mão (desenhos, poemas, um conto?). E no patamar vou encontrar-te sorrindo ao puto que subia entre os azulejos que forravam as paredes, mostrando tesouras e rolhas, os objectos torturantes da censura que, logo aprendi, não escolhia idades mas ideias para cortar. E tu, a sorrir por detrás dos óculos, paciente e bondoso, disposto a mostrar como era o mundo aos jovens desse tempo que contigo aprenderam que a palavra não era vã, a ideia não era de somenos. Nesse *Diário de Lisboa Juvenil* uma geração inteira fez pelo menos essa aprendizagem. Que deu frutos. Alguns povoam hoje outros pomares, bem sei, mas tu construías apenas uma coisa bem gran-

de — a de ter opinião contra o silêncio, a de exercer a liberdade em tempo de prisões, a de tomar a responsabilidade. Lembro-me dos teus textos, dos teus nomes, da prosa ágil, do largo espaço que, com o Augusto da Costa Dias e com o Tossan, abriste, não sem risco, nesse jornal. Lembro-me do teu gosto pela poesia, da conversa ao café, quando disseste que andavas apaixonado pela poesia do Fernando Pessoa. Mais tarde, muito mais tarde, e já no exílio, da crítica de televisão, uma voz a convidar o leitor a que pensasse com independência em frente ao pequeno ecrã. E, apesar de hoje e com justiça, te chamarem crítico de televisão — afinal o primeiro, a referência em relação à qual os outros todos, bem ou mal, achavam lugar e voz — sabemos de ti muito mais. O pedagogo, o poeta, o crítico, o jornalista, o escritor. E, finalmente, talvez primeiro que tudo: o camarada e o amigo que só não perdemos porque persistes nas nossas memórias e nos nossos corações.

• Leandro Martins

